



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

HELOISA HELENA RAMOS CARVALHO

**SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO RELIGIOSO: estudo das implicações
éticas no agir profissional**

BELÉM

2017

HELOISA HELENA RAMOS CARVALHO

SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO RELIGIOSO: estudo das implicações
éticas no agir profissional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes

BELÉM

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CARVALHO, HELOISA HELENA RAMOS
SERVIÇO SOCIAL E O CONSERVADORISMO RELIGIOSO: ESTUDO DAS IMPLICAÇÕES
ÉTICAS NO AGIR PROFISSIONAL / HELOISA HELENA RAMOS CARVALHO. — 2017
154 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
Orientação: Prof. Dr. REINALDO NOBRE PONTES

1. SERVIÇO SOCIAL, CONSERVADORISMO, RELIGIÃO, ÉTICA PROFISSIONAL. I.
PONTES, REINALDO NOBRE , orient. II. Título

CDD 361.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

HELOISA HELENA RAMOS CARVALHO

**SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO RELIGIOSO: estudo das implicações
éticas no agir profissional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 15 / 10 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes
Orientador/UFPA

Prof. Dr. Marcel Theodoor Hazeu
Examinador/UFPA

Prof. Dr. Carlos Jorge Paixão
Examinador PPGE/UFPA

BELÉM

2017

À minha mãe, Nezuila Ramos de Carvalho, *in memoriam*,
primeira incentivadora de meus estudos.

AGRADECIMENTOS

*De que mais precisa um homem
Senão de um amigo para ele gostar?
Um amigo bem seco, bem simples,
Desses que nem precisa falar - basta olhar-
Um desses que desmereça um pouco da amizade;
De um amigo pra paz e pra briga;
Um amigo de casa e de bar?*

Vinícius de Moraes

Vinicius tem toda razão, de que mais precisa uma pessoa? amigos em todos os sentidos, nos mais diferentes papeis, assim, não poderia deixar meus agradecimentos aos amigos que tenho, aos que se perderam no caminho, aos que reconquistamos, aos que ainda virão, histórias a se construir...

Meu agradecimento, não por esse produto, mas por vocês habitarem minha existência de maneira tão especial, com risos, choros, boas músicas, telefonemas, generosidade, companheirismo, pela vida!

Em especial, agradeço a:

Manoel, meu pai, pelo exemplo, que a mudança opera coisas boas, que podemos sempre em qualquer tempo, sermos melhores. Pelas oportunidades. Gratidão!

Fonseca, meu esposo, que demonstra todos os dias amor e compreensão. Obrigada pelo estímulo, por entender todo processo difícil do percurso de uma dissertação. Pelas ausências, mesmo quando perto.

Felipe, Matheus e Cacau, filhos queridos, obrigada por compreenderem meus sonhos, desejos e escolhas. O nome disso é AMOR.

Heli e Helenice, minhas irmãs, pela torcida para que eu conseguisse trilhar pelos caminhos que escolhi. Pelo cuidado e carinho ao nosso pai. Amo vocês.

Henara e Euler, meus sobrinhos queridos, sempre generosos com a tia. Obrigada pela presença de vocês, pela partilha diária. Pelo afeto.

Clores, Cleocy, e Ná Fiqueredo pelos vínculos que nos unem e fortalecidos nesses tempos de acolhida em sua casa, pela estadia generosa e tranquila nessa cidade que aprendi a amar.

Marizangela pela aprendizagem na vida docente, pela generosidade em acolher, pelas valiosas contribuições no processo de elaboração dessa dissertação, puxões de orelha para ter disciplina, pela torcida - “tudo vai dá certo”, e por isso concordo com Vinicius: “a gente não faz amigos, reconhece-os!”

Fabília e Viviane, minhas primeiras alunas, hoje colegas da docência, e amigas queridas. Muito obrigada pelas contribuições, pelas interlocuções sobre os dilemas éticos da profissão, e que muito contribuíram para a materialização desse trabalho.

Anna (Filomena), Cláudia e Conceição, as irmãs que a vida me presenteou, grata pelo apoio nessa trajetória. Compreensão e generosidade “faça chuva ou faça sol”. Pelo amor.

Karla Brandão, obrigada pela amizade generosa e encharcada de afeto e cuidado. Amiga que se pode contar. –“Se todos fossem iguais a você, que bom seria.”

Reinaldo Pontes, meu **orientador**, professor querido por toda a turma, que bom tê-lo nessa trajetória, sempre com olhar atento ao meu trabalho, com contribuições generosas, críticas, que me desafiaram, mas sem as quais não seria possível essa dissertação. Gratidão.

Adriana Mathis, Joana Valente, Vera Lúcia, Maria Antonia, Marcel Hazeu, Nádia Fialho professores do PPGSS/UFPA, muito obrigado pelas contribuições ao longo do mestrado, por dividir conhecimentos com muita fartura, pelas aulas e discursões que contribuíram para fortalecer meu referencial teórico, ético-político, pelas dicas literárias. Mestres queridos!

Vera, minha amiga distante e tão próxima. Obrigada por partilharmos tantos momentos bons nesse período. Pelos diálogos, interlocuções sobre conjuntura política, e o que viesse. “O amigo: um ser que a vida não explica. Que só se vai ao ver o outro nascer. E o espelho de minha alma multiplica”.

A **UNISULMA**, Instituto de ensino pelo qual iniciei minha paixão pela docência. Obrigada às distintas coordenações no período da realização do Mestrado, Marizângela, Marlene e a atual Tânia Almeida, pela compreensão e incentivo para a concretização desse momento.

Assim nasce o conservador

De todos os invernos
De todas as noites sangrentas
De todos os infernos
De todos os céus desterrados de perdão.

De toda obediência burra
Ao oficial, burocrata,
À coroa, ao cetro,
Ao papa, ao cura.

De todo medo
“Agora não, ainda é cedo”,
de todo gesto invertido para dentro,
de toda palavra que morre na boca.

Do obscurantismo, de todo preconceito,
de tudo que te cega, de tudo que te cala,
de tudo que lhe tolhe, de tudo que recolhes,
de tudo que abdicas, de tudo que te falta.

Um beijo o assusta,
um abraço o enfurece,
a dúvida o enlouquece,
a razão se esvanece no vácuo.

Germina, assim, uma impotência tão grande,
que deforma as feições e torna tenso o corpo,
o dedo em riste, a veia que salta no pescoço,
a boca transformada em latrina.

Assim nasce o conservador.
Ele teme tudo que é novo e se move.
É um ser frágil, arrogante, assustado...
e violento.

Mauro Luis Lasi

RESUMO

A presente dissertação objetivou analisar a influência do conservadorismo religioso na ação profissional do(a) assistente social vinculados à supervisão de estágio supervisionado em Imperatriz (Ma). Para tanto se aprofundou estudos sobre a categoria conservadorismo realizando uma síntese dos possíveis significados dos diferentes conservadorismos na dimensão conceitual, tendo Burke como quadro referencial, para compreender o seu significado histórico na sociedade contemporânea, em especial na atualidade brasileira. Também se aprofundou estudos para a compreensão da religião. Os Códigos de ética do Assistente Social foram trabalhados, desde a configuração inicial da profissão o até o atual momento. Na dimensão metodológica a escolha do método norteador para a investigação foi o dialético materialista marxiano. A abordagem qualitativa de pesquisa foi adotada e a técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista semiestruturada. Os sujeitos escolhidos foram as supervisoras técnicas dos campos dos estágios vinculadas a diferentes espaços sócio ocupacionais. Os critérios de escolha dos sujeitos foram aleatórios, embora em alguns casos houvesse uma intencionalidade nos sujeitos pesquisados. E a principal conclusão que essa pesquisa propiciou foi a presença da prática profissional calcada por valores morais, religiosos, e conservadores naturalizados no seu cotidiano. E que estes sujeitos não percebem as inferências do uso da religião, ou mesmo que seus valores morais, na maioria conservadores, terão implicações no seu fazer profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Conservadorismo. Religião. Ética Profissional.

ABSTRACT

The present dissertation aimed to analyze the influence of religious conservatism on the professional action of the social worker linked to supervised supervised internship in Imperatriz (Ma). In order to understand the historical significance of contemporary society, especially in the Brazilian context, Burke is a reference framework for the study of the concept of conservatism. Studies have also been deepened for the understanding of religion. The Codes of Ethics of the Social Worker have also been worked out, from the initial configuration of the profession to the present time. In the methodological dimension the choice of the guiding method for the investigation was the Marxian materialist dialectic. The qualitative approach of research was adopted and the research technique used was the semistructured interview. The chosen subjects were the technical supervisors of the fields of the stages linked to the different socio-occupational spaces. The subjects' selection criteria were random, although in some cases there was an intentionality in the subjects studied. And the main conclusion that this research gave was the presence of professional practice based on moral, religious, and conservative values naturalized in their daily lives. And that they do not perceive the inferences of the use of religion, or even that their moral values, mostly conservative, will have implications in their professional doing.

KEYWORDS: Social Work. Conservatism. Religion. Professional Ethics.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 – Avaliação de Instituições.....	41
Tabela 2 -Credibilidades em algumas instituições.....	42
Tabela 3 - Confiança dos brasileiros nas instituições do país.....	43
Tabela 4 - Concepção dos brasileiros acerca da sexualidade.....	47
Tabela 5 – Diferentes credos e Homossexualismo.....	48
Quadro I – Síntese das informações dos profissionais entrevistados.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 BASES INTRODUTÓRIAS DO PENSAMENTO CONSERVADOR: ORIGENS, EXPRESSÕES E IMPACTOS NO BRASIL.....	23
1.1 Conservadorismo moderno.....	31
1.2 As expressões do conservadorismo no Brasil.....	39
1.3 Religião: alguns pressupostos.....	51
1.3.1 <i>A identidade católica</i>	51
1.3.2 <i>Pluralismo protestante</i>	56
1.3.3 <i>Religião na atualidade</i>	62
1.4 O NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	64
2 CONSERVADORISMO E O ETHOS PROFISSIONAL NOS CÓDIGOS DE ÉTICA: DO PROJETO TRADIONAL AO PROJETO EMANCIPATÓRIO.....	81
2.1 Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947, 1965 e 1975.....	82
2.2 O código de ética de 1993 e a construção do projeto ético político do Serviço Social.....	86
2.3 O Código de Ética de 1993 e a Construção do Projeto Emancipatório.....	93
3 REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL E SUAS REFRAÇÕES NO AGIR PROFISSIONAL: APROXIMAÇÕES À REALIDADE DE IMPERATRIZ (MA).....	100
3.1 Caracterização das supervisoras de estágio de campo da UNISULMA.....	106
3.2 Prática profissional e valores éticos x moral religiosa: homossexualismo.....	112
3.3 Prática profissional e os dilemas éticos: aborto.....	124
3.4 Prática profissional e os valores morais religiosos.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	147
ANEXOS.....	154

INTRODUÇÃO

Eu sei de muito pouco. Mas tenho a meu favor tudo o que não sei e – por ser um campo virgem – está livre de preconceitos. Tudo o que não sei é a minha parte maior e melhor: é a minha largueza.

(Clarice Lispector)

Os 80 anos do Serviço Social, comemorados em 2016, colocam-nos dentro de um quadro caracterizado pela diversidade e heterogeneidade, em consonância com um processo histórico de diferentes e contraditórias dimensões. Pois, ao mesmo tempo em que germina uma direção, um caminho, da mesma forma surgem reações e contraposições (SILVA, 2016). Pois, como advoga Iamamoto (1982) a história não é linear nem evolutiva e expressa os antagonismos de classes em suas relações. Nesse sentido, não há movimento histórico que seja homogêneo, como não há espaço sem contradição. E é dentro dessa perspectiva que se insere o Serviço Social contemporâneo, a partir de uma totalidade em constante reelaboração “[...] na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação.” (YASBEK, 2016, p.16). A autora citada considera, também, que avaliar o Serviço Social nesse prisma é perceber que as implicações políticas do exercício profissional se desenvolvem dentro do contexto de relações entre classes. E que, portanto, nossa prática não pode ser pensada fora dessa trama, tendo em vista “que a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade” (YASBEK, 2007, p. 17).

Nesse percurso, o Serviço Social vem assumindo posições heterogêneas dadas à complexidade dos vários momentos históricos, porém, também assumiu posições hegemônicas, que anunciaram possibilidades de projetos societários distintos, - rumo ao conservadorismo ou de busca de novos caminhos de ruptura com o pensamento conservador.

Para alargar a visão sobre a dimensão do Serviço Social nestes 80 anos de profissão, Silva, (2016, p 31) nos contempla com uma síntese sobre os acontecimentos, datas e traços, que segundo ela, “[...] expressam histórias,

concepções, construções, marcas, legados, referências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas; passado, presente e futuro, que circulam em tendências e desafios”. Sabe-se que:

São 80 anos de Serviço Social (1936); 70 anos de ABES/ABEPSS (1946); 20 anos das Diretrizes Curriculares para a formação profissional (1996); 30 anos do Código de Ética (1986, reformulado em 1993); 51 anos do Movimento de Reconceituação (1965); 45 anos da Pós Graduação (1971); 40 anos de reconhecimento como Serviço Social na área de conhecimento (década de 1980); 60 anos de regulamentação profissional (1956); 23 anos da atual lei de regulamentação da profissão (1993); e 37 anos do Congresso da Virada (1979), o que significa um árduo processo de resistência, impulsionando lutas democráticas. (SILVA, 2016 p.26).

Percebe-se que são significativas as conquistas nessa trajetória, marcadamente as décadas de 1980 e 1990; o recurso a Marx trouxe para o Serviço Social, um nível de maturação que expressa rupturas com o seu tradicional conservadorismo (NETTO, 2011). Entretanto, essa perspectiva não foi homogênea para a categoria, e que por isso desencadeia grandes debates e a necessidade de pesquisa e produção teórica. Assim, podemos afirmar que temos dois tipos de projetos societários: os conservadores e os emancipatórios (BRAZ, 2001). Cada um desses com divergências internas e que será defendido e apropriado pelos diversos grupos sociais que irão propor diferentes formas, estratégias e táticas na busca de sua concretização. (CARDOSO, 2013, p. 66). Todo esse processo trouxe desafios ao Serviço Social, pois:

[...] esse período também foi adverso para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para o avanço da regressão neoliberal, que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado em relação à questão social.” (SILVA, 2016, p. 20).

A partir dessa conjuntura, novas questões são colocadas ao Serviço Social que exigiam um novo olhar, pois havia questionamentos que demandavam novas respostas, novas formas de intervenção, e ainda requeria uma reconstrução de seu corpo de conhecimento. Assim,

[...] as principais marcas ou elementos que impulsionaram a construção do projeto foram: a busca de ruptura com o histórico conservadorismo no

pensamento e na ação profissional, na perspectiva de comprometer a profissão com os interesses e necessidades de seus usuários. Essa busca desencadeou um processo de renovação da profissão amplo e plural e que se expressou nas instâncias de ensino e pesquisa, nas organizações representativas dos assistentes sociais e nos espaços organizacionais do mercado de trabalho do assistente social. (SILVA, 2016, p. 20).

Nesse contexto, com a emergência da produção do conhecimento na área do Serviço Social, como já exposto. Inicia-se uma geração de massa crítica, com bibliografia própria, com publicações temáticas. A própria Ética Profissional passou a ser discutida a partir da concepção marxista/lukacsiana da ontologia do ser social, o que levou à interpretação e distinção da ética e da moral, como sabemos:

O código de Ética de 1993 expressa os avanços dessa reflexão no Serviço Social e o compromisso profissional com um projeto societário amplamente democrático, empenhado em combater todas as formas de exploração, de dominação, de autoritarismo, de discriminação. (BOMFIM, 2015, p 13).

Para a autora, a conquista do código de ética não pode ser superdimensionada e que inclusive esse mesmo Código, é apenas uma das dimensões da ética profissional. Nessa mesma direção, Barroco (2001) se refere a duas dimensões da ética profissional: a filosófica e o *ethos* profissional, para ela a dimensão filosófica passou por grandes avanços. Como a incorporação dos fundamentos ontológicos da ética nas diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social de 1986. A pesquisa e as publicações em torno do tema, a promoção do curso, a ética em movimento, desde 2000, pelo conjunto CFESS/CRESS, também tem contribuído para alavancar as discussões em torno do tema.

Entretanto, para Barroco(2001) é na autorrepresentação profissional que se encontram os maiores conflitos e contradições da profissão. Porque é necessário considerarmos uma multiplicidade de fatores que contribuem para o alargamento desses contra sentidos. Salienta-se que alguns desses são analisados neste trabalho. Com a atual conjuntura política, social e cultural no Brasil, as novas demandas colocadas aos profissionais e como eles se percebem nesse contexto, a formação profissional e ainda os valores adquiridos pelos agentes profissionais durante a socialização e que estão, na sua maioria, em sintonia com a moral dominante. (BONFIM, 201, p. 13, 14).

É nesse contexto que essa dissertação objetiva não apenas apresentar as mediações que constituem as particularidades individuais dos sujeitos, mas também sinalizar elementos que questionem e permitam entender como o conservadorismo se reatualiza, e de que forma se expressa no Serviço Social, particularmente no campo religioso.

O interesse pelo tema deu-se a partir da experiência da pesquisadora como docente, e como supervisora acadêmica de campo de estágio, função na qual presencia constantemente discussões e ações de cunho conservador, ora em observância nos campos e nos acompanhamentos às estagiárias (reuniões, seminários). Estas, às vezes, faziam depoimentos, de vivências nas instituições, que causavam questionamentos quanto ao perfil desse trabalhador, tendo em vista as práticas profissionais adotadas. Havia relatos de momentos devocionais nos atendimentos dos usuários, oração para iniciar e terminar as atividades, entre outras questões de cunho morais e conservadoras a respeito de gênero, orientação sexual, direitos reprodutivos das mulheres e outros.

Assim, a escolha das entrevistadas se deu por duas motivações principais: primeiro, entrevistar as supervisoras que demonstravam no espaço de trabalho um perfil, com características do pensamento conservador. E segundo, fazer um paralelo com outros profissionais, onde a escolha foi aleatória. No total foram entrevistadas 06 supervisoras de campo de diferentes espaços sócio ocupacionais.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, utilizou-se como técnica de pesquisa entrevistas semiestruturadas, que foram direcionadas às supervisoras técnicas dos campos dos estágios. Essas entrevistas deram o suporte para o entendimento da concepção dos sujeitos envolvidos nessa problemática, a partir da sua própria fala como elemento importante para a análise pretendida.

Goldemberg (2004) chama a atenção para o cuidado e rigor na pesquisa qualitativa, para que o *bias* do pesquisador não modele os dados que coleta. Sendo importante assim, a explicitação de todos os passos e ter objetivação que “é o esforço controlado de conter a subjetividade. Trata-se de um esforço porque não é

possível realizá-lo plenamente, mas é essencial conservar-se esta meta, para não fazer do objeto construído, um objeto inventado”. (GOLDEMBERG, 2004, p. 45).

Partindo da reflexão da autora, a pesquisadora percebe-se implicada com o seu objeto de pesquisa, em diversas ocasiões o orientador chamou-lhe a atenção para o fato. Assim, ela mantém-se vigilante para que as determinações presentes em seu cotidiano não corrompam os dados coletados e a conduzam a uma análise fetichizada da realidade, e é com grande desagrado que reconhece não estar imune a essa possibilidade.

Nesse processo metodológico a escolha do método que proporcionou as bases lógicas para a investigação é o dialético, partindo das análises gerais e do pressuposto que os fatos se inserem no contexto social. Tendo tal compreensão, Netto (2011) defende que o objetivo de um pesquisador deve ser a distinção entre “aparência e essência”, ou seja, é apreender a essência (a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa frase: o método de pesquisa que, por meio de procedimentos analíticos, propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Além do método dialético fazer uma interlocução com a mesma corrente de pensamento do Serviço Social.

A presente análise busca contribuir para problematizar o Serviço Social frente ao avanço de tendências conservadoras na atualidade. Buscando perceber em que medida a influência dos conteúdos religiosos incidem e orientam na intervenção profissional. e que consequências produz em relação ao projeto ético, político definido pela categoria profissional desde os anos 1980.

Nosso questionamento parte da inquietação em investigar aspectos relacionados à prática profissional: Continua ou não mediada por valores religiosos; é minimalista? Como aponta alguns autores? E que elementos perpassam por essa prática, se um exercício com base na moral conservadora tão em voga nos dias atuais, com valores amparados na/pela religião (ou não). Ou é uma prática subsidiada pela perspectiva crítica, fundamentada pelo Projeto de emancipação que contém todos os elementos necessários para um exercício ético?

Corroborando com as análises, o trabalho de Pereira (2016, p.413) é pertinente, uma vez que a autora defende que o Serviço Social nunca foi obediente aos ditames de seu criador. Funcionando como um “*enfant terrible*”¹¹ entre as práticas criadas para legitimá-lo. E que entre um de seus aspectos na construção de sua história foi “o cultivo, no seu interior, de uma cultura de oposição ao conservadorismo, que não obstante minoritária, tem conseguido, persistir no tempo e manter viva a disposição de fazer frente ao radicalismo burguês.”

Para a autora, essa ambivalência com a lógica capitalista tem feito o Serviço Social viver constantemente entre o fogo cruzado de concepções diferentes. E que, talvez a raiz dessa “dualidade” seja porque o Serviço Social surgiu dentro da lógica capitalista e colonial, que posteriormente mantiveram predomínio sobre seus congêneres, criados nos países do terceiro mundo. Pois não há e nunca houve conformidade de pensamentos e ações entre os Assistentes Sociais e tampouco posturas únicas em relação aos projetos e pautas profissionais construídos em diferentes lugares e épocas. Em outras palavras:

Isso quer dizer que o Serviço Social, assim como as problemáticas e tarefas que lhes são afetas, pode e deve ser considerado um *processo*, e não um *estado de coisa*, natural, nem uma engenharia social requerida para ajustar desequilíbrios funcionais no sistema. E por ser um processo, é *histórico* e *relacional*, caracterizado por movimentos e contra movimentos, tendências e contra tendências, e contradições perfeitamente cabíveis, por serem inerentes à dinâmica da vida real. (PEREIRA, 2017 p.144).

Entretanto, é consenso na bibliografia do Serviço Social, que perdura esse perfil pragmático e conservador, embora contestado, uma vez que:

[...] não poderia ser de outra forma, haja vista que as organizações europeias e norte americanas que difundiram e implantaram o Serviço Social para além de seus territórios, ou eram religiosas (católicas), com motivações catequizadoras, ou vinculadas a Organização das Nações Unidas – ONU, com propósitos domesticadores. (PEREIRA, 2016, 414).

Desde então, diferentes projetos políticos pedagógicos construíram a história desta profissão, olhar para esses projetos e compreendê-los no processo histórico e

¹¹Aqui entendido como um sujeito, individual ou coletivo, que, em um conjunto composto por diferentes atores, destaca-se por seu espírito inquieto e transgressor da ordem dominante. (POTYARA, 2016, p.144).

social brasileiro é tarefa primordial para aqueles que pretendem conhecer essa profissão.

Nesse contexto, a questão em voga interessa e instiga à realização de uma investigação científica por entender que é necessário o desvelamento da realidade em face das implicações éticas do agir profissional em torno do projeto ético-político, direcionando o Serviço Social para uma intervenção voltada para a viabilização de direitos sociais e de políticas em busca da defesa pela constituição de uma sociedade justa e equânime. Nesse sentido, busca-se compreender as relações e concepções que perpassam a prática profissional e que confrontam ou reforçam o projeto ético político construído historicamente.

Para a consecução dos objetivos pretendidos com a investigação partiu-se do seguinte questionamento que dirigiu a pesquisa: a opção por elementos de cunho religiosos podem incidir na ação profissional e na reatualização do conservadorismo no interior do Serviço Social na realidade imperatrizense?

Na esteira da investigação, viu-se a necessidade de entender por onde se move a reatualização neoconservadora na profissão e, portanto, averiguar amiúde quais são as novas estratégias do conservadorismo atual, que aliadas ao pensamento hegemônico vêm se (re)elaborando, essa temática foi situada ao longo do primeiro capítulo.

Na sequência, tendo Burke (1982) como quadro referencial, fez-se mister a tarefa de realizar a análise da categoria conservadorismo, Sendo esta a função deste capítulo dedicado a considerações e cotejamento dos possíveis significados dos diferentes conservadorismos na dimensão conceitual, com o intuito de compreender o significado histórico do termo na sociedade contemporânea, em especial na atualidade brasileira.

Entretanto, atendendo a concepção de que é escassa a produção autóctone de teorias do conservadorismo no Brasil, optou-se por avaliar a cosmovisão/percepção da população brasileira próxima do conservadorismo, o que se revelaria por meio de pesquisas de opinião acerca de temas morais e ideológicos publicados nos meios acadêmicos e de comunicação. Seguidamente mostrou-se

alguns representantes a respeito dos caracteres formadores de opinião, na religião, na mídia, nos meios intelectuais, no telejornalismo, e na política desse segmento, caracterizado como conservadores, devido suas manifestações acerca de determinados temas, alguns abordados no presente trabalho. Questiona-se em que grau os elementos centrais daqueles discursos seriam singulares.

Ainda no primeiro capítulo foi apresentado um item considerado importante: um preâmbulo sobre a religião numa perspectiva histórica e introdutória numa abordagem historicamente construída. O item trata da identidade religiosa católica tendo como ponto de partida a sua entrada na América latina no período Colonial com a vinda dos Portugueses e Espanhóis, o que suscitou expressões religiosas católicas mestiças, que marcaram profundamente a cultura brasileira até os dias atuais. Outra religião brevemente analisada é a protestante, desde o sítio inicial até a chegada do pluralismo protestante na América Latina, a partir de uma abordagem histórica, cultural e laica da diversidade latina.

No segundo capítulo esboçamos alguns preceitos sobre a ética profissional, trazendo um esforço de delimitação dos Códigos de Ética desde a configuração inicial da profissão, traduzida no código de 1947, 1965, 1975, 1983 até o atual, com o intuito de fundamentar a compreensão acerca da diversidade de referenciais percebidos nas análises da pesquisa. Desde posturas que se entrelaçam com os pressupostos do projeto tradicional/conservador, outras que se mesclam entre o tradicionalismo e o projeto emancipatório, e ainda atitudes progressistas que ultrapassam essas visões ecléticas e contraditórias. Assim, os fundamentos da ética, nos referenciais teóricos de Barroco (2002, 2007, 2008, 2009, 2012, 2015) e outros, possibilitaram uma análise que possa fornecer subsídios de compreensão quanto às posturas que se delineiam na presente dissertação.

O terceiro e último capítulo, traz inicialmente a caracterização econômica, social e religiosa de Imperatriz/MA, cidade *lócus* da pesquisa. Em seguida adentramos no processo de participação política das assistentes sociais na cidade e como isso incide no processo de formação profissional, a partir do pressuposto das competências e atribuições profissionais, tão bem explicitados por Lamamoto, além da “competência teórico metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos

fios que integram o singular no coletivo, [...] além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação”. (IAMAMMOTO, 2017, p.30,31).

Esses preâmbulos iniciais visavam ampliar o debate para além dos questionamentos realizados sobre determinadas categorias ao público pesquisado. O intuito era a observância e a melhor compreensão dos detalhamentos das análises, que quase sempre incidiam em concepções e valores religiosos, morais e conservadores a despeito de temas relacionados à homossexualidade, aborto, prática profissional e a religião.

É neste sentido que as páginas que seguem foram traçadas visando dar concretude à análise pretendida. Assim, fica aqui o convite à leitura, sem que se perca de vista que as respostas encontradas são provisórias e se encerram num campo teórico que contempla inúmeros dilemas, pois trata-se de um processo em transformação.

1 BASES INTRODUTÓRIAS DO PENSAMENTO CONSERVADOR: ORIGENS, EXPRESSÕES E IMPACTOS NO BRASIL

Nos últimos tempos, o conservadorismo moderno vem crescendo nos espaços de produção do conhecimento com predominância na cultura, economia e na política brasileira. Entretanto, no Brasil há uma limitação de autores que trabalham esse tema de forma epistemológica. Assim, existem muitas dificuldades em abordarmos o tema.

Em *O Conservadorismo clássico* o autor expõe sua preocupação quanto à exposição científica deste termo na atualidade, e afirma não que não é fácil compreender o conservadorismo, primeiro, devido à limitação histórica, segundo pela dificuldade de entender como ele se caracteriza, e terceiro devido à própria relação entre os momentos evolutivos do pensamento conservador. Apesar da revolução francesa datar o seu nascimento, este apresenta inúmeras e polimórficas faces, e, hoje, a mais conhecida e influente é a posição do Irlandês – Edmund Burke. (NETTO, 2011),

É coerente, no debate de diferentes matrizes ideológicas, o consenso quanto à matriz do pensamento social e político fundado na modernidade, quanto às *Reflexões sobre a Revolução na França* (2014), de Edmund Burke, sendo este reconhecido como genitor do conservadorismo político moderno. Admitindo-se também que as ideias culturais e simbólicas da classe social golpeada pela Revolução Francesa estão presentes em sua obra.

Entretanto, essa reflexão não vai além dos limites do pensamento habitual, é preciso conhecermos a gênese desse pensamento e algumas análises, porque como observou Vicente (1995, p 66), “[...] o conservadorismo não é apenas uma doutrina política, mas, além disso, está incrustado na essência da própria vida. Essa ideia torna a humanidade, *en masse*, conservadora”.

O termo conservadorismo no senso comum, a noção mais corrente está ligada ao verbo *conservar*: *aquilo que guarda, respeita e protege*, ou seja, nessa premissa somos todos conservadores naquilo que nos preserva.

A citada autora, também endossa essa visão, e ao abordar as bases do pensamento conservador clássico reflete que o conservadorismo não é somente um jeito de pensar é uma atitude com propósitos dirigidos. Ou seja, a expressão “pensamento conservador” apresenta várias explicações, se materializa no nosso cotidiano e possui uma gama de intelectuais que o advogam. Vejamos, Nisbet (1987, p. 53) afirma que ser conservador não é ser totalmente tradicionalista, mas sim selecionar certos aspectos da tradição, aquilo que faz a ponte entre o presente e o passado. Logo, não se procura, dentro dessa visão, repelir qualquer mudança, mas sim o culto a mudança em si – o que é nocivo quando aplicado às instituições humanas. Uma vez que não lhes garante estabilidade e funcionalidade. Oakeshot (1956) apresenta o conservadorismo como uma *disposição* – uma forma de ser e agir que levará o conservador a “usar e desfrutar aquilo que está disponível, em vez de desejar ou procurar outra coisa”.

Nessa concepção, um homem com disposição conservadora, escolherá os confortos do presente, não porque sejam melhores, mas porque são reais, materiais e familiares. [...] Um conservador só abraça entusiasticamente a mudança, qualquer mudança, e conseqüentemente qualquer possibilidade de perda, “aqueles que são estranhos ao amor e ao afeto”. (COUTINHO, 2014, p. 22). Enfaticamente esse pensamento tem sido repetido:

Ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado, ao não tentado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica. As relações e lealdades familiares serão preferíveis ao fascínio de vínculos mais proveitosos; comprar e expandir será menos importantes que conservar cultivar e desfrutar; a dor da perda será maior que a excitação da novidade ou da promessa. É ser igual ao nosso destino, é viver ao nível dos meios, contentar-se com a maior necessidade de maior perfeição social como os com as circunstâncias que nos rodeiam. Para algumas pessoas, esta é em si mesma uma escolha; para outras, é uma disposição que aparece, frequentemente ou não, nas suas preferências e aversões, e não é em si mesma uma escolha ou algo cultivado especificamente. (OAKESHOT, p. 05)

Outro ponto importante para Netto (2011) é que não há um consenso quanto à origem do conservadorismo e que isso também não o torna um conceito claro e conciso num pensamento *uno*. Considerando que:

O pensamento conservador, tal como o entendemos aqui, não é um “estilo de pensamento” intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente – formas a que cabe a denominação de tradicionalismo. Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e espaço sócio histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa– configuração que deve ser tomada como “uma rica totalidade de determinações e relações diversas” e em que operaram movimentos e tensões em todas as esferas e instancias sociais (NETTO, 2011, p.40).

Percebe-se com estas observações, a partir de autores com autoridade no tema, como Scruton (2015) que não se navega em águas claras, principalmente quando se procura um elenco maior de fontes, Netto sintetiza essa análise do conservadorismo a partir da visão de Vicent (NETTO apud VICENTE 1995, p 72):

[...] Há desconcertante variedades de classificações na literatura. Às vezes, os conservadores são descritos como distintos dos tóris, dos tradicionalistas e dos reacionários. Dentro do próprio conservadorismo, podemos encontrar classificações duplas – conservadores coletivistas e libertários ou conservadores reacionários, defensores do *status quo* e reformistas, ou liberais empiristas, liberais racionalistas a antiliberais intuitivos. “[...] encontramos na literatura classificações ainda mais extensas”.(NETTO apud VICENTE 1995, p. 72):

Assim como outras correntes fundadas pela modernidade, o conservadorismo tem uma trajetória própria e requer uma interpretação no contexto geral da sociedade onde adquire distinções de acordo com a formação social vigente. ” [...] boa parte dos analistas do conservadorismo concordam com a localização do seu processo a partir da Revolução Francesa – isto é, consideram que o conservadorismo é uma resposta reativa a tudo o que a queda da Bastilha sinaliza.” (NETTO, 2011, p. 38), “O conservadorismo [...] surge como uma resposta direta á revolução Francesa...” (NISBET apud MARTINS, 1986, p. 65).

Cardoso (2013) refere-se ao pensamento conservador como uma postura política e ética que surge no século XVIII em contraposição às revoluções que marcam este século: a Francesa e a Industrial, que apresentaram o rompimento com a tradição, ganhando força no séc. XIX. Apresenta ainda, Burke, como a matriz

desse pensamento e que ele se destacou com uma obra que crítica a Revolução Francesa – “Reflexões sobre a revolução na França”, constituíram-se como ponto de partida do conservadorismo clássico (SOUZA, 2016, p 362):

O autor das Reflexões, protestante e fundador do conservadorismo, foi um parlamentar britânico conhecido por sua defesa de uma monarquia constitucional, em consonância ao partido de inclinações liberais do qual fazia parte, os Whigs. “A revolução gloriosa” inglesa, uma revolução “pelo alto, passou a cumprir um papel icônico na batalha ideológica de Edmund Burke contra qualquer pretensão revolucionária que se aproxime, em métodos ou estratégias jacobinas”. (SANTOS, 2016, p 364).

Assim, ao situarmos o Conservadorismo em nossas análises é importante à reflexão quanto a sua interpretação no contexto geral da sociedade, ou seja, o pensamento conservador é relacionado a concepções históricas e conjunturais. E que os processos gerais que desencadearam a Revolução francesa não foram consensuais. Fatos ocorridos entre os séculos XVI e XVIII desencadearam uma reação em que o povo e a burguesia iniciaram o processo revolucionário. Nesse período, as bases de uma sociedade burguesa e capitalista foram estabelecidas, - os ideais políticos (principalmente os iluministas) também influenciaram a independência de alguns países na América espanhola e o movimento de inconfidência mineira. É nesse contexto que surge o pensamento conservador, momento em que a sociedade burguesa toma forma com a consagração da burguesia no poder. No contexto:

Burke faz uma crítica à democracia e uma apologia à manutenção da ordem, da família, da igreja² e da propriedade privada. Analisa ainda que, este pensamento opõe-se a instauração da ordem moderna, como da ultrapassagem do Estado feudal para o liberal. Coloca-se sempre em defesa do instituído. Essa forma de pensar apontada por Burke apresenta seus traços no anticapitalismo romântico que se articula a uma perspectiva restauradora da ordem social. (NETTO, 2011, p. 05).

²Para Burke, estes vínculos somados aos grupos religiosos são o suporte necessário para a vida do homem.

Para Burke, não seria esse o papel de uma revolução. “A Revolução foi feita para preservar nossas antigas e indiscutíveis leis, liberdades e aquela antiga Constituição de governo, nossa única garantia da lei e da liberdade” (BURKE, 2014, p. 52). Ele sugere, baseando-se no processo não insurrecional de mudança política da Inglaterra. E acrescenta:

Outras revoluções foram conduzidas por pessoas que, ensaiando ou realizando mudanças no Estado, consagravam sua ambição em acrescentar dignidade ao povo cuja paz perturbavam. Enxergavam à distância. Pretendiam governar, não destruir o país. (2014, p. 68).

Para ele, a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade, seria apenas a passagem para uma nova sociabilidade, perpassando por períodos crivados de contradições, mas com cunho emancipatório. Por ser um período em que germina uma nova sociabilidade, é permeado por contradições, tensões e também por valores emancipatórios que fundamentam a construção dessa nova sociabilidade. Para ele, a revolução é um atraso, onde a ordem estabelecida é extinta e as tradições rebaixadas. Os revolucionários não passariam de agitadores dogmáticos, sem respeito às tradições herdadas do passado. Para este contra revolucionário, a sociedade voltaria ao normal após a passagem ideológica operada pela Revolução Francesa, sendo preciso apenas conservar a família e controlar o indivíduo.

O que Burke condena nos revolucionários franceses é sua tentativa de construir uma ordem social a partir das especulações de uma suposta “razão abstrata”, ou seja, precisamente o fato de serem revolucionários. Burke iniciava assim o que poderíamos chamar de um conservadorismo liberal: algumas reformas podem até ser admitidas, contanto que resultem de um longo processo de experimentação e não de uma ruptura com o passado. Todos conhecemos o modo pelo qual o pensamento conservador continua até hoje a chamar desdenhosamente de “utópicas” as tentativas “racionais” de criar uma nova ordem social. (MACHADO, 2015 p.69).

Entre seus desígnios a preservação das instituições políticas britânicas foi uma delas, assim uma de suas estratégias foi a “batalha das ideias”. Nas Reflexões ele faz a crítica aos valores, ideias e princípios que orientaram a Revolução Francesa – aqueles construídos pelo Iluminismo. Assim,

Eles são pejorativamente apresentados como meras “abstrações”, destituída de significado objetivo. É assim que as concepções de igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular, são identificadas como ideias perigosas à ordem estabelecida, corrosivas de toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias. Sua posição monarquista evidenciava suas escolhas antirrepublicanas e antidemocráticas.³(SOUSA, 2016, p. 367).

Ou seja, os indivíduos não devem buscar a transformação da sociedade, pois ela é harmônica e perfeita, mas fazer parte dela pacificamente, cumprindo a sua função e deixar que a onipotência faça as devidas modificações.

O irracionalismo é outro paradoxo desse conservador, que tende para mais um suporte ao conservadorismo: a negação da razão e a supervalorização do indivíduo com uma concepção dogmática, imediatista, de ação e pensamento.

Nessa questão Nisbet (1981) ainda ressalta outra crítica a princípios iluministas: o da igualdade. Argumentam eles que o destaque sobre a igualdade levaria rapidamente a um nivelamento das desigualdades sociais impedindo assim, a hierarquia, que é uma forma de transmissão dos valores humanos. “Sem hierarquia na sociedade não pode haver estabilidade. Classes Sociais na sociedade mais ampla tem a mesma função que tem a hierarquia numa instituição, que tem o status desigual de pai e filho numa família.” (NISBET, 1981, p. 70)

O pensamento conservador entende que o passado é orientador do presente, fonte de todo conhecimento, ou seja, nega o espírito dinâmico contido no ideário moderno de valorização do presente, tendo como perspectiva o futuro. Segundo Cardoso (2010, p 108) “no conservadorismo valoriza-se a autoridade, a hierarquia, a ordem, a repressão e a disciplina,”[...] e para (BARROCO, 2008, p. 172), o conservadorismo “nega a razão, a democracia, a liberdade com igualdade, a indústria, tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim todas as conquistas da época moderna”

– Barroco nesse contexto, analisa o conservadorismo moral, cita Nisbet e refere-se que uma das marcas do pensamento conservador além da sua oposição

³“uma perfeita democracia é, portanto, a coisa mais vergonhosa do mundo. Sendo a mais vergonhosa, é também a mais temível” (BURKE, 2014, p 112).

ao racionalismo é a supervalorização da experiência e do preconceito: “o preconceito” é a essência de toda uma maneira de conhecer, compreender e sentir [...] para ela, a sua veiculação ideológica de valores através da cotidianidade, o conservadorismo moral contribui para a reprodução do preconceito, importante veículo de transformação da moral em moralismo.

Nessa perspectiva societária, a moral tem uma função importante, seguir as tradições, hábitos e costumes sem questioná-los, ou seja, impedir toda forma de transgressão ou mudança admitindo apenas processos de reforma e pequenas mudanças como preconiza Burke. O pensamento conservador defende ainda a ideia de uma ordem imutável e considera:

a natureza humana não modificável pela ação prática, porquanto mergulhava suas raízes em uma realidade sobre-humana, a vontade divina, não podendo, por conseguinte, nem o conhecimento, nem a ação política serem totalmente liberativos”. (BOBBIO et al apud CARDOSO, 2010, 244).

Percebe-se que a filosofia tomista⁴ e a teoria positivista⁵ encontram apoio nesse pensamento, onde a concepção de mundo deixa explícita a compreensão da ordem social como derivações das leis naturais, ou seja, harmônica e imutável.

⁴Neotomismo consiste numa retomada da filosofia expressa por São Tomás de Aquino, no século XIII. [...] Santo Tomás em sua filosofia, partirá da reflexão feita por Aristóteles e a trará sob nova luz ao cenário filosófico de sua época. Vivendo seu tempo histórico, Santo Tomás tratará em sua reflexão de questões vitais para sua época, tais como: as relações entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade. [...] Dentro da hierarquia dos seres, Santo Tomás, após analisar a existência de Deus, analisa o homem, a pessoa humana. A pessoa humana é composta de duas substâncias incompletas: a alma e o corpo. A união dessas duas substâncias numa substância única, embora composta, nos dá o ser humano. [...]. Santo Tomás diz que a sociedade é “a união de homens com propósito de efetuar algo comum”. E essa sociedade deve visar ao bem comum que São Tomás define como “o bem estar da sociedade, quando seus benefícios são distribuídos a todos”. Santo Tomás mostra que existem três espécies de leis que dirigem a comunidade ao bem comum: a lei natural, a lei humana e a lei divina [...] o estado deve respeitar a igreja. Assim não existe conflito entre fé e razão, e se cada um procura realizar sua tarefa não há conflito entre Igreja e Estado. (Aguar, 1985, P. 41, 42, 43).

⁵O Positivismo é a doutrina criada no século 19, na França, por Augusto Comte, em suas duas obras principais, o Sistema de Filosofia Positiva e o Sistema de Política Positiva. [...]. O Positivismo considera que, quanto ao entendimento dos fenômenos, quanto à forma de explicar o mundo, o progresso da humanidade consistiu em partir-se da concepção teológica e chegar-se à filosofia positiva. Concepção teológica é a explicação do mundo e de tudo quanto nele se passa, com base

Posteriormente, com o período da “decadência ideológica burguesa” (LUKÁCS, 1959), o pensamento conservador passará a ser defendido pela burguesia, se antes era antiburguês,

O pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudado sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado. (CARDOSO, 2010, p. 211).

Em relação a esse momento em que a burguesia representa os interesses da sociedade, Coutinho (2010) analisa que o capitalismo cumpriu em determinado período da história, a direção de uma verdadeira revolução na sociedade, devido a esse inicial caráter progressista, tanto no que se refere à economia, como também no que diz respeito às questões culturais:

Seu nascimento e explicitação implicavam a atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal desenvolvida, atualização que dependia; por sua vez; da dissolução e desintegração das relações feudais de produção, de suas formas de divisão do trabalho. Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo, a compreensão do real como síntese de possibilidade e realidade, como totalidade concreta em constante evolução”. (COUTINHO, 2010, p.24).

Atendendo à necessidade de questionamento das bases que estruturavam o feudalismo, os pensadores burgueses não tinham ligação com essa realidade objetiva, por isso não limitavam a razão ao entendimento e afirmação das relações existentes, mas se debruçavam sobre o conhecimento de um mundo em permanente construção, permeado de possibilidades emancipatórias.

O pensamento burguês revolucionário, alicerçado em vários teóricos, teria seu ponto terminal em Hegel, sendo resumido por Coutinho (2010) em três núcleos, da seguinte forma:

em um ser sobrenatural, divino, em uma palavra, com base em Deus. Filosofia positiva é aquela que entende o mundo reconhecendo a existência de leis inerentes à natureza, que o homem pode conhecer e que pode empregar a seu próprio serviço. Na concepção teológica admite-se a existência de Deus, que, embora imaginada, jamais é observada. O ser sobrenatural é inverificável, acha-se fora da experiência. Ele pode ser pensado, porém jamais comprovado. (AGUIAR, 1985, p.???)

O humanismo, a teoria de que o homem é um produto da sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto, ou seja, afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e finalmente, a razão dialética, em seu duplo aspecto, isto é, o de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias estas que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico). (COUTINHO, 2010, p. 28).

A despeito dessa elaboração científica do conhecimento sobre a realidade, a burguesia, embora fosse naquele período uma classe progressista, consolida um regime de exploração personificada pela divisão social do trabalho, o que a faz elaborar um conhecimento voltado para respaldar essa exploração, sendo necessário para isso, adequar ideologicamente as categorias analíticas, o que demarcaria o abandono do terreno científico, a decadência filosófica, conforme a concepção de Coutinho, remeteria a um rompimento com as categorias pautadas em concepções emancipatórias, centrando-se num pensamento imediatista e escamoteador da realidade.

O que realmente interessa é assinalar o caráter nitidamente ideológico das novas categorias “corrigidas” que ocupam agora o primeiro plano. Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação que o homem é uma “coisa”, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo “superficial” ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas. (COUTINHO, 2010, p. 30).

Esse processo ideológico passa a servir à conservação da realidade existente, tanto no que se refere a organização econômica e social, alicerçando um processo de divisão social do trabalho, que depende da generalização de processos de produção cooperado, como também as perspectivas culturais da sociedade, tudo isso com intensas consequências filosóficas numa centralidade para reflexões sobre a vida imediata. Tudo isso deve ser percebido numa perspectiva de totalidade.

1.1 Conservadorismo moderno

Em sua gênese burkeana, o conservadorismo clássico constituiu-se como uma reação aristocrática contra as transformações societárias pós-consolidação do modo de produção capitalista – processo histórico que destituiu o antigo regime e consolidou o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.

Esse fundamento histórico, largamente explorado por Marx e desenvolvido pela tradição marxista, é pressuposto imprescindível para qualquer debate que objetiva atualizar algumas determinações centrais do sistema de ideias conservadoras. Conforme pressupõe os autores,

O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento. [...] Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA, BOTELHO, 2010, p. 11, 12).

No período pós Burke, já comentado anteriormente, que vai de 1830 a 1848 a burguesia vive seu período de crise decisiva. A partir desse momento o conservadorismo apresenta uma alteração de função e de significado:

Se originalmente, o pensamento conservador é como vimos restaurador e antiburguês, na reviravolta referida por Lukács este caráter se transforma: o que tende a se desenvolver no seu interior, mais que aqueles dois traços, é o seu eixo contrarrevolucionário. Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à revolução burguesa (...); nos conservadores que trabalham nas condições pós 48, com evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudado a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguês, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado.

Porém, a mudança da sua funcionalidade sócio-política afetará como veremos, a sua própria estrutura teórica. (Machado, 1997, p. 57).

Nesse período inicial, o conservadorismo se apresenta, principalmente, com bases política e moral, com destaque sobre a função das instituições e das tradições para a construção de uma sociedade que preza pela ordem e pela harmonia nas relações sociais. Esse enfoque se opõe com outras matrizes de pensamento que surgem nesse período, como o liberalismo e o igualitarismo⁶.

O liberalismo por priorizar a economia e embora seu percussor Adam Smith abordasse também a questão da moral e da política – incluindo observações sobre o papel do Estado e do indivíduo (SOUZA, 2016, p.152). Sua função principal era o estabelecimento de uma teoria explicativa do desenvolvimento econômico dos países, com vistas a possibilitar as escolhas políticas das nações no sentido da prosperidade - “o liberalismo foi construído como uma teoria social, sistêmica, de base científica e racional, determinação oposta ao conservadorismo”

E nesse contexto que inicia uma transição no quadro sociocultural da função social do pensamento conservador, recebendo influxos de importantes e distintas áreas do saber. Se inicialmente foi irracionalista, essa base sofre modificações ideológicas a partir da introdução da sociologia, com as intervenções de August Comte (1798-1857), Hebert Spencer (1829-1903) e Emile Durkeim (1858-1917).

O sistema Comteano surge como sustentáculo da ordem burguesa, uma vez que as estruturas econômicas, sociais e políticas estabelecidas pela burguesia precisavam, para sua perpetuação, de um ideário, um sistema explicativo capaz de afastar as ameaças das lutas sociais e políticas que emergiam nesse contexto. Ao estudar a sociedade segundo as leis da natureza, tendo como modelo a biologia, a filosofia positivista a concebe como uma ordem natural que não pode ser mudada e a qual os homens devem submeter-se. Da matriz positivista derivam as vertentes denominadas de funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo, assentadas na abordagem instrumental e manipuladora da realidade. Essa forma de conhecimento do real fundamenta a chamada “racionalidade forma-abstrata” ou “razão instrumental” que nega a dimensão dialética, histórica e humana da práxis social. Ao renunciar tais dimensões, as correntes vinculadas ao racionalismo formal fortalecem o terreno do

⁶Na perspectiva liberal, o igualitarismo é a exigência de que todos os cidadãos do Estado sejam tratados imparcialmente. É a exigência de que o nascimento, relações familiares ou riqueza não influenciem aqueles que aplicam a lei aos cidadãos. (Karl Popper – *A sociedade aberta e seus inimigos*).

irracionalismo, ou seja, uma visão fetichizada da realidade social. (COUTINHO, 1972 apud SIMIONATO, 2009, p.90).

Essas mudanças tinham como objetivo a defesa da ordem burguesa contra a ameaça revolucionária-socialista. E é assim que o pensamento conservador inicia uma produção do conhecimento para benefício e controle de suas crises. Para Machado, (1997, p. 62) estes dois fenômenos – crise social e revolução – polarizarão todo o pensamento conservador pós-48: está na raiz da ciência social que é filha direta do conservadorismo dessa época, a sociologia.

[...] isso não quer dizer que, a partir do pensamento sociológico, o conservadorismo adira, definitivamente a racionalidade. Significa, tão somente, que a sociologia (clássica, quanto contemporânea) passou a assumir o papel de importante interlocutor e formulador mais sofisticado dos princípios conservadores – da autoridade, da propriedade, da ordem, da hierarquia, das tradições, das corporações, das organizações privadas, do estado, da divisão do trabalho social (por oposição à categoria crítica da divisão social do trabalho, que supõe a alienação nas sociedades de classes), por exemplo. (ASSUNÇÃO, 2016, p. 154).

É dessa forma que a sociologia surge como uma proposta alternativa a crise do pensamento crítico com Emile Durkheim já quase no final do sec. XIX, e vem resgatar um dos projetos da Revolução Francesa, que o de educar o povo para transformar sua selvageria em docilidade, ou seja, em pessoas mais submissas. “Instruir uma nação é civilizá-la [...] A ignorância é o destino do escravo e do selvagem”. (DURKHEIM, 2008, p. 34)

É Auguste Comte (1798-1857) quem cria o termo “sociologia”, no âmbito da construção de uma filosofia “positiva”. Seu *Cours de philosophie positive* (*Curso de Filosofia Positiva*) procura estabelecer as condições do “consenso” social, através das noções de “ordem” e de “progresso” e da constituição de uma “religião da humanidade”. Herbert Spencer (1820-1903) parte explicitamente da analogia sociedade-organismo, para formular os conceitos de estrutura e de função, analisar o desenvolvimento das sociedades e das “instituições”, distinguindo os aparelhos de “manutenção”, de “distribuição” e de “regulação”. Escreve *Principes de sociologie* (*Princípios de Sociologia*), entre 1876 e 1896, imenso quadro anedótico da evolução social. (DURKHEIM, 2008, p.37).

Nessa perspectiva, valores e princípios da tradição conservadora são elevados a conceitos, construídos a partir do método sociológico de Durkheim - influenciado pelo positivismo de August Comte, dedicou sua trajetória intelectual a elaborar uma ciência que possibilitasse o entendimento dos comportamentos

coletivos. Sua grande preocupação era explicar os elementos capazes de manter coesa a nova sociedade que ia se configurando após a revolução industrial e a Revolução Francesa.

A sua contribuição para a análise da sociedade foi extensa, analisando diferentes segmentos e processos sociais. As obras: “A Divisão do Trabalho Social”, “O Suicídio”, “As formas Elementares da Vida Religiosa”, Educação e Sociologia”, “Educação Moral”, entre tantas outras, foram importantes para a construção conceitual voltada à harmonia da sociedade.

O projeto educativo de Durkheim é entendido por ele como a ciência da moral e este será realizado através da educação. Ou seja, a função dos educadores é criar um método não só para explicar a moral, mas para transmiti-la aos educandos. Para ele, “acima de tudo, precisamos fazer uma alma e esta alma, precisamos prepará-la desde criança”. (DURKHEIM, apud FERNANDES, 1994, p 45).

O educador assume o lugar semelhante ao sacerdote, pois este estaria em sintonia com Deus, e como intermediário não caberia questionamentos. Durkheim assume o sentido popular de educar: “endireitar o que está torto ou mal formado”. Assim, explica Fernandes (1994), compete ao educador ser escultor e trabalhar os entusiasmos das crianças, avaliando sua amabilidade e no final a criança deverá está moralizada.

Nas análises de Durkheim, o Estado também tem um importante papel na educação, pois se a função da educação é coletiva, que tem por objetivo moldar a criança ao meio social, deverá este, está sempre vigilante no sentido da obrigação pedagógica que terá por fim a função social. A educação privada também deverá está sobre seu juízo e fiscalização.

Em relação à família no processo da aprendizagem da infância nas escolas públicas, Durkheim em seu livro, “A educação moral” contraria a opinião pública muito difundida que a educação moral deveria ser de responsabilidade da família, para ele, a escola no quesito sobre educação é o canal mais importante. Para o filósofo a família possui conceitos pré-estabelecidos e sem laicidade. Assim, é no

espaço da escola que se forma cidadãos para o mundo, sem preconceitos e dogmas.

Para o mesmo autor, a família é o grupo menos importante, visto que é muito restrito, quase resumido à esfera dos interesses pessoais. Para ele, na medida em que a sociedade progride, os anseios voltam-se ao grupo político (entendido como vida comum de todos os membros) e a família passa a ser um órgão secundário do Estado.

Nessa perspectiva, o educador deve fazer com que as crianças se interessem pela formação de grupos, que seus anseios fiquem unidos a eles como um fim ao qual um dia poderão servir. Dentre estes fins, destacam-se três componentes que são hierarquizados de acordo com a evolução social e moral: a família, a pátria e a humanidade.

Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contrai, cumpro deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo estando de acordo com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os através da educação. (Introdução ao pensamento sociológico - DURKHEIM, 2001, p. 44)

Nessa perspectiva não há relação entre a economia e a política, pois a sociologia possibilita conclusões *científicas* com claras posições políticas antirrevolucionárias, bem ao deleite burkeano. Sua posição ontológica fica somente na defesa e ajustamento dos grupos e indivíduos às instituições vigentes pela mediação da moral.

Coutinho no prefácio do livro de Netto (2011, p. 10), analisa e elucida o momento histórico da formação do conservadorismo clássico com a concepção das ciências sociais,

Depois da revolução de 1884 – quando o proletariado se apresentou pela primeira vez, como uma classe para si, oposta a burguesia -, o conservadorismo ganhou novas características. O seu inimigo principal não era apenas os revolucionários democrático-populares, mas também os movimentos socialistas do proletariado, que começava a colocar suas reivindicações na agenda política. Também diante deste novo contexto, o conservadorismo assumiu diferentes faces. Por um lado apostou na fragmentação da teoria social, no abandono do historicismo e da totalidade, mediante a criação das várias “ciências sociais particulares”, todas marcadas, em última instância, por um positivismo que propunha tratar os

fatos sociais como “coisas” (Durkheim) e não como resultado de uma práxis histórica. Mas o conservadorismo também adotou, em outra vertente, um ponto de vista claramente irracionalista, o qual, em nome de uma mítica “tramulação de valores” (Nietsche), supostamente revolucionária, afirmava na verdade a conservação da ordem que coagulava a distinção eterna entre os senhores (os “super-homens”) e os subalternos. (NETTO, 2011, p. 10).

Nesse intervalo já ocorre um aumento significativo do conservadorismo com tendências neoliberais e essa ideologia passa a somar em torno de si, os principais expoentes de uma suposta “reforma”. Negando o conservadorismo, como adianta o autor, e cita HAYEK, o pai do neoliberalismo, que elaborou um livro intitulado *Por que não sou um conservador*. Para ele, isso explica por que o “neoliberalismo apresente todas as suas propostas de desconstrução dos direitos sociais como “reformas”, quando na verdade estamos diante de uma “*contrarreformas*”. (COUTINHO, 2011, p. 10).

É dentro desse contexto, que se inicia a formação e consolidação do pensamento conservador na contemporaneidade, com a prevalência da sua função social ideológica.⁷ Souza (2015 p. 208) se reporta ao conservadorismo contemporâneo relacionado à sua autoimagem, para ele, “a autoimagem de uma ideologia não pode ser tomada como mera aparência secundária em relação à sua atuação “concreta” sobre a economia”. Pois existe uma relação dialética entre a autoimagem ideológica, a inclusão de novos sujeitos individuais e coletivos e a construção de hegemonia de um projeto de classe.

Toda ação social se move em um campo estruturado pelas ideologias, pelos projetos de classes. As aparências são a cara visível das ideologias. Ainda que demonstradas empiricamente falsas, marcam o horizonte das possibilidades (2006, p. 196) [...] trata-se da ampliação da esfera de classe (DIAS, 2006, p. 63).

Para ele, essas representações assumidas pelos sujeitos em relação a si mesmo não se constituem como as únicas fontes de conhecimentos sobre o seu significado social e histórico. E explica,

O conservadorismo, como ideologia aglutinadora das classes dominantes, acionada nos períodos de crise como mecanismo que subordina as contradições internas dessas classes ao projeto mais abrangente de

⁷ Ideologia aqui entendida como uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta.[...] ocultando – as, as distorções ideológicas contribui para a sua reprodução e, portanto, serve aos interesses da classe dominante. (BOTTOMORE – dicionário marxista, 2012, p. 270).

manutenção e ampliação das relações sociais capitalistas, formula e amplifica uma autoimagem capaz de reunir em torno de si a adesão de setores estratégicos das classes dominadas. Tal adesão pode significar o sucesso de tal ideologia, tal como ocorreu com Luís Napoleão, que reuniu logrou aglutinar em torno de si a parcela majoritária da população francesa, isto é, parte importante do campesinato. (SOUZA, 2015, p. 209).

Dessa forma, a ideologia conservadora contemporânea que se apresenta no Brasil na atualidade tem elementos teóricos e políticos do conservadorismo clássico com grandes tendências ao crescimento da intolerância e de uma agenda repleta de ataques aos direitos civis, políticos e sociais. Elementos esses, que posteriormente nos deteremos em exemplificar como algumas posturas refletem a reatualização do conservadorismo.

O conservadorismo como se apresenta, busca se apresentar apolítico, ou seja, desprovida de consequências para a sociabilidade, como algo natural, inerente aos sujeitos e mesmo quando se volta como movimento político, este se direciona na preservação dos costumes, associado à cautela, à experiência política, com a intenção de fazer uma associação com os indivíduos singulares que se identificam com esses termos. [...] E isso fica mais visível em momentos de crise e transição política, que geralmente causam certa insegurança na população. (SOUZA, p. 210).

Sendo este universalizado, a partir das percepções de que todos os sujeitos são apresentados como conservadores em alguma medida, como tendência a preservação de si, dos familiares ou amigos, como bem exemplifica Oakesfortton “O meu tema não é uma crença nem uma doutrina, mas uma forma de ser e estar”. Ainda segundo o referido autor: “Ser conservador significa uma inclinação a pensar e a comportar-se de determinada forma. [...] uma inclinação pura e natural da mente humana”. Na perspectiva de Kirt (2014, p. 102):

Na medida em que seja possível determinar o que os conservadores creem, os primeiros princípios do pensamento conservador provêm daquilo que professaram os principais escritores e homens públicos conservadores ao longo dos últimos dois séculos. [...] talvez seja mais apropriado, a maior parte das vezes usar a palavra “conservador” principalmente como adjetivo. Já que não existe um modelo conservador, sendo o conservadorismo, na verdade, a negação da ideologia: trata-se de um estado da mente, de um tipo de caráter, de uma maneira de olhar para a ordem social civil. A atitude que nós chamamos de conservadorismo é sustentada por um conjunto de sentimentos [...] É quase verdade que um conservador pode ser definido como sendo a pessoa que se acha conservadora. [...] (mesmo assim, os

conservadores sabem, como Burke, que a saudável “mudança é meio de nossa preservação”). A continuidade da experiência de um povo, diz o conservador, oferece uma direção muito melhor para a política do que os planos abstratos dos filósofos de botequim. (KIRT, 2014, p. 102, grifos nossos).

Pode-se sintetizar, a partir dessas citações e do conjunto das exposições anteriores, as tendências do conservadorismo contemporâneo na sociedade brasileira em quatro pontos importantes (Souza, p. 211):

O conservadorismo faz crítica das “ideologias” e se apresenta como uma “forma de ser” não ideológica; diferente da tradição Burkeana, atualmente os conservadores valorizam e defendem o presente contra as “ideologias totalitárias”, adotam posições pragmáticas e imediatistas, baseando escolhas e alternativas políticas e individuais tão somente na situação dada tal como se apresentam no aqui e agora; é favorável às mudanças hierarquizadas, desde que permaneçam subsumidos os interesses das classes dominadas.

1.2 As expressões do conservadorismo no Brasil

Na seção anterior, mapeamos de forma introdutória as bases teóricas do conservadorismo como uma postura política e ética na realidade social que ganha força no século XIX. Analisamos o pensamento germinal de BURKE e as convergências do conservadorismo com liberalismo. Entretanto, o exame conceitual do conservadorismo em si não possibilita elementos suficientemente sólidos para o enquadramento da conjuntura que envolve o Brasil contemporâneo.

Para Quadros (2015), nomes como Visconde do Uruguai, Joaquim Nabuco, Farias Brito, Miguel Reale, Gilberto Freire, Roberto Campos, Gustavo Coarção, M^a Ferreira dos Santos, Golbery do Couto e Silva, Nelson Rodrigues, Oliveira do Amaral, Alberto Torres e Azevedo Amaral, mantiveram distância do sentido epistemológico do conservadorismo e que, para ele, cada um a seu modo foram percebidos conservadores pela forma de abordagem e julgamentos traduzida em suas produções intelectuais. Sendo, *A Consciência Conservadora no Brasil*, de Paulo Mercadante, uma exceção, segundo ele não há uma vasta produção intelectual no Brasil sobre o assunto.

Assim, trazer a discussão teórica é importante e crucial para definições básicas de conceitos e apoio metodológico, mas interpretar “os conservadorismos” à

brasileira e suas manifestações é imprescindível para as propostas da presente dissertação.

Com esse objetivo em vista, não podemos analisar apenas autores brasileiros que sejam taxados como conservadores, até porque poucos se dedicaram sobre o modo brasileiro de ser conservador. Dessa forma, é importante, a contribuição de alguns autores, *surveys*⁸ elaborados e publicados por institutos de pesquisa a respeito de temas específicos como política, religião, moral, e dos arranjos sociais como um todo que possa trazer algum parâmetro sobre o conservadorismo no Brasil, em especial o religioso.

Desse modo, e com objetivo de maior precisão dos dados, optamos por avaliar os *surveys* que trataram mais especificamente de temas que estejam de alguma forma associados às manifestações frequentemente associadas aos conservadorismos. Os dados daí alcançados serão avaliados por campos temáticos com comentários e observações.

Burke advoga exaustivamente a manutenção das instituições tradicionais, nega as mudanças bruscas, e os valores e princípios provocadas pela Revolução Francesa. Para ele, a experiência acumulada por gerações consecutivas salvaguardam os princípios basilares de uma sociedade, legitimando-se. Assim, algumas instituições se fortalecem no decorrer do tempo, demonstrando a perpetuação de sua importância na sociedade atual.

A pesquisa aplicada pelo ESEB¹ (2006 e 2010) indica um quadro pelo menos próximo desta descrição (Tabela 1). Convidados a responder como avaliariam certas instituições, os entrevistados produziram os dados dispostos na tabela que segue.

TABELA 1 – Avaliação de Instituições

	Igreja Católica	Rede Globo	Outras emissoras de TV	Igreja evangélica	Governo federal	Grandes empresas	Militares	Polícia	Justiça	Congresso Nacional	Partidos políticos
2006	81,8	80,6	80,4	0,0	52	64	55	51,3	40,9	26,2	25,8

⁸A partir dos anos noventa pode-se constatar que as pesquisas quantitativas ganharam definitivamente um lugar nas Ciências Sociais que se ocupam do fenômeno religioso no Brasil. Mediante a utilização de *surveys*, questionários aplicados a extrato da população, trabalhados sob método estatístico, resultando em bases de dados, frequências, índices, gráficos e tabelas, os sociólogos e antropólogos da religião puderam inferir tendências, propor hipóteses e principalmente comparar esses dados com os resultados de suas pesquisas qualitativas: “observações participantes”, “trabalhos de campo”, e “estudo de caso”. De uma desconfiança inicial – devido a tradição “humanística” e literária” das Ciências Sociais brasileiras, avessa a números e estatística, principalmente numa temática como religião, atravessada por subjetividades, mitos e ideologias – o método foi ganhando credibilidade, embora acompanhado de ressalvas quanto a possíveis impressões – por exemplo, como a intenção do entrevistado de querer passar uma auto-agem para o entrevistador pode ocultar uma distância entre o que ele diz e o que ele faz, que, no entanto, devem ser explicadas e controladas como condição da utilização da metodologia. (CAMURÇA, 2011, p. 35).

2010	68,5	64,8	62,4	50,8	49,9	47,5	42,1	32,8	28,3	22,9	19,4
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: ISEB. In: Opinião Pública. Campinas, v. 17, n. 2, 2011, Encarte. pp. 516-540.

A tabela reúne informações de duas pesquisas de *surveys* que ocorreram nos anos de 2006 e 2010. Percebe-se que apesar da inclinação que atingiu a confiança em todas as instituições no intervalo de quatro anos, a Igreja Católica assume o topo da lista. A despeito da queda observada em 2010 (13,3%) os dados mostraram-se insuficiente para subtrair a liderança católica do "*ranking*" de ambos os períodos compreendidos pela medição. Assim, os números indicam que a tradicional Igreja Católica continua com a aprovação de expressiva maioria do povo brasileiro. Segundo o censo do IBGE (2010), o Brasil é ainda a maior nação católica do mundo, mas na última década, a Igreja teve uma redução da ordem de 1,7 milhões de fiéis, um encolhimento de 12,2%, "cristãos são 86,8% no Brasil; católicos caem para 64,6%, evangélicos já são 22,2%".

Importante também mensurar que outras instituições cristãs (que o ESEB denomina de "igreja evangélica") sofreram um significativo aumento de: 58,6% de aprovação. Esse percentual está bem acima do número de adeptos das chamadas igrejas evangélicas no Brasil, os quais, em 2010, ano da pesquisa, representavam como já vimos anteriormente, 22,2% dos brasileiros. Como ocorre com o catolicismo, mesmo sendo pejorativamente taxadas de excessivamente conservadoras por parte de inúmeros grupos organizados e mais ou menos influentes, as igrejas são bem vistas pela maioria da população brasileira de acordo com o ESEB.

Entre as chamadas igrejas evangélicas, as Assembleias de Deus mantiveram suas taxas de crescimento, em 2010 mais de 12 milhões de brasileiros 46,8% dos pentecostais. (ALMEIDA e BARBOSA, 2015, p. 340). Numa análise rasa, poderíamos dizer que a preservação⁹ da família é um dos motivos que serve para

⁹Encorajada por Eduardo Cunha, que assumiu a presidência da Câmara dizendo que "Aborto e regulação da mídia só serão votados passando por cima do meu cadáver", a bancada evangélica tem conseguido levar adiante projetos extremamente conservadores, como o Estatuto da Família (PL 6.583/2013), que reconhece a família apenas como a entidade "formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos", que deve seguir para o Senado nos próximos dias. (carta capital-

explicar o crescimento da Assembleia de Deus no País. De acordo com o censo (2010) ela é o maior segmento evangélico, com 12 milhões de fiéis, é o 2º maior do Brasil, atrás da igreja católica. Em comparação com a Igreja Universal do reino de Deus, que perdeu 288 mil fiéis nos últimos 10 anos. A assembleia de Deus prega valores morais mais rígidos.

Para o mais, observa-se que o parlamento e os partidos políticos amargam as duas últimas posições. Os índices de credibilidade atingidos por essas instituições rondam a modesta casa dos vinte pontos percentuais.

Por seu turno, *survey* empreendido pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE, 2012 e 2013) trouxe-nos os seguintes dados (Tabela 2). Em 2013, após as manifestações de junho, houve uma queda geral de confiança nas instituições pesquisadas, em relação a 2012.

Tabela 2 -Credibilidades em algumas instituições

	-7%	-7%	-10%	-10%	-11%	-14%	-11%	-14%	-15%
Bombeiros	Igrejas	Forças armadas	Meios de comunicação	Empresas	ONGS	Polícia	Bancos	Escola pública	
	-13%	-33%	-23%	-13%	-9%	-16%	-24%	-19%	-14%
Judiciário	Pres da República	Gov Federal	Sistema eleitoral	Governo Municipal	Sindicatos	Sistema Público	Congresso Nacional	Partidos Políticos	

Fonte: IBOPE, 2012/2013.

Em junho de 2013 o Brasil presenciou acontecimento de grande repercussão política e social. Um movimento que começou com uma reivindicação sobre a tarifa de transporte público ganhou novas pautas, como o fim da corrupção, mais investimentos em saúde e educação, contra os gastos da copa entre outras bandeiras que se juntaram aos pleitos das manifestações. Esses movimentos impactaram as instituições e atores políticos, pois desde as *diretas já* não se via

política-os pastores no congresso/.www.cartacapital.com.br/política/os pastores-do-congresso.acesso em 27/05/2016).

tamanha mobilização com milhares de pessoas participando das passeatas em todas as capitais do país.

Conforme a tabela evidencia, embora a maioria das instituições analisadas pelo IBOPE tenha perdido credibilidade no período analisado (2012 e 2013), dados idênticos fora verificado pela pesquisa do ESEB sem que tenha havido qualquer movimento social, político ou cultural anormal entre 2006 e 2010, datas em que foram aplicadas as avaliações.

Em contrapartida, a julgar pelos dados do IBOPE, as organizações religiosas demonstram incontestavelmente que o sustentáculo da maioria da sociedade (a alternativa "igrejas" aparece com 71% de confiança em 2012 e 66% no ano seguinte) e as Forças Armadas mantêm a posição de destaque, só perdendo para os bombeiros. Da mesma forma, as piores avaliações recaem igualmente sobre o parlamento e os partidos políticos.

Com o intuito de reforçar essa conclusão, pode-se apresentar mais uma fonte, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que também mediu a confiança dos brasileiros nas instituições do país em dois anos distintos (2011 e 2013), conforme atestam os dados na tabela 3.

Tabela 3 - Confiança dos brasileiros nas instituições do país

	Forças Armadas	Igreja Católica	Ministério Público	Imprensa Escrita	Grandes Empresas	Governo Federal	Partidos Políticos
2011	70%	56%	53%	44%	36%	20%	7%
2012	71%	56%	52%	43%	41%	20%	7%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6618>)

Assim, podemos perceber uma tendência na preferência para uma avaliação positiva nas instituições comumente associadas à ordem e à manutenção de valores secularmente assentados no Brasil. É simbólico o caso da Igreja Católica e das Forças Armadas, duas instituições tradicionais e notadamente mais bem avaliadas na lista apresentada pelos pesquisadores aos respondentes.

Assim, os dados indicam que a religiosidade e suas organizações oficiais possuem um grande número de defensores e que essas instituições não são

atingidas pela críticas de setores progressistas¹⁰ da sociedade, que rebatem as ideias tradicionais comumente abusadas pelas igrejas e o pensamento político conservador (ou "de direita") que costumam prevalecer nos escalões superiores das organizações cristãs e militares.¹¹

A falta de confiança dos brasileiros nas instituições políticas é bastante provável que se alimente em parte pela falta de respostas satisfatória em atender às necessidades da coletividade, pelos somados escândalos de corrupção por parte do congresso nacional e partidos políticos. E ainda parcelas insatisfeitas com a fragilização e o funcionamento da democracia e de suas instituições basilares.¹²

Portanto, essas análises nos levam a aventar que, tais descrenças nas instituições políticas fortalecem projetos societários, que são arquitetados, planejados e executados pelos representantes de partidos que possuem pautas moralizantes e conservadoras ou apóiam-nas.¹³ Nessa perspectiva, temos elementos suficientes para supor que a linha política dominante, ontem e hoje, vincula-se ao conservadorismo e ao universo de ideias tidas como "de direita".

¹⁰Nas décadas de 1980 e 1990, o cristianismo alimentou a esquerda, os movimentos sociais. MST, a CUT, o próprio PT. Muitos deles têm suas raízes nas comunidades eclesiais de base, na pastoral do campo, na Teologia da Libertação. Isso foi importante e teve grandes consequências sociais e políticas no Brasil. Mas entrou em crise com a adaptação do PT ao Estado burguês e ao interesse do capital. Nas últimas décadas, surgiram, com cada vez mais força, os chamados "evangélicos". As igrejas neopentecostais assumiram uma agenda bastante reacionária em todos os campos: com relação às mulheres, aos homossexuais, aos cultos afros brasileiros, ao capitalismo – uma adesão à chamada "teologia da prosperidade". Trata-se de uma configuração preocupante, com muito impacto político, pois esses grupos organizam e financiam campanhas eleitorais. Há talvez uma esperança de que a Teologia da Libertação volte a ganhar mais espaço, agora que o Vaticano está abrindo novas possibilidades. Quem sabe assistiremos a uma nova onda do cristianismo da libertação, que dispute espaço com os evangélicos. E também há esperança que no seio das igrejas evangélicas um setor mais crítico. Acredito que já exista, aqui e acolá, mas ainda sem estruturar em uma força sócio religiosa de peso. A igreja católica foi durante séculos uma força ultraconservadora, até que de repente surgiu o imprevisto: alguns cristãos começaram a ler Marx. Talvez isso venha a acontecer com os evangélicos. (LOWY, 2016, p.65).

¹¹O aumento de militares, religiosos, ruralistas e outros segmentos mais identificados com o conservadorismo refletem, segundo o diretor do Diap, Antônio Augusto Queiroz, esse novo status. "O novo Congresso é, seguramente, o mais conservador do período pós-1964", afirma. "As pessoas não sabem o que fazem as instituições e se você não tem esse domínio, é trágico", avalia.

¹²O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio pela democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular. (LOWY, 2016, p. 66).

O principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como a “bancada BBB” da “bala” (deputados ligados a polícia militar, aos esquadrões da morte, e as milícias privadas), do “boi” (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da “bíblia” (neopentecostais, integristas, homofóbicos e misóginos). (LOWY, 2016, p. 65).

Quinalha (2016, p. 133) ao analisar o impeachment da presidente Dilma Rousseff, reflete que o golpe tem três facetas, a corrupção, neoliberalismo e conservadorismo. Sobre esse último asserta:

[...] o impeachment não é apenas o ponto de chegada do golpe em curso. Ele consiste, na verdade, em seu ponto de partida [...] a terceira dimensão, no entanto, mais subterrânea e de alcance ainda imprevisível, talvez seja a mais perversa por sua invisibilidade e por afetar segmentos sociais desamparados de um estatuto legal de proteção em nossa democracia: trata-se da agenda moral desse golpe tramado por homens brancos, heterossexuais e cisgêneros.

Valores morais sempre estiveram presentes na sociedade brasileira e na atualidade fazem dela uma bandeira política alicerçada pelo tradicionalismo, religioso e o discurso da defesa da família tradicional. E assim “elegem como ameaça as formas de sexualidade e de desejo que desafiam a heteronormatividade e a cisgeneralidade”. (QUINALHA, 2016, p134) E vai além, ao afirmar que:

A instrumentalização dos marcadores de gênero e de sexualidade para o controle social, domesticando corpos e forjando subjetividades, aconteceu em diversos momentos durante a história com os mais diferentes regimes políticos. Tanto é assim, que um indicador fundamental do grau de liberdade, inclusão e democracia de um determinado regime ou governo é a maneira como integra ou não as pessoas LGBTs em seus discursos oficiais e políticas públicas. Em outras palavras, as diversidades e suas configurações nas tramas do poder ainda são um dos mais importantes termômetros da qualidade de uma democracia. (QUINALHA, 2016, p.134).

Quinalha exemplifica(2016) que durante o nazismo alemão, a punição aos homens homossexuais estava consagrada no art. 175 do código penal. E que na Itália fascista como não havia crime tipificado no código penal, criou-se estratégias de punição, há registros de condenação ao exílio forçado para os homens considerados homossexuais. Mas alerta também que não só apenas os regimes de extrema direita tiveram esse tratamento de ressalvas aos direitos de pessoas LGBTs, pois:

[...] ainda que determinados setores de esquerda tenham sido os primeiros a acolher e incorporar em suas formulações a defesa e a promoção da diversidade sexual, alguns regimes progressistas também institucionalizaram a violência contra esses segmentos. Na união soviética, depois de um período de importantes avanços sociais e culturais logo após a Revolução de 1917, inclusive com liberalização dos costumes e maior diversidade de gênero e sexualidade, a ascensão de Stálin marcou um retrocesso conservador em diversos sentidos. Já na primeira metade da década de 1930, uma nova lei de sodomia desconstruiu o legado da “revolução sexual” desencadeada em outubro de 1917, criminalizando novamente a homossexualidade culminando na condenação de 50 mil homossexuais até os primeiros anos de 1980, muitos deles mandado a campos de trabalho forçado (os gulags) sob as mais difíceis condições de sobrevivência. (QUINALHA, 2016, p. 135).

Cita Cuba também, que apesar dos avanços na justiça social, e igualdade material, não conseguiu incorporar as liberdades sexuais como um valor fundamental democrático. Fidel Castro após a revolução cubana revela sua concepção quanto à homossexualidade, em entrevista, ao declarar que: “não se deve permitir que os homossexuais ocupassem cargos nos quais possam exercer influência sobre os jovens. [...]”.(QUINALHA, 2016, p. 135).

No Brasil nunca tivemos um código criminal específico contra os homossexuais. Entretanto, abre brechas em diversos dispositivos amparados pela lei como, “ato obsceno” “vadiagem” ou “violação a moral e aos bons costumes”. E que foram largamente utilizadas para a condução legal das práticas sexuais consideradas “desviantes”. Para o referido autor, na ditadura militar isso foi mais visível, pois se valia do autoritarismo de Estado, que era praticado através de uma ideologia de perseguição e controle de grupos sociais considerados como uma ameaça ou perigosos.

Importante considerar que, essas exposições são apenas para comparar que diferentes regimes em determinados pontos podem compartilhar de algum modo de representações preconceituosas e estigmatizantes. E também lembrar que o atual governo ainda que não seja uma ditadura ou regime totalitário, tem se alinhado entre o executivo e o legislativo com propostas sobre a moral sexual que há muito são defendidas pelas autoridades religiosas, e escoltadas ainda pelas regras do comportamento coletivo. Conforme atesta a tabela 4, quando se trata apenas sobre questões ligadas à sexualidade, os dados seguem essa percepção:

Tabela 4 - Concepção dos brasileiros acerca da homossexualidade

	Totalmente contra	Um pouco contra	Nem contra Nem a favor	Um pouco a favor	Totalmente a favor
Opinião sobre o homossexualismo masculino	81	8	3	3	5
Opinião sobre o homossexualismo feminino	78	10	3	4	5

Fonte: ESEB, 2006.

Teceremos um breve comentário sobre os dados apresentados, até porque conforme a tabela 4 é bem clara a opinião da população brasileira sobre a homossexualidade feminina e masculina. O que tais dados nos possibilita é fazer um paradoxo entre sexualidade e religião inclusive como subsídio para a futura análise da pesquisa empreendida pela presente dissertação.

Vimos anteriormente que a população tende a positivar a igreja, assim, a assertiva de que a influência religiosa tenha sido o sustentáculo para moldar o comportamento sexual dos brasileiros com viés conservador, é uma afirmativa dual e pode haver quem não concorde, tendo como premissa que regimes totalitários e progressistas como já mencionados anteriormente, também adotam posturas antidemocráticas e conservadoras, entretanto ao considerar o caso brasileiro, (ALMEIDA, 2007, p. 168) observa que:

Ao falar em sexo não se pode deixar de pensar em religião. Historicamente o controle religioso do corpo, em especial da mulher, foi crucial para que se impusessem regras repressivas ao comportamento sexual. [...]. Mesmo em tradições religiosas mais liberais e puritanas a religião teve um papel repressivo. Dados colhidos junto à opinião pública captaram esse fenômeno no Brasil do século XXI (ALMEIDA, 2007, p. 168).

Os dados dos *surveys* aplicados¹⁴ comprovam que a maioria esmagadora brasileira acredita que é imperativo acreditar em Deus para se tornar uma pessoa melhor. 86% responderam afirmativamente a pergunta “você acha que acreditar em Deus é essencial à moralidade?” (DataFolha, 2014).

¹⁴Survey aplicado pelo PewResearch Center em 2014.

Outro ponto emblemático nas pesquisas diz respeito ao aborto, em 2002 o ESEB, demonstrou que 37% dos entrevistados julgam que o “aborto deve ser proibido em qualquer situação” enquanto 51% acreditam que essa medida deve ser permitida apenas em caso de gravidez decorrente de estupro. Apenas 11,5% dos entrevistados seriam incondicionalmente favoráveis à autorização do aborto no Brasil.

Em concordância a essa opinião, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão máximo da hierarquia católica do país é contrária a posicionamentos de movimentos feministas e do posicionamento da ex-presidenta Dilma Roussef, que no seu governo inicialmente se posicionou a favor de alterar a legislação sobre o aborto.

De fato, esta é a política da Presidente Dilma: incentivar e difundir o aborto, favorecendo os interesses de organismos internacionais que querem impor o controle demográfico aos países em desenvolvimento, mesmo se isto leva a Presidente a desrespeitar a vontade da maioria do povo brasileiro, que é contrária ao aborto, e a infringir as mais elementares regras da democracia (CNBB, 2012, p. 15).

Para endossar essa concepção, Nishimura (2004) coletou informações semelhantes, conforme analisa a partir dos credos religiosos a percepção dos brasileiros sobre o homossexualismo e a proibição de programas de TV que promova a defesa do casamento entre os homossexuais(Tabela 5).

Tabela 5 – Diferentes credos e Homossexualidade

RELIGIÃO	Proibição de um programa de TV que defenda o casamento entre homossexuais	Opinião sobre homossexuais
----------	---	----------------------------

	DM	DP	ND NC	CP	CM	TOTAL	Pessoas como quaisquer outras	Pessoas que nasceram c/oproblema e devem ser aceitas	Pessoas c/comporta mento errado	TOTAL
Mórmon	19,6	15,7	0	2,0	62,7	100	18,2	22,7	59,1	100
Adventista						100				
Testemunha de Jeová						100				
Evangélica Pentecosta I	13,6	3,8	1,0	4,5	77,0	100	12,0	24,8	63,2	100
Evangélica Não pentecostal	18,8	5,9	7,1	8,2	60,0	100	27,9	16,3	55,8	100
Candomblé	27,3	18,2	0	0	54,5	100	60,2	0	40,0	100
Umbanda	12,5	245, 0	0	12, 5	50,0	100	60,0	0	40,0	100
Espirita Kardecista	42,5	20,5	0	9,6	27,4	100	47,	36,1	16,7	100
Seicho-no- iê,	28,6	42,9	0	14, 3	14,3	100				
Messiânica										
Budista	75,0	12,5	0	0	12,5	100				100
católica	23,5	12,8	0,7	9,7	53,3	100	28,8	42,1	29,1	100
Santo Daime,	29,0	3,2	0	3,2	64,5	100	100			100
Esotérica,										
Outras										
Não tem Religião	6,2	12,4	0,6	7,9	42,9	100	46,1	29,2	24,7	100

Ateu	100	0	0	0	0	100	50,0	50,0	0	100

Fonte: Nishimura, 2004.

Os dados revelam que não há uma anuência quando o assunto é homossexualismo, apesar de existirem respostas favoráveis em aceitá-los como “pessoas como outras quaisquer”, há um número significativo dos entrevistados que não aceitam a união homoafetiva como natural. Nota-se, que essas questões são também permeadas por valores morais de fundo religioso, onde as maiorias dos respondentes se declararam religiosos.

Católicos, pentecostais ou não pentecostais apontam o homossexualismo como pessoas que possuem comportamento inadequado ou um problema. Os espíritas kardecistas, budistas, e os ateus possuem posicionamentos menos conservadores e apresentam posturas mais favoráveis à homossexualidade e aos programas da TV que exibem programas que defenda o casamento gay.

Dessa forma, é que temas como aborto e homossexualidade vêm protagonizando papéis de destaques na cena contemporânea e onde as igrejas cristãs possuem posicionamentos análogos.

Na contramão de tais definições, destoam duas declarações do Papa Francisco em sua visita ao Brasil para participar da Jornada mundial da juventude: a primeira ao afirmar que os ateus irão para o paraíso se for boas pessoas. (embora posteriormente, o vaticano retificou o Papa, afirmando a necessidade de fé em Cristo). A segunda, igualmente forte, Sua Santidade afirma que se a pessoa (leigo, padre, freira) tem práticas homossexuais e busca a Deus, quem seria ele para julgá-la. Sobre o aborto não fez nenhum comentário e que a “Igreja não deve fazer desse assunto a sua principal preocupação - essas declarações neutralizaram até a ortodoxia católica” analisa Almeida (2013, p.04). E segue:

Essas declarações podem ser consideradas opostas ao perfil fundamentalista de matriz puritana norte-americana da qual descende parte significativa dos evangélicos brasileiros (pentecostais e não pentecostais), como a Assembleia de Deus do pastor Silas Malafaia e do deputado federal Marcos Feliciano, os inquisidores contemporâneos. E o discurso papal sobre a pobreza foi, sem ser enunciado como tal, a antiteologia da

prosperidade dos bispos Macedo e Sônia e dos apóstolos Waldemiro e Hernandes, com suas ênfases no empreendedorismo individual e no aumento da capacidade de consumo, principais vetores da ética religiosa-econômica neopentecostal. (ALMEIDA, 2013, p. 05).

Esses posicionamentos demandam uma breve investigação quanto à importância da religião na sociedade brasileira. Assim, no próximo item será oportuna uma abordagem sobre as religiões cristãs católicas e evangélicas/pentecostais com o intuito de trazer para o debate suas particularidades e antagonismos tendo em vista que essa categoria demandam análise e debates futuros.

1.3 Religião: alguns pressupostos

A religião é um tema de diversas análises e vem suscitando debates nas ciências sociais assim, ao tematizar esse trabalho tendo como fundo a religião, é importante fazermos um preâmbulo sobre o fenômeno religioso como algo historicamente construído.¹⁵O termo “religião” originou-se da palavra latina “religio”, cujo sentido original indicava um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições – sem fazer referências a divindades, ritos e mitos. Ou seja, o conceito “religião” foi construído histórica e culturalmente no ocidente adquirindo um sentido ligado a tradição cristã. (SILVA, 2010, p. 13). Na perspectiva das Ciências Sociais, a mesma autora concede que, a “Religião é um produto histórico e social que se transforma no espaço e no tempo por diferentes sociedades”. (SILVA, 2010, P. 07).

A religião na perspectiva marxista outorga que, Marx apesar de não priorizar a religião nos seus estudos, consegue fazer uma crítica da religião como uma crítica da realidade social, em que a mesma é entendida como superstição e idolatria, “ópio” que conforma o homem embaraça sua consciência e esta concepção deve ser negada, no sentido de desvelamento do véu religioso presente na sociedade e no

¹⁵ Considerando a necessidade de uma definição para o uso acadêmico e científico e por isso não pode ter definição vaga e ambígua. Como definir religião como uma visão de mundo, o que pressuporia que todas as visões de mundo são religiosas. E nem definir religião como algo sagrado, a questão torna-se saber o que é sagrado e seu oposto, o profano. Outras definições são muito restritivas: a definição por exemplo, acreditar em Deus” deixa de fora todos os politeísmos e o Budismo. (Silva et al, 2010, p13)

seu ordenamento político no Estado, que camufla toda a opressão e exploração do homem.(BOTTOMORE, 2012 p.467)

Para Montes, (2012 p.16), uma das características mais notáveis que marcam a situação das religiões no Brasil atual, e no mundo contemporâneo de um modo geral, talvez seja aquela definida pelos especialistas como sua “perda de centralidade” com relação à capacidade de conferir significado à existência do homem e à sua experiência de vida. Ou seja, o que mudou foi a abrangência, a diversidade no universo das religiões no cenário atual. Evidenciando o significado da famosa metáfora Weberiana do “desencantamento do mundo”.¹⁶

Nos próximos itens discorreremos sobre a identidade religiosa católica tendo como ponto de partida a sua entrada na América latina no seu período colonial com a vinda dos portugueses e Espanhóis, e como isso suscitou expressões religiosas católicas mestiças e que marcaram profundamente a cultura do Ocidente. Pontuaremos igualmente a inserção de outra religião cristã, a protestante, em especial no Brasil durante os séculos XIX e XX.

1.3.1 A identidade Católica

O Brasil é um País historicamente marcado pela influência religiosa e que encontrou no catolicismo um conjunto de valores, crenças e práticas institucionalmente organizadas e incontestavelmente hegemônicas que por quatro séculos definiram de modo coerente os limites e as intersecções entre a vida pública e a vida privada (MONTES, 2012, p.18)

Os estudiosos da religião sempre reconheceram no Brasil, desde os tempos coloniais, a curiosa mistura por meio do qual uma igreja católica plenamente atuante na vida pública graças ao seu vínculo com o Estado, capaz, portanto, de promover a legitimidade do poder ou gerenciar a economia moral da propriedade privada, ainda que esta se referisse a outro ser humano, o escravo, foi igualmente capaz de acomodar-se ao etos da sociedade em que se inseria, [...]. (MONTES, 2012, p. 48)

¹⁶ Desencantamento em sentido estrito se refere ao mundo da magia e quer dizer literalmente: “tirar o feitiço, desfazer um sacrilégio, escapar da praga rogada, derrubar um tabu, em suma, quebrar o encanto”. (PIERRUCCI, 2003, p. 07).

Para constatar essas análises, seguiremos o percurso histórico traçado por Karnal, enquanto um processo sociocultural que possibilitou a vinda da Igreja católica para a América latina e como isso repercutiu no Brasil.

Segundo Karnal (2010), o catolicismo implantado no Novo Mundo é uma religião de reação às reformas, devido todo o contexto de retaliações que a igreja católica passava naquele momento, principalmente após as duras críticas de Lutero¹⁷ condenando o posicionamento do papado em relação à venda de indulgências. Somando a isso, havia também o desgaste do clero com a venda de cargos; padres sem formação adequada, fatos esses que contribuíram para o despertar de uma Europa mais exigente, que queria uma fé mais renovada.

Nesse contexto, Erasmo de Roterdã teve um papel muito importante para o catolicismo, foi um pensador humanista, defendia a leitura do evangelho e a vivência de seus valores de forma autêntica. E é assim que a entrada do cristianismo na América latina é marcada por ambiguidades, de um lado, o apoio a Inquisição e de outro apresenta uma forte herança humanista, com um projeto de cristianização dos índios diferenciado dos demais cristãos.¹⁸

O catolicismo que entra na América sofre influências da contrarreforma e das religiões Ibéricas¹⁹ e advém do concílio de Trento. Este concílio vem somente fortalecer dogmas e práticas. Mas, para tanto, havia necessidade de melhor preparo intelectual dos padres nos seminários, - estes eram despreparados, sem estudo suficiente para exercer o ofício. E fortalecer o papel dos bispos, estes passariam a

¹⁷ Monge, agostiniano, erudito, conhecedor de línguas, angustiado com a ideia de salvação, visitou Roma na juventude e retornou convencido de que a corte dos papas era a grande prostituta da Babilônia. O que mais o irritou foi a venda de indulgências. Essa ideia nasceu a partir de um dado teleológico desenvolvido na baixa Idade média: a crença no purgatório. Como ele mencionou em suas 95 teses, se o papa tem o poder de tirar almas do purgatório, ele deveria tirar todas. Se o papa não o faz, ele é cruel, se o faz só pelo dinheiro, é cruel e ganancioso. Ele não o faz porque não existe purgatório, pois isso, para a leitura luterana, não existe na Bíblia. (KARNAL, 2010, p.20)

¹⁸ Quem controlava o culto, a religião, a catequização dos índios, a educação e a moral era a Igreja Católica. Em 1534, o jesuíta Inácio de Loyola, fundou uma sociedade para proteger o catolicismo da Reforma Protestante na Europa e difundir a religião nas novas terras. Em pouco tempo, a companhia de Jesus se tornaria a mais influente instituição religiosa em Portugal e nas colônias. Os primeiros representantes da sociedade desembarcaram no Brasil comandados pelo padre Manuel da Nóbrega, em 1549, para evangelizar os nativos e educar os colonos.

¹⁹ Espanha e Portugal.

morar nas dioceses com vistas a maior proximidade com a comunidade. Para melhor ilustração, (KARNAL, 2010, p. 23):

Ordens tradicionais como as carmelitas são reforçadas e reformadas. Surgem as carmelitas descalças e surgem franciscanos reformados. Os dogmas tradicionais, como a trindade e a virgindade de Maria, são reforçados. Está excomungado quem pensa diferente. Essas medidas moralizadoras são acompanhadas de medidas coercitivas. É estabelecido um index de livros proibidos, que existiu até o século XX, em que são vetados todos os livros protestantes, lista que incorporaria, no futuro, os iluministas, Karl Marx, no séc. XIX, e Sartre no século XX.

Salienta também que a igreja católica inventou a palavra “propaganda” ao propagar sua fé. E para aqueles que não se convenciam pela moral mais elevada, havia um tribunal coercitivo, criado pelo papa Gregório IX, para os inimigos protestantes, “[...] o auto da fé foi sempre um episódio de propaganda, constituindo num dia de feriado, em que a população assistia a queima de pessoas e de efígies [...]”. (Karnal, 2010, p. 26)

Posteriormente, a igreja católica redesenha sua postura, e ao analisar esse período, que perpassou por mortes e torturas, e tomadas de bens, a igreja católica com intuito de reconquistar as massas incentivou o barroco. “[...] é uma arte dramática, pessoal e emotiva, realista voltada a ideia de seduzir e conquistar almas”. [...] a fé barroca traz a emoção como fator de catequese²⁰. (KARNAL, 2010, p. 23).

Esses episódios servem bem para ilustrar a chegada de uma nova igreja na América, pautada em valores mais espirituais e emotivos, sem, entretanto perder seu caráter mais moralista, centralizada, clerical de origem europeia. “[...] não temo a Deus senão pela própria imagem de Deus”. Ela dá ênfase à espiritualidade espanhola, que está sendo transplantada para a América, de que o ser humano ama Deus por ele em si, e não pelo céu e o inferno. (KARNAL, 2010, p.25)

Outro fator importante nesse quadro e que teve influencias sociais e políticas para o Brasil, foi a união entre estado e igreja, que na verdade foi um modelo de catolicismo adotado pelos reis espanhóis Isabel e Fernando trazidos para a América.

²⁰ Teresa D’Ávila foi um exemplo de religiosidade barroca muito venerada na América. Ela disse pra uma carmelita: “nada te perturbe, nada te amedronte, tudo passa, a paciência tudo alcança, a quem tem Deus nada falta, só Deus basta”.

Assim em suas análises, Karnal (2010) enfatiza que o catolicismo que a América recebeu está entranhado na nossa cultura, através de topônimos, nomes de pessoas, os feriados são quase todos religiosos, ou seja, a marca da cristianização é onipresente. Para ele, pode se dizer que é um catolicismo triunfante²¹, mas com poucas praticas cristã e mesmo aqueles que se dizem católicos praticam ações opostas a essa religião, como é o caso do uso de contraceptivos contrário aos dogmas da igreja católica e comum aos praticantes dessa religião. [...] Países como o Chile, Argentina e Brasil resistiram ao divórcio muito mais tempo que o resto do mundo. A questão do aborto é tratada como uma questão religiosa, e não como uma questão de saúde pública ou de cidadania.

Netto, (2010 p. 34), ao relacionar as matrizes da tradição católica na América Hispânica, relata que a Igreja católica possui princípios que regem a sua tradição, para melhor compreensão desse saber católico, que é bastante hierarquizado, funciona a partir dessas premissas:

1. **Tradição** – independentemente de um fato ter comprovação ou não, é a tradição que determina sua validade. Por exemplo, a denominação de papa para o líder da Igreja desde Pedro é uma invenção da tradição. Não há um relato de Pedro como papa, mas uma interpretação dos textos bíblicos que faz enxergar esse procedimento e, portanto, todos os papas são “sucessores de Pedro”. A Assunção de Maria, a mãe de Jesus, aos céus também faz parte deste tipo de ensinamento que embala a doutrina católica. A Igreja é uma instituição poderosa, hierarquizada e que se empenha na grande preservação de informações, conhecimento, cultura, de propagação de ideais que modelaram o mundo ocidental, e que está assentada sobre uma duradoura tradição;
2. **Magistério** – a igreja interpreta e ensina a partir de determinados cânones. Isso não significa que eles não possam ser mudados, mas eles são conhecidos e articulam a tradição e o ensinamento. Por exemplo. Agostinho hipona, atordoado diante da questão do livre arbítrio, formula uma teoria para explica-la – como Deus, onisciente, pode fazer um homem, sabendo que ele vai errar? Por que não agiu antes? Este tipo de

²¹ A América latina é atualmente o continente com maior número de católicos no mundo. (NETTO, 2010, p.34)

ensinamento, que remonta aos “primeiros padres da igreja”, é recuperado constantemente e atualizado de acordo com as circunstâncias. As encíclicas papais, que seguem sendo expedidas, são a forma mais visível na atualidade de ensinamentos que a igreja emite aos seus fiéis.

3. **Sistematização** – por meio de órgãos como o Tribunal do Santo Ofício, mais tarde chamada de Congregação para a Doutrina da Fé, por exemplo, ou do estabelecimento de um Direito Canônico, a Igreja apresenta um alto nível de sistematização e controle sobre os ensinamentos que emanam de sua lógica hierárquica. A lógica que embasa estes procedimentos é a de que existe uma verdade absoluta, que deve ser defendida e ensinada por todos os religiosos católicos em todos os lugares.
4. **Unidade** – os ensinamentos, supostamente, expressam um ponto de vista geral e conceitual que formam a doutrina católica a ser preservada. Mas nem sempre a igreja foi tão hierarquizada como a partir da contrarreforma do século XVI. Mesmo com esta unidade, não há garantias de que em todos os espaços católicos haja uma mesma ação, sobretudo, naquelas que envolvem posicionamentos da Igreja diante do mundo e na orientação de seus fiéis. Há sempre vozes dissonantes no interior da hierarquia que expressam visões mais plurais do que o aspecto da unidade que a instituição proclama. Os ditos grupos progressistas e conservadores da segunda metade do século XX, na América Latina, por exemplo, tinham, posicionamentos díspares sobre a atualização dos ensinamentos do Concílio Vaticano II. Alguns chegaram a ingressar em movimentos de guerrilha enquanto outros reprimiam estes mesmos grupos, colaborando com órgãos repressores que existiam na época. Mas, se olharmos para outros pontos, como no caso do aborto, estes mesmos grupos expressam opiniões semelhantes, ou ainda em aspectos dogmáticos (que não permitem contestação). Esta “unidade na diversidade” existe como gostam de expressar algumas lideranças católicas, pois dialogam com uma tradição, magistério e um ensinamento, que, por sua vez, dialogam com os textos considerados sagrados.

É difícil não refletir nas várias dimensões do processo histórico da América Latina, sem pensar no papel exercido pela igreja católica. A tradição católica para

além da religião e se fundamenta como fenômeno cultural e político que deixou marcas que persiste hoje em diferentes sociedades. Nas expressões de milhares de latinos há traços da religião cristã, e mais precisamente a católica. Posicionamentos de temas comportamentais e até mesmo de atitudes na vida social, como casamento e batismo, são seguidos, mesmo por aqueles que não seguem a religião cristã. Entretanto, mesmo fortemente estruturada e hierarquizada ainda assim carrega em seu bojo a pluralidade e divergências próprias dos discursos religiosos.

1.3.2 Pluralismo protestante

Da mesma forma, o pluralismo protestante que chega na América latina é relatado por Bellotti, (2010, p.55) a partir de um abordagem histórica, cultural e laica da diversidade latina que, para ela se mostra bastante maleável e alheia a classificações rígidas de fronteiras denominacionais. E assim toma por definição: “O protestantismo é um ramo do Cristianismo surgido com a Reforma Protestante em 1517, encabeçada pelo monge dominicano Martinho Lutero.” (BELLOTTI, 2010, p. 55). Desde então, ele se desenvolveu em várias igrejas, e chegou à América Latina no século XIX. Para a autora, além do crescimento percentual é importante estudar sua dinâmica de atuação dos diferentes grupos protestantes²² e a constituição de sua identidade cultural.

Em suas análises, situa relação entre o protestantismo da reforma e seus desdobramentos ao longo dos últimos 500 anos e que há divergências quanto às crenças e práticas de diversos protestantes em diferentes períodos e locais. E relaciona,

A história das religiões estuda as diferentes identidades culturais evangélicas, sob perspectiva relacional. Isto é, observaremos que as divisões internas ao protestantismo estão ligadas a questões teológicas, políticas, regionais – em suma, a relações sociais no tempo e no espaço. (BELLOTTI, 2010, p. 57)

²² O termo protestante é comumente usado em textos acadêmicos para se referir ao grupo religioso advindo da Reforma Protestante e seus desdobramentos. Sabe-se que no início de sua história, o termo protestante tenha sido empregado de forma pejorativa por adversários católicos para mostrar que o novo grupo estava protestando contra a verdade da igreja católica. (Bellotti, 2010)

Relata que a história do protestantismo até a metade do século XX foi escrita pelos seus membros, ou seja, tinha um cunho descritivo e confessional, vista a partir de intervenção divina na história. Isso só mudou de perspectiva, a partir dos anos 60, quando surgiu uma linha acadêmica ligada a História, Sociologia, Antropologia, Ciências da Religião e Filosofia. (BERLLOTTI, 2010)

Entretanto, o enfoque era trabalhar a inserção cultural dos evangélicos, em relação a diversos campos, como: religião e política, religião e gênero e outros. Com a perspectiva de mensurar os impactos do protestantismo no Brasil e América Latina devido ao forte crescimento desse segmento. Para Bellotti (2010, p.57):

A questão do olhar e da abordagem é fundamental na História das religiões, pois fornece informações sobre o tipo de história que será contada. Em uma sociedade como a brasileira, de cultura predominantemente católica, o crescimento dos evangélicos nas últimas décadas despertou desconfianças e preconceitos por causa do desconhecimento que boa parte da população e da imprensa possuíam – e ainda possuem - sobre os protestantes.

Foi a partir das eleições de 1986, com a formação da bancada evangélica constituinte que os evangélicos ganharam maior notoriedade aqui no Brasil. E ganhando maior visibilidade após a compra da Rede Record pelo bispo Edir Macedo em 1989. A imprensa denominou as igrejas evangélicas de seitas que roubavam os fiéis da igreja católica. Ficando suas práticas associadas ao charlatanismo. Alvo esses que foram generalizados para todas as igrejas, inclusive as que se opunham ao Neopentecostalismo.

O historiador Chesnut(2003), aplicou a categoria econômica para explicar o crescimento pentecostal na América latina nos últimos cinquenta anos. O fato de o pentecostalismo oferecer uma solução imediata e acessível para os males da pobreza, isto é, doenças físicas, distúrbios psíquicos, desagregação familiar, violência doméstica (CHESNUT, 1997), fomentou que ele se difundiu muito rapidamente, com a intervenção dos religiosos da mesma classe social do público alvo. Assim, o protestantismo ao almejar a reestruturação familiar, o empoderamento das mulheres – ainda que de forma tradicional, sem questionamento de seu papel no âmbito familiar-, e uma vida de abundância no aqui e agora para seus fiéis, conseguiu crescer e propagar sua filosofia cristã.

E fazendo um parâmetro com o catolicismo, foi assim nessa lógica da competição por fiéis e por espaço público, que os católicos puxaram para si alguns simbolismos dessas igrejas, como uma mentalidade mais empreendedora e empresarial, adotada pela Renovação Católica Carismática, também com soluções calcadas na manifestação do Espírito Santo.

As diferentes formas do campo protestante latino têm a ver com protestantismo e das missões que chegaram ao nosso continente a partir do século XIX. Após sua vinda, o protestantismo começou a se fragmentar e a formar diversos ramos. Os principais são: Protestantes não – Pentecostais ou conhecidos como Protestantes não históricos²³; e Pentecostais.²⁴

[...]houve um grande crescimento presbiteriano no final do século XIX, por conta de sua ação evangelizadora na trilha do café, conseguido pela forma de inserção escolhida por esse grupo: aproveitando os grandes períodos de ausência de atendimento pastoral católico em regiões interioranas, os presbiterianos instalaram-se como escolas e postos de saúde. Dessa forma, a pregação foi associada ao atendimento em áreas de primeira necessidade. [...]. (MENDOÇA, 1995)

Foi dentro dessa lógica que o Neopentecostalismo²⁵ desenvolveu e consolidou uma nova forma com a sociedade, através da adoção da Teologia da Prosperidade, criando assim um novo paradigma religioso no campo Pentecostal brasileiro. Moab e Costa (2013), falam sobre o princípio doutrinário fundante na prática religiosa das igrejas neopentecostais, [...] independentemente de ser diferenciada sua liturgia, é a teologia da prosperidade, segundo a qual todos os fiéis, ao se converterem, “nascidos de novo” em Cristo, são reconhecidos como filhos de Deus.

A Teologia da Prosperidade ou Confissão Positiva teve sua origem na década de 1940, nos Estados Unidos, sendo reconhecida como doutrina na década de 1970, quando se difundiu pelo meio evangélico. Possui um forte cunho de autoajuda e valorização do indivíduo, agregando crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé, por meio da confissão positiva e em Nome de Jesus, para recebimento das bênçãos materiais, de saúde para o corpo e de libertação das opressões malignas. Por meio da Confissão Positiva, o

²³ O termo “protestante histórico”, comumente usados para designar os protestantes de igreja que surgiram do período da Reforma e dos primeiros avivamentos europeus (presbiteriano, episcopais, anglicanos, metodistas), também tornou-se uma forma de diferenciar esse grupo dos pentecostais, que durante anos foi negligenciado nos estudos acadêmicos sobre protestantismo. O termo “histórico” denota um peso de tradição que estaria ausente entre os pentecostais. Porém, os pentecostais possuem sua própria história, que completou 100 anos em 2006.

²⁴

²⁵ Neopentecostalismo tem na Igreja Universal do Reino de Deus o seu tipo ideal representado.

cristão compreende que tem direito a tudo de bom e de melhor que a vida pode oferecer: saúde perfeita, riqueza material e poder para subjugar Satanás e seus demônios²⁶- responsáveis diretos pela infelicidade do homem-, uma vida plena de felicidade e de bem aventuranças (MOAB, COSTA, 2013, p. 257)

Nessa lógica cristã, não pode haver dúvidas do recebimento das bênçãos, pois isso daria êxito ao diabo. Assim, a relação entre os fiéis e Deus se dará através de uma sintonia, ou melhor, é dando que se recebe, é pelo sacrifício financeiro que é a maior prova da fé em Deus.

A propagação da teologia da prosperidade no Brasil arregimentou milhares de seguidores em busca de prosperidade financeira, sem ter necessariamente uma relação com o trabalho. Se antes era “ [...] mais fácil entrar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus” (Lucas 18:25), a inversão de valores é radical: pobreza passa a significar falta de fé, e [...] [sem fé é impossível agradar-lhe; porque é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe, e que é galardoador dos que buscam” (Hebreus 11:6) e, sem agradar a Deus não se pode pensar em salvação.

Elencaremos para efeito de melhor compreensão sobre esse fenômeno, alguns elementos que compõem o *ethos* neopentecostal. São eles: (MOAB e COSTA, 2013):

- a. O mal deve ser combatido, ele se expressa através de demônios ou encostos, que são causadores de doenças, pobreza, desuniões e violência. Tendo todas essas coisas de origem sobrenatural, sua solução também é sobrenatural, e se dá através de uma guerra santa contra Satanás e seus demônios;
- b. Não existe uma forma rígida de controle da conduta do fiel. Ele deve contribuir sempre para a promoção de guerra contra o mal. Geralmente essa contribuição é financeira;
- c. Os valores que mais devem ser buscados são: a saúde, a paz de espírito (pelo exorcismo) e a riqueza material, sinal de que Deus o está

²⁶ A ideia de que Deus retribui a fé com riqueza material e a ideia de que demônios interferem em nossa vida, atrapalhando a prosperidade material, são pilares básicos da Teologia da Libertação.

abençoando²⁷. Essa riqueza é diretamente proporcional às ofertas ou “sacrifícios” financeiros feitos à igreja;

- d. O liberalismo sexual é combatido como uma influência do demônio na vida daqueles que praticam a infidelidade conjugal;
- e. A família é um bem precioso e deve ser preservada e mantida de acordo com a determinação de Deus: monogâmica, heterossexual e com fidelidade conjugal para os dois cônjuges. Os conflitos familiares são provocados pelos demônios.

Autores relatam ainda, que em linhas gerais, quatro elementos configuram o Neopentecostalismo e em consequência deles, vários outros aspectos se desenvolveram na formação do novo paradigma pentecostal brasileiro. Desse modo, há modificações moderadas na forma de ser neopentecostal, mas não pode haver mudanças profundas para não perder suas referências legitimadoras.

E assim enfocam que os elementos gerais que caracterizam o Neopentecostalismo são: Guerra Santa²⁸, Teologia da prosperidade, Liberalização dos aspectos externos da moral e santidade pentecostal (usos e costumes que caracterizam a ascese sectária do pentecostalismo clássico) e a empresarização do sagrado ou a adoção da moderna administração capitalista no empreendimento religioso, sobretudo no marketing e na ampla utilização dos meios de comunicação, como rádio e TV.²⁹

Assim, a adoção de um novo estilo religioso perpassa por uma releitura de mundo e das circunstâncias que cercam o sujeito ou o grupo social nele envolvido. A religião percebida como uma construção social, sofre a influência e se molda ou se acomoda no todo ou em partes valores que nela se estabelece. Entretanto, essa acomodação precisa aglutinar elementos que justifique e legitimem o novo e ainda

²⁷ Este sinal de que Deus o está abençoando não pode ser associado ao sinal da Eleição, preconizado pela doutrina calvinista da predestinação (analisado por Weber na obra *ética Protestante e o espírito do capitalismo*), uma vez que a teoria da predestinação está associada à ética do trabalho, cujos bons resultados eram vistos como prova da eleição de Deus para uma salvação na vida eterna. No Neopentecostalismo, a busca é pelo aqui e o agora. Montes (1998).

²⁸ Explicar

²⁹ Segundo Bellotti, a ideia de se usar técnicas de propaganda para se chamar a atenção das massas não é nova: praticada desde o século XIX nos Estados Unidos, e foi implantada no Brasil pela CNE, mas também pela primeira empresa de comunicação evangélica – Centro Audiovisual Evangélico (CAE), fundado por Protestantes não pentecostais e atuante entre 1952 e 1971. Antes do CAE, o registro mais antigo de uso de rádio para evangelização data de 10 de maio de 1938, em que ocorreu a primeira transmissão de Voz Evangélica do Brasil no rio de Janeiro. Os adventistas do Sétimo Dia também foram pioneiros ao transmitir o longo programa de rádio “A voz da Profecia”, desde 1943.

ressignifique os valores anteriormente adotados e sejam capazes de responder as inquietações do novo grupo, reforçando o sentimento de pertença, de identidade social. É assim que a teologia da prosperidade se funda como importante veículo e força legitimadora capaz de produzir bem estar diante de uma nova ética e moral adotada.

No senso comum, mudar de religião é converter-se. Entretanto um protestante que muda de denominação não precisa se converter novamente, pois são instituições que possuem os mesmos simbolismos em relação à vida. No caso do catolicismo é diferente, embora sejam da mesma origem – cristã. Ambos estão em lados opostos e possuem posicionamentos e discursos doutrinários diferentes. Assim, ser protestante é assumir novas posturas e visão de mundo, de acordo com o novo grupo - simbolizado pelo “aceitar Jesus”.

De acordo com Pierucci e Prandi (1996), é necessário compreender a religião como mudança, ruptura e inovação, a fim de perceber o papel que esta exerce em um determinado contexto social. No caso de pentecostalismo brasileiro, tal mudança aponta para a redefinição de valores, adesão mais devotada a Deus ou redescoberta de valores religiosos em nova roupagem. Para os autores, as religiões se constroem a partir de empréstimos que frequentemente fazem umas das outras, além de, evidentemente, substituírem suas práticas e simbologias e redefinirem sentidos.

No próximo item analisaremos a religião no contexto brasileiro atual, as principais modificações no campo do Cristianismo e como isso tem trazido influências no campo social, cultural e político.

1.3.3 Religião na atualidade

No Brasil a religião é muito diversificada e caracteriza-se pelo sincretismo. A Constituição prevê a liberdade de religião e a Igreja e o Estado estão oficialmente separados, sendo o Brasil um Estado laico. Segundo o censo do IBGE (2010), O Brasil é ainda a maior nação católica do mundo, mas na última década, a Igreja teve uma redução da ordem de 1,7 milhões de fiéis, um encolhimento de 12,2%, “cristãos

são 86,8% no Brasil; católicos caem para 64,6%, evangélicos já são 22,2%.” (IBGE, 2010).

Segundo Almeida e Barbosa (2015, p. 335), no Brasil nos últimos anos, em especial na segunda metade do século XX vem ocorrendo mudanças sociais profundas, entre elas a religiosa. Para eles, há um surto de crescimento dos segmentos não católicos e crescimento de denominações religiosas intensamente sacrais, como “espíritas, umbandistas e protestantes pentecostais”. (CAMARGO, 1971, p. 01)

Para subsidiar nossas análises consideramos importante ponderar as tendências atuais da religião no Brasil. Segundo o IBGE, considerando os anos entre 1960 a 2010, das religiões declaradas são: católica/ortodoxa, espírita, protestante/evangélico e sem religião. Segundo esse exame, os católicos estão em declínio e os protestantes/evangélicos são os que mais crescem nesse período. Os não católicos (incluindo os sem religião) somam 35,5% da população em 2010.

As Assembleias de Deus mantiveram suas taxas de crescimento, em 2010 mais de 12 milhões de brasileiros - 46,8% dos pentecostais. (ALMEIDA e BARBOSA, 2015, p. 340). Numa análise rápida poderíamos dizer que a preservação da família é um dos motivos que serve para explicar o crescimento da assembleia de Deus no país. De acordo com o censo (2010) ela é o maior segmento evangélico, com 12 milhões de fiéis, é o 2º maior do Brasil, atrás da igreja católica. Em comparação com a Igreja Universal do reino de Deus, que perdeu 288 mil fiéis nos últimos 10 anos. A assembleia de Deus prega valores morais mais rígidos.

Entretanto, Almeida e Barbosa (2015, p. 340) ressaltam que nas últimas décadas a Assembleia de Deus fragmentou-se em diversas convenções e ministérios, ou seja, tornou-se tão dividida quanto o próprio meio pentecostal.

A política juntamente com suposição de valores morais mais rígidos, se tornou um instrumento de crescimento da própria Igreja pentecostal ou do Pastor. A pesquisa ainda revela que, apesar dos pentecostais crescerem na população mais pobre e de baixa renda, na última década se fez presente também na nova classe média; “a teologia da prosperidade” é um dos fatores desse processo.

Outro instrumento largamente utilizado pelas igrejas neopentecostais é o uso da mídia, que tem como objetivo a evangelização em massa, principalmente pela visibilidade conquistada pela Universal do Reino de Deus, sobretudo pelo uso do rádio e televisão. Dessa forma, a mídia evangélica foi um ingrediente importante na formação de uma cultura evangélica brasileira. Ou, de um “supermercado cultural evangélico, em que estilos de vida evangélica tornaram-se disponíveis a todos os gostos a partir da década de 1990. (BELLLOTI, 2007, apud SILVA et al, 2010, p.66).

Os Kardecistas também aumentaram o número de adeptos, que segundo Almeida e Barbosa (2015 quase dobraram de tamanho nos últimos dez anos. Analisam ainda que o censo de 2010 trouxe pela primeira vez a possibilidade de diferenciar ateus e agnósticos, e questiona a população sobre diferenciar as expressões: “sem religião”, “ateu” e “agnóstico”.

Essa interpretação sugere que a duplicação dos Kardecistas e das outras religiões pode levar a dois patamares de mutação, que trazem consigo a dimensão do pluralismo que vem crescendo em um campo marcado historicamente pela tradição e pelo sincretismo. Pierruci (1997); Sanchis (2001 apud ALMEIDA e BARBOSA, 2015, p. 344) referem-se ao pluralismo como o “pulo do gato” para compreender as transformações da religião no Brasil nas últimas décadas, por reforçar a ideia da competição e, por conseguinte, a de mercado religioso como coronário de processo de secularização.

Pierruci (2006) questiona: “cadê a nossa diversidade religiosa?”, com o intuito de advertir que o pluralismo no Brasil tem contornos específicos, a maioria da população ainda se declara cristã, católica ou evangélica. Ou seja, pluralismo não é o mesmo que diversidade.

Landim et al (1980, p.10) em seu trabalho intitulado *Tradições religiosas no Brasil*, já apontava uma diversidade de crenças, atitudes e comunidades religiosas, tanto no Brasil como nos países ditos “católicos”, reforçando a tese de Antônio Gramsci de que “toda religião, mesmo a católica, é na realidade uma pluralidade de religiões distintas e frequentemente contraditórias”.

Na perspectiva das ciências humanas, a religião é um produto histórico e social, que se transforma no espaço e no tempo por diferentes sociedades. Para

Silva, (2010, p 07), a diversidade religiosa faz parte da América Latina, em que tradições constantemente misturam-se às recentes demandas da globalização e do mercado. Observa ainda, que apesar da separação entre igreja e Estado desde o século XIX em muitos países latinos, inclusive no Brasil, a religião continua a exercer influência na esfera pública e privada em áreas como a política, a educação pública e a ciência.

1.4. O neoconservadorismo no Brasil contemporâneo

Esses posicionamentos antagônicos trazem uma clivagem entre conservadores e progressistas que suscitam debates e reflexões sobre as causas desses posicionamentos ideológicos moral de contingente significativos da sociedade brasileira e como ela se percebe nesse contexto. Isso nos instiga a questionar a percepção dos brasileiros e a sua postura ideológica. Diante desta perspectiva, o próximo item trata de uma aproximação dos atores sociais que atualmente endossam essas posturas.

A realidade social gerada nos últimos pleitos eleitorais revelou e potencializou formadores de opiniões, através de intelectuais, jornalistas, e artistas, que há tempos procuravam espaço para se inserir nesses debates de inspiração conservadora. Assim, com claras intenções de adentrar no universo do conservadorismo no Brasil, consideramos relevante conhecer a representação de algumas figuras midiáticas que atualmente vêm ganhando grande espaço na configuração do conservadorismo no Brasil.

Assim, traremos, sem grandes pretensões, um breve perfil e os valores que estes advogam para a construção de um contraponto ideológico esquerdista instalado no Brasil. Citaremos, Reinaldo Azevedo, Pe. Paulo Ricardo e Júlio Severo (entre os formadores de opinião), Luiz Felipe Pondé e Olavo de Carvalho (intelectuais) e Raquel Sheherazade, Lobão e Danilo Gentili, (mídias) e Bolsonaro (político), por estes estarem em espaço de visibilidade pública é presumível aproximação com os valores conservadores, já amplamente debatidos no presente trabalho.

Iniciaremos essa interlocução com **Reinaldo Azevedo**, este é um bom emissário do grupo que objetiva popularizar a política de orientação conservadora no Brasil. Foi militante marxista na juventude. Jornalista, já trabalhou em diversas revistas e jornais. Ficou conhecido pelas colunas semanais que escrevia da revista *Veja*. Atualmente escreve para a Folha de São Paulo, apresenta um programa de rádio na Rádio Jovem Pan, além de possuir um blog no site da *veja*³⁰. Este blog foi muito difundido no período eleitoral de 2014 e alcançou a cifra de quinze milhões de visitas. Possui livros publicados, entre os mais conhecidos estão, *O País dos Petralhas* e *Objeções de um Rottweiler Amoroso*.

Como ex-militante marxista, é um representante perfeito dos descontentes da esquerda, em especial do PT. É explícita a eloquência em seus discursos do atual sistema político e cultural no Brasil,

As vozes hegemônicas hoje da política são herdeiras, bem ou mal, do marxismo, ainda que possam estar distantes da teoria; em muitos casos, há mesmo ignorância de causa, repetindo conteúdos cuja origem ignoram. Os marxistas há muito desistiram do socialismo, como se sabe, mas não da perspectiva autoritária da engenharia social. Se vocês recorrerem ao arquivo, encontrarão dezenas de textos em que trato de Gramsci, o mais importante teórico, na modernidade, da guerra cultural. Os espaços de debate, inclusive os da imprensa, foram sendo paulatinamente ocupados pelos militantes da tal 'agenda progressista'. Chamam de diversidade e de progresso social a imposição de sua agenda (AZEVEDO, 2012, p. ?).

Para ele, há uma consensualidade da atual política no Brasil e estas se filiam ao pensamento da agenda progressista, sustentando a ideia que a esquerda no Brasil manipula e distorce o debate público. É emblemática a sua posição a respeito do episódio do chamado *Kit Gay*³¹, para ele os objetivos da esquerda em guerra cultural no Brasil não seria propriamente defender os homossexuais, mas atacar os cristãos: "Esses fascistas de esquerda não estão nem aí para os direitos dos homossexuais. Eles querem mesmo é calar os cristãos – é isso que não toleram" (AZEVEDO, 2012).

³⁰Ver <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>.

³¹quando grupos evangélicos e conservadores somaram forças para impedir a divulgação de material didático destinado à minimizar a "homofobia" entre as crianças matriculadas em escolas públicas brasileiras.

Pe. Paulo Ricardo, também um formador de opinião que vem ganhando espaço nos ambientes conservadores. É padre e utiliza as mídias sociais³² para a difusão do seu pensamento, publica artigos e viaja pelo Brasil para proferir palestras. Defende o catolicismo tradicional, e a política – ambos não devem possuir nenhum viés crítico de tradição marxista. Dentre seus trabalhos, Paulo Ricardo também oferece cursos *online*, entre eles "Marxismo e Revolução Cultural". No resumo do quarto tópico que compõe o referido curso, "A infiltração do marxismo cultural no Brasil", o Padre assegura que:

Os que pensam a revolução cultural sabem que seu trabalho deve ser feito de forma lenta, gradual, dando a impressão de naturalidade, ou seja, dando a impressão de que a sociedade caminha assim naturalmente. O marxismo cultural, no Brasil, já conseguiu a hegemonia cultural e da mídia. Pela política da dominação de espaços, já dominaram a classe falante (jornalistas, cineastas, psicólogos, padres, juizes, políticos, escritores) que é formada no pensamento do marxismo cultural. Não existe nenhuma universidade brasileira que seja exceção, principalmente as católicas (RICARDO, 2012).

Para fortalecer sua concepção assegura que,

Tudo isso é fruto de um descaso histórico dos conservadores, que permitiu que o marxismo cultural tomasse conta das universidades. Em qualquer curso universitário é possível constatar tal realidade através de um ódio frontal e fundamental ao cristianismo, aos valores cristãos e mais especificamente ao catolicismo tradicional. E o que se vê é que a classe falante revolucionária, apesar de ser minoria, domina hegemonicamente os meios de produção da cultura, enquanto a maioria de brasileiros mudos, conservadores em muitos aspectos, não tem representação, imaginando que seu posicionamento é compartilhado por poucos (RICARDO, 2012).

Júlio Severo, militante evangélico possui uma postura parecida, também usa a tecnologia como ferramenta para a difusão de suas ideias, possui um blog³³ bastante atuante e de grande influencia nos círculos religiosos conservadores, especialmente em questões sobre a homossexualidade e aborto. Responde a vários

³²Pe. Ricardo possui também uma página na rede social *Facebook*. Em abril de 2014, a página havia recebido mais de 850 mil "curtidas", fato que não deixa de revelar a popularidade obtida pelo proselitismo do sacerdote.

³³(<http://juliosevero.blogspot.com.br>)

processos judiciais por conta do seu “ativismo”. Saiu do País por um tempo alegando perseguição do governo petista. Faz-se de vítima e ataca os ativistas gays, em uma entrevista³⁴ declara,

Há agora algumas ações contra mim no Ministério Público Federal. Tive de sair do país, não porque desisti do meu ministério, mas apenas para não ser abusado por um governo sem seriedade que não consegue e não quer assegurar aos cidadãos de bem o direito legítimo de livre expressão. Meu *blog* já foi interditado, em julho de 2007, num caso que ficou muito conhecido. Na época, até mesmo o famoso filósofo Olavo de Carvalho escreveu um artigo importante no Jornal do Brasil denunciando a interdição, que foi provocada por uma avalanche de denúncias principalmente à ONG *SaferNet*, que considero hoje uma das ONGs mais perigosas para o direito de livre expressão no Brasil. Contudo, com a contínua denúncia de ativistas *gays*, o MPF continua pressionando o *Google* a fechar definitivamente meu *blog*. O *Google* responde que só o fechará com medida judicial adequada. Daí, o governo está buscando mecanismos - a aprovação do PLC 122 e outros projetos anti-'homofobia' - que consigam solapar a livre expressão. Se essas leis forem aprovadas, serei como um perseguido na época em que o nazismo assumiu 'democraticamente' o governo alemão.

Ao apresentar os discursos acima a intenção não é emitir juízos de valor sobre as opiniões dos seus autores, o interesse ao apresentá-los na dissertação é retomar a concepção política dos conservadores, uma vez que a fala destes assegura que há uma estratégia de guerra cultural com objetivos claros de desmoralizar os valores tradicionais da família brasileira, como assegura Júlio Severo sobre a PL 122179,³⁵

Nós, a maioria cristã do Brasil, temos tido o maior trabalho para fazer o governo ouvir nossa voz. Num legítimo regime democrático, é de supor que o governo deveria ser sensível à voz do povo. Mas não é o que está acontecendo. Quantas e quantas vezes, nós, a maioria, não pedimos ao governo: não queremos PLC 122179, não queremos ditadura *gay*, não queremos 'casamento' *gay*, não queremos adoção de crianças por duplas de pervertidos *gays*, etc. O que é que ganhamos pedindo? Nada! O governo faz de conta que é surdo. Podemos gritar, fazer protestos e tudo o que ouvimos, da mídia amplamente comprada, é que somos intolerantes, odiadores, cúmplices de assassinatos de prostitutas *gays* que andam de madrugada em ruas perigosas, e muitas outras difamações (SEVERO, 2012 p. ?).

³⁴Disponível em: <<http://www.cacp.org.br/entrevista-de-julio-severo-ao-ministerio-cacp/>>. Acesso: 28 mar. 2015.

³⁵Trata-se de um polêmico projeto de lei que propõe tornar crime a condenação do homossexualismo ("homofobia") no Brasil. Como veremos adiante, o projeto suscitou ampla resistências entre os movimentos religiosos conservadores.

Para ele há uma apologia da esquerda ou uma "ditadura *gay*", que estaria a ignorar deliberadamente os interesses da "maioria cristã do Brasil":

O que está sob gravíssima ameaça são as famílias naturais, a moralidade, os valores cristãos, etc. [...]. O chamado 'Estado laico' nada mais é do que um embuste socialista para empurrar goela abaixo da população a 'religião' (ou ideologia) socialista, feminista, homossexualista, ocultista, etc. O Estado que não quer nada com valores morais e cristãos está hoje essencialmente casado e colado com essas ideologias ultrarradicais.

Apesar do estilo diferenciado de **Luiz Felipe Pondé**, que se apresenta com uma postura laica, mas como os outros citados, presumidamente possui inspiração conservadora. Professor da PUC – SP. Filósofo, intelectual, escreve artigos semanais para o jornal Folha de São Paulo e participa frequentemente de programas de televisão.³⁶ Atinge um público diversificado e explica a sua opção pelo conservadorismo.

Afinal, por que me tornei um conservador? Antes de tudo, devo deixar claro que sou um conservador como Oakeshott: conservador em política e liberal em todo o resto, porque a política moderna é, em muito, delírio da razão, mas as pessoas podem buscar seus diferentes modos de vida no cotidiano privado. Tornei-me um conservador na política porque sou um empirista e um cético. [...] A esquerda é abstrata e mau-caráter porque nega a realidade histórica humana a fim de construir seu domínio sobre o mundo (PONDÉ, 2012, p. 80-81).

Percebe-se uma diferenciação de discurso ideológico, com ideias claramente amparadas por Oakeshott, que sustenta que a guerra cultural contra a esquerda, não é de cunho moralizador como defende Padre Paulo Ricardo e Júlio Severo. Para ele, pode haver elementos filosóficos (não religiosos), mas defende que o conservadorismo é uma “disposição” - como algo abstrato e sem crenças ideológicas. E tratando-se da guerra cultural argumenta:

[...] quase ninguém conhece a bibliografia '*liberal-conservative*' entre nós, porque a esquerda mantém uma poderosa reserva de mercado na vida intelectual pública no país, inclusive tornando um inferno a vida na

³⁶Programa apresentado pelo jornalista William Waack no canal Globo News. O formato privilegia o debate político e os convidados são geralmente intelectuais, consultores e professores universitários. Em edição de 2013, estiveram presentes, além de Pondé, o cientista político Bolívar Lamounier e Reinaldo Azevedo. O tema central do programa foi a discussão acerca da ideia de direita e de esquerda no Brasil. O conteúdo é interessantíssimo para os fins da presente dissertação (ver <https://www.youtube.com/wa-tch?v=lwEUK8_E60k>).

universidade para jovens interessados neste tipo de bibliografia. Esta reserva de mercado intelectual e ideológica inviabiliza pesquisas e trabalhos mesmo em sala de aula. Isso faz dos jovens intelectuais interessados nessa tradição uns fantasmas invisíveis, verdadeiras almas penadas, sem corpo institucional para atuarem. Mesmos os centros financiados por bancos investem apenas na bibliografia de esquerda (PONDÉ, 2013).

Conforme Pondé, a hegemonia Gramsciana teria se instalado na vida intelectual sem reduto para outros pensamentos, e assim professores como ele e outros conservadores são marginalizados nas universidades.

Contraditoriamente ao que ele defende “que a esquerda venceu a batalha no Brasil” a vasta produção de publicação de livros de conteúdo associados aos conservadorismos indica um grande crescimento e fortalecimento da intelectualidade conservadora no Brasil. Alguns livros figuram na lista dos mais vendidos nas principais livrarias do País.³⁷ Há visivelmente uma brecha na couraça cultural da esquerda, exemplificada aqui na publicação de obras como: *Por que virei à direita* (de autoria de Pondé, Denis Rosenfield e João Pereira Coutinho, publicada em 2012), *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários* (também de João Pereira Coutinho, publicada em 2014), *Manifesto do nada na terra no nunca* (de autoria do músico Lobão, 2014), *Pombas e Gaviões* (de Percival Puggina, publicada em 2010), *O Jardim das Aflições* e *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (ambas de Olavo de Carvalho, publicadas respectivamente em 2000 e 2014), *O eixo do mal latino-americano e a nova ordem mundial* (de Heitor de Paola, 2008), *Esquerda Caviar* e *Contra a maré vermelha* (de Rodrigo Constantino, publicadas respectivamente em 2013 e 2015), além de *O país dos petralhas*(2008) e *Confissões de um Rotweiler amoroso* (2014), de Reinaldo de Azevedo.

Isso resulta num consenso entre os próprios meios de comunicação de que a "direita ganha espaço entre os livros mais vendidos" recentemente no Brasil, de modo que o "fenômeno mostra uma diversificação do mercado editorial – poucos autores de direita eram publicados no Brasil – e a procura crescente dos brasileiros por teóricos conservadores e reacionários" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015b).

Sem falar no apoio de editoras para as reedições de obras de cunho conservador que vem sendo publicadas aqui no Brasil. Não se faz necessário uma

³⁷*O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, de Olavo de Carvalho está em 20º dos mais vendidos. Conforme a lista dos mais vendidos da semana da Revista Veja.

exploração detalhada de tais obras, a referência é apenas para situar o crédito que tais publicações vêm obtendo e o que induz a crer que há um crescimento da demanda espontânea pelos eleitores que comungam dessa corrente.

Quadros (2015) faz uma abordagem sobre o surgimento de revistas pretensamente interessadas no conservadorismo. E exemplifica a revista Vila Nova,³⁸ fundada em 2011 por universitários interessados em difundir o pensamento clássico e a crítica conservadora. Relata que a revista já apresentou nove edições com cerca de oitenta páginas cada. E que entre os temas abordados por seus colunistas, que vão de professores universitários a poetas, ganha protagonismo a filosofia clássica e os valores da “civilização ocidental”, a oposição à agenda das esquerdas e à crítica ao cotidiano pós-moderno. Um exemplo das edições:

Alimentados pela ideologia, os homens ociosos são netos da "Idade da Razão" e filhos da 'Era da Informação'. A doença que os afeta criou gerações de criaturas que temem encontrar a Verdade e recusam a reconhecer a existência do Bem e do Belo, preferindo a ilusão confortante oferecida pelo ópio ideológico [...]. A identidade do século passado foi moldada pelo declínio dos valores tradicionais cristãos, substituídos por ideologias seculares de esquerda ou de direita, responsáveis, em última instância, por guerras, revoluções, genocídios, crises econômicas, degradação cultural e pelo relativismo moral do período. As raízes desse inferno não podem ser entendidas como um mal isolado que afeta apenas a alma de alguns indivíduos, nem como crises específicas de culturas particulares, que podem ser mapeadas pela análise de acontecimentos estanques. Manifestam-se, multifacetadamente, em diversas crises particulares na religião, cultura, moral, família, política e economia; em suma, é a crise da Civilização Ocidental na modernidade, um fenômeno universal e uno, resultado da própria crise de identidade do homem ocidental (QUADROS, 2016, apud CATHARINO, 2013, p. 23).

O autor também acrescenta à sua lista a revista Dicta&Contradicta, fundada em 2008 pelo Instituto de Formação e Educação. Visivelmente com princípios conservadores, a entidade anuncia:

Para marcar a nossa presença no mundo cultural brasileiro e dar a conhecer as nossas ideias, pretendemos manter uma revista de cultura semestral que estimule uma nova forma de participar no debate de ideias no Brasil. Embora o formato e a proposta sejam algo inovadores para o Brasil, já tiveram sucesso em outros lugares do mundo; basta pensar, por exemplo,

³⁸ <http://revistavilanova.com/>>.

na americana *The New Criterion*. Além disso, tudo indica que hoje existe uma demanda por esse tipo de publicação cultural.³⁹

Para ele, a citação da *The New Criterion* não é um pormenor, pois essa revista é sediada em Nova York, e é um espaço de divulgação do pensamento conservador desde 1982. Possui o suporte de intelectuais e formadores de opinião importantes como Roger Scrutton e Theodore Dalrymple. Essas informações nos leva a aventar que a referida revista tenha visto no Brasil um mercado promissor de expansão desse pensamento.

Outras estratégias de divulgação também empreendidas por esses grupos são: sites, como *observatório conservador*⁴⁰, *portal conservador*,⁴¹ *mídia sem máscaras*,⁴² *webrádios*, *Radiovox*.⁴³ Todos eles levantam a bandeira de combate à esquerda e se impõe como uma proposta cultural e política para o Brasil. A *radiovox* ao comentar sobre o conservadorismo social em seu site afirma:

É indispensável, no ambiente de nossa cada vez mais pobre cultura política, incentivar a compreensão apropriada do pensamento social-conservador, oposto tanto ao liberalismo quanto ao utilitarismo e ao socialismo. A vulgata esquerdista no Brasil, com seu descontrole salivar, associa a tradição conservadora ao atraso e ao golpismo. Essa perversão operada pela esquerda brasileira infestou o meio acadêmico, político e intelectual. Apresentar-se como conservador é o primeiro passo para ser surrado moralmente, uma consequência de 50 anos de monopólio da cultura, na verdade do patrocínio da ignorância, por parte da esquerda no Brasil. O conservadorismo que poucos conhecem entre nós, é uma corrente filosófico-política que se sustenta em princípios sólidos e compromissos com os alicerces da civilização. Além disso, é fonte para o desenvolvimento social e para a condução política há mais de 200 anos. (Videverso.radiovox.org/2014/09/11/apresentação-do-conservadorismo-social/).

É dessa forma que os movimentos conservadores se expressam pela internet através de sites, (rádios, blogs, twitter.) Com o apoio de colunistas/intelectuais, como Olavo de Carvalho, com ampla divulgação de livros, como os já mencionados nesse item. Em sua coluna mensal de apoio à corrente conservadora, conclama:

³⁹Disponível em: <<http://www.ife.org.br/o-instituto/o-que-faremos.htm>>.

⁴⁰ Disponível em www.observatorioconservador.com.br, também possui blog e pagina no facebook.

⁴¹ Ver em www.portalconservador.com.br, em seu site há biblioteca, coluna semanal e também possui blog e pagina no facebook.

⁴² Ver www.midiasemmascara.org.br, possui além do site, vídeos no you tube, facebook, twitter.

⁴³

Um país de maioria conservadora sem um só partido conservador, um só jornal diário conservador, um só canal de TV conservador, uma só universidade conservadora, é por si a maior aberração política de todos os tempos. Os esquerdistas estão montando uma imensa armadilha para escravizar e neutralizar de vez todo o movimento conservador e liberal. E os liberais, como não poderia deixar de ser, estão achando que vai ser o (Site: [midiasemmascara.com/conservadorismo/Olavo de carvalho](http://midiasemmascara.com/conservadorismo/Olavo%20de%20carvalho), acessado em 28/05/2015).

Ao pesquisar o termo "conservadorismo" no conteúdo de Mídia sem Máscara aparece centena de vídeos e artigos, como o supracitado acima. Mas é relevante considerar um, cujo título é sugestivo "Que venha o *Tea Party* brasileiro", nele é elencado as quinze "crenças não negociáveis" do movimento conservador americano.⁴⁴ Ao analisar esse momento, Quadro (2015, p.67) exemplifica a fala de Alexandre Borges,

O *Tea Party* ganhou as ruas em 2010, ano de eleição legislativa em que o Partido Republicano foi francamente beneficiado pela participação do movimento na vida pública. A imprensa, é claro, ficou horrorizada e até hoje promove uma perseguição absurda, fruto de um patrulhamento ideológico abjeto, ao *Tea Party*. O movimento não se intimidou em 2010, em 2012 e agora em 2014, ajudando a dar uma vitória realmente acachapante para a direita americana contra os inimigos internos do país. Que os brasileiros de bem [...] inspirem-se nos bravos americanos do *Tea Party* e não se intimidem com o assédio moral da imprensa, dos CQC's da vida, e continuem mostrando que o quarto poder da república é você (BORGES, 2014).

Nota-se, neste representante uma fala convocatória para a sociedade civil, que propõe uma alternativa com propostas de liberdade das amarras da ideologia da esquerda. Um discurso eloquente com objetivo de influenciar atores sociais para a marcha a favor de uma sociedade pautada por valores moralista.

Raquel Sheherazade, jornalista, âncora do jornal do SBT e comentarista da Rádio Jovem Pan. Conhecida pelos comentários de cunho moralista na TV e na mídia. Em 2014 protagonizou um polêmico caso que ficou bastante conhecido, ao

⁴⁴ Seriam elas: "1. Imigrantes ilegais estão no país ilegalmente; 2. A defesa dos empregos domésticos é indispensável; 3. Forças armadas robustas são essenciais; 4. Grupos de interesse e lobistas devem ser retirados da vida pública; 5. Posse legal de armas é sagrada; 6. O governo precisa ser reduzido; 7. As contas públicas devem ser equilibradas; 8. O déficit público tem que acabar; 9. Programas de resgate de empresas e pacotes de estímulos são ilegais; 10. É preciso reduzir os impostos sobre renda; 11. É preciso reduzir os impostos para empreendedores; 12. Políticos devem estar disponíveis para o cidadão comum; 13. A intromissão do governo na vida do cidadão deve ser freada; 14. O inglês é a língua oficial do país; 15. Valores da família tradicional devem ser encorajados" (BORGES, 2014).

defender no jornal SBT Brasil, que a “ação de justiceiros” que agrediram e amarraram um garoto acusado de roubo ao poste, no Rio de Janeiro, era uma “legítima defesa coletiva”.

Também classificou como desmoralização da polícia a inoperância do Estado para controlar tais situações. Sheherazade disse na TV que era “compreensível” que o “cidadão de bem” reagisse. Além de chamar o adolescente de marginal, falou em tom de deboche, aos grupos em defesa dos direitos humanos que estavam com “pena” do garoto para adotarem o “bandido”.⁴⁵

Em outro momento, ao saber que a juíza Diana Brunstein, da 7ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, tinha negado pedido do MPF (Ministério Público Federal) para a supressão da referência a Deus nas cédulas do real, a apresentadora do SBT Brasil, acusou os defensores do Estado laico de “intolerantes” por voltarem sua ira contra a minúscula citação “Deus seja louvado” nas cédulas do real. Para ela há uma perseguição contra o cristianismo, porque querem acabar com o ensino religioso e tirar o crucifixo das repartições públicas.

A apresentadora disse que os defensores do Estado laico são ingratos para com o cristianismo, que, segundo ela, é o responsável por princípios como liberdade, honestidade, respeito e justiça. “É no mínimo uma ingratidão à doutrina que inspirou nossa cultura, nossos valores e até mesmo a nossa própria Constituição promulgada sob a proteção de Deus.”⁴⁶

A sua defesa favorável a Jair Bolsonaro quando este declarou que não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) “porque ela não merece” é bem emblemática, segundo Sheherazade, “Bolsonaro pode ser muita coisa, mas não é um estuprador”. Ela ajuíza que as feministas que passaram a criticar o deputado do PP, são “feminazes” e fazem parte de um partido de esquerda, e representantes dos direitos humanos querem “distorcer as palavras do deputado” e “manchar a sua reputação para desacreditá-lo como homem, militar e parlamentar.”⁴⁷

⁴⁵Disponível em: <www.cartacapital.com.br/sociedade/ministerio-publico-analisa-denuncia-contra-raquel-seherazade-4248> acesso 29/05/2017.

⁴⁶Disponível em: <www.pbagora.com.br/raquel-sheherazade-causa-polemica>. Acesso 29/05/2017.

⁴⁷Disponível em: <<http://natelinha.uol.com.br/noticias/2014/12/17/rachel-sheherazade-defende-jair-bolsonaro-e-causa-polemica-mais-uma-vez-83533.php>> Acesso 29/05/2017.

A jornalista também se declara cristã, e se posiciona contra o aborto, fato esse que lhe rendeu o status de musa do conservadorismo pela opinião pública contrária aos seus posicionamentos, e ao ser questionado numa entrevista se isso a ofendeu, respondeu “Nem todo conservadorismo é ruim. É diferente de ser retrógrado”.

Lobão, ex-cantor, hoje, também um representante do conservadorismo. Em 2011, no festival da Mantiqueira – feira literária e não um evento de rock, qualificou os militantes de esquerda como “gente rancorosa e invejosa”.⁴⁸ Se não bastasse, criticou o trabalho da comissão nacional da verdade e defendeu a validade do golpe de 1964:

A gente tinha que repensar a ditadura militar. Por que as pessoas acham. Essa comissão da verdade que tem agora. Por que isso? Que loucura que isso? Ai tem que ter anistia pros caras de esquerda que sequestraram o embaixador, e pros caras que torturavam, arrancavam umas unhazinhas, não [risos]. Foi horrível [...]. Mas é, é bem isso. Quem é que vai falar isso? Quem é que vai ter colhão de achar que bunda de pinto não é escovinha? Por que não é. Não é. Então é o seguinte: a gente viveu uma guerra. As pessoas não estavam lutando por uma democracia, as pessoas estavam lutando por uma ditadura do proletariado. As pessoas queriam botar uma Cuba no Brasil, ia ser uma merda pra gente. Enquanto os militares foram lá e defenderam nossa soberania. [grifo nosso].

O autor revela que o discurso de Lobão foi reproduzido na íntegra, porque foi um marco na guinada conservadora do cantor, que passa a usar característica verborrágica agora a favor da direita.

Após esse episódio e travestido agora de pensador social, como situa Mattos, Lobão lançou um livro, *O manifesto do nada na terra do nunca*, uma obra sem pé nem cabeça, bem alusiva ao nome, como ressalta o autor. Entretanto, teve uma tiragem espetacular de 40 mil exemplares e reimpressão de outros 20 mil em apenas uma semana. “Lobão visava um lugar entre a ala intelectual midiática da “nova direita”, ao lado de Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo e outros”, e,

[...] tentava também a aprovação de uma classe média antipopular, intelectualmente preguiçosa, que se sacia com simplificações explicativas e

⁴⁸ Disponível em: <Cantor Lobão exalta a ditadura militar e ataca Chico Buarque. Pragmatismo político, 1º. 062011, disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/06cantor-lobao-exalta-ditadura-militar-e-html>.> Acesso 29/05/2017.

consome vorazmente argumentação *ad hominem* – estas caracterizadas por ataques pessoais como forma de desqualificação de adversários políticos. (MATTOS, 2016, p, 2040).

Outro ponto crucial no seu ativismo pró direita sobre o Roqueiro, é a sua ferrenha crítica a MPB, diferente de sua análise nos anos 80⁴⁹ de cariz progressista, atualmente somente atende a sua tentativa de derrocada da esquerda e o fortalecimento do conservadorismo político. Assim depreciar a MPB, atinge certamente a Chico Buarque, para ele (Lobão) o hip hop sob a influência de Chico Buarque teria levado esses artistas a reproduzir “clichês ressentidos, emburrados, com uma assustadora falta de humor (coisa que não falta ao funk), não conseguindo reproduzir mais nada de relevante, pelo menos até o presente momento. Folclorizaram o rap”.⁵⁰ Comentários ácidos como esses fizeram conquistas importantes no campo dos adeptos do pensamento conservador da grande mídia. E nesse contexto minimamente desconcertante, mas propício aos direitistas, é que Rodrigo Constantino lançou a campanha: mais Lobão e menos Chico Buarque.⁵¹ Ouve claro, manifestações dos afetos de Chico Buarque que protestaram veementemente como mano Brow, que escreveu em seu twitter: “ele pregava a ética e a rebeldia. Age como uma puta para vender livros [...]”

Como esperado, Lobão foi um grande articulador nas mobilizações a favor do impeachment da presidenta Dilma Rouseff, e quando FHC se posicionou momentaneamente contra o impeachment, ele lançou chamadas contra os tucanos “todo socialdemocrata é um comunista lustroso”. São bem letrados, mas não só não toleram os comunistas como admiram mesmo os comunistas. Para Mattos (2016, p. 244), “Lobão está situado numa extrema direita que não aceita nem mesmo as oscilações do PSDB em relação ao ativismo golpista.” Para ele o projeto neoliberal apresenta um tom avermelhado.

Roger foi outro expoente da MPB que nos anos 80 protagonizou vários sucessos, entre eles “inútil”, do então grupo *Ultraje a rigor, do qual era vocalista*. Entretanto, no início da década sofreu uma derrocada comercial e somadas várias

⁴⁹ Para maiores detalhes, MATTOS, Romulo, in: *A onda conservadora: Ensaio sobre os atuais tempos sóbrios no Brasil*. Ed. Mauad, 2016, p.242.

⁵⁰ Lobão. *Manifesto do nada na terra do nunca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 (versão digital) p. 82

⁵¹ Constantino, Rodrigo. *Mais lobão e menos Chico Buarque*. O Globo, 14.05.2013. Disponível em: < <http://oglobo.com/opniao/mais-lobao-menos-chico-buarque-8375227>>. Acesso em: 30/05/2017.

quedas no meio artístico começou a procurar outras possibilidades de trabalho. E assim em 2011 convenientemente começou a fazer parte do *talk show* de Danilo Gentili - esse humorista curiosamente nutre igual ira contra a esquerda e o PT, e também como seus aliados da nova direita, acha que o PT é comunista.

É nesse programa de humor preconceituoso que Roger se sente a vontade e acolhido a ponto de opinar nas entrevistas, manifestando identificação com seu patrão “hoje em dia, com essa merda de politicamente correto as pessoas caem nisso, como se existisse uma justiça superior que não permite tirar sarro de determinados assuntos, piada é piada”⁵²

Outro fato que trouxe bastante repercussão na mídia foi a discussão com o escritor Marcelo Rubens Paiva, cuja trajetória é conhecida – teve seu pai preso na ditadura, torturado e assassinado num quartel militar. Numa festa literária em Paraty em 2014, em que participava de uma mesa sobre os 50 anos do golpe militar, o autor de *Feliz ano novo*, citou Roger como exemplo de quem desconhece a ditadura militar. Em resposta, o roqueiro *twitou*: “*minha família não sofreu na ditadura porque não estava fazendo merda. A pessoa tem que saber quais os riscos do que está fazendo*”.⁵³

Essa declaração descabida em qualquer contexto chocou até mesmo a tropa de choque da “nova direita” midiática. Roger – a Shehenazade do Rock, ultrapassara de modo grosseiro e sem respeito o sumiço do deputado Rubens Paiva.

Os dois roqueiros citados, possuem muito em comum, carreiras em declínio por não conseguirem se reinventar e a conquista de espaços que possibilitam que apareçam como verdadeiros *pop star* do neoconservadorismo.

Em outro campo de atuação, mais que comungam de valores parecidos, são os parlamentares evangélicos que compõem a bancada BBB atualmente, estes, estão entre aqueles com posicionamentos mais conservadores. Se em 2014 a sociedade brasileira supostamente teria elegido o Congresso Nacional de perfil mais conservador, é bastante plausível que o fenômeno tenha sido impulsionado, ao

⁵² Idem, p. 250

⁵³ Idem, p. 250

menos em parte, pelo êxito na divulgação de ideias inerentes aos movimentos analisados anteriormente (ideias que se julga povoar o imaginário de expressivas fatias da população brasileira).

Nesse contexto, o deputado do partido Social Cristão -PSC, - Jair Bolsonaro, vem se destacado no cenário nacional justamente devido a seus posicionamentos preconceituosos, homofóbicos, machistas, entre outras posturas de cunho abusivo, que se juntam à falta de respeito à pluralidade ou aos direitos humanos.

O deputado é militar da reserva, é pré-candidato à presidência da República. Está no sétimo mandato parlamentar. As mídias sociais são hoje o seu maior apoio promocional – conquista adeptos pelo Facebook – de 3 a 7 mil por dia, nas pesquisas cada vez mais se aproxima da campanha presidencial de 2018 como o principal candidato da extrema direita.

Para Chico Alencar, (PSOL-RJ), o capitão reformado do exército, “representará para a extrema direita reacionária e saudosista da ditadura militar a oportunidade de sair do armário” “Com sua forma bruta e tosca, ele agrada aos desencantados com a política”, afirma Alencar. Com 16% nas intenções de voto para presidente da República segundo pesquisa da DATAFOLHA de abril, o deputado estava empatado em segundo lugar. (www.cartacapital.com.br/politica).

Bolsonaro deixou de ser apenas um capitão do Exército para se tornar também o arquétipo do tio conservador que toda família do interior do País abriga. Quer ordem na escola, ordem na família, quer ordem, enfim. “Há excesso de direitos no Brasil”, diz.

Para o professor de Ciência Política José Álvaro Moisés, da USP, ele é expressão de um fenômeno que tem um componente de crítica às instituições e aos políticos e de rejeição a temas identitários e de direitos humanos. “É uma crise das elites em certo sentido, que perderam a capacidade de mobilizar a sociedade.” De

12% a 13% dos eleitores pensariam como o deputado. “É o que mostram as pesquisas.”⁵⁴

Quando viaja, leva seus assessores que cuidam das redes sociais. É aclamado nos aeroportos e outros espaços aos gritos de “mito⁵⁵. De acordo com o indicador de alcance social da consultoria Bites, que soma os fãs e seguidores do Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Google+, o deputado saltou de 44 mil seguidores, em março de 2015, para 5,04 milhões em um curto espaço de tempo, crescimento de 11.344%. Entre 1.º de fevereiro e 20 de março, seus posts no Facebook geraram 1.038.672 compartilhamentos, o que mostra como ele distribui suas ideias.

O chamado “kit gay⁵⁶” foi um salto na sua carreira política, pois ao atacar o Ministério da Educação na gestão de Fernando Haddad (PT), de distribuir material anti-homofobia preparado pela ONG Pathfinder.[...] O post Livros do PT alcançou 38,4 milhões de pessoas e o vídeo que ele trazia foi assistido por 8,2 milhões. “Para o PT, brevemente a pedofilia deixará de ser crime”, diz Bolsonaro. “O kit gay foi uma catapulta na minha carreira política”, reconhece.

Além dos casos já bastante conhecidos como o da deputada Maria do Rosário, ou sobre o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff que homenageou um torturador. Recentemente o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro entrou com outro processo contra Jair Bolsonaro. Os Procuradores da República relatam que, “Expressões injuriosas, preconceituosas e discriminatórias com o claro propósito de ofender, ridicularizar, maltratar as comunidades quilombolas e a população negra”.⁵⁷ Infelizmente esses discursos têm popularizado o deputado, em uma entrevista a Carta Capital, o Jornalista Roberto Amaral comenta a candidatura para presidente em 2018 do deputado Jair Bolsonaro:

É um fato novo, não sei se bom ou trágico. Ele representa a emergência da extrema-direita. Lamento o crescimento da direita e o avanço desse pensamento nas periferias, estimulado pelo neopentecostalismo e pelo medo da violência. Isso mina as bases progressistas e não há um discurso

⁵⁴infográfico.estadao.com.br/politica/Bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto

⁵⁵ Mito, seria a junção de Bolso+mito = Bolsomito

⁵⁶ A gestão do Haddad explicou que Kit gay era o material técnico para formação de professores.

⁵⁷ Sobre o assunto, ver: www.cartacapital.com.br/politica-bolsonaro-condenado-apagar-50-mil-por-danos-morais-a-comunidade-negra.

reparador para se contrapor. Ao mesmo tempo, do ponto-de-vista do debate ideológico, é um avanço a direita se assumir como tal, não mais se declarar liberal e democrática. Até o momento o campo progressista não teve tempo de travar um debate ideológico equilibrado. Na sociedade de massas, é preciso da mediação. No Brasil, existe um oligopólio empresarial e um monopólio ideológico nos meios de comunicação. Só um lado controla o fluxo das informações e isso dificulta a reação da esquerda. Não subestimo o Bolsonaro e seu significado. Mas se tivermos coragem de ir a fundo nas causas desse avanço da direita, podemos ter um salto de qualidade no campo progressista.⁵⁸

Para Sakamoto (2014) parece que o descompasso entre o Brasil real e o Brasil do parlamento se reduziu na última eleição, para ele,

“[...] O Congresso é o reflexo da população no que diz respeito à visão de mundo e ação diante desse mundo. Talvez não daquilo que ela gostaria de ser, mas daquilo que ela efetivamente é. Enfim, com o resultado dessas eleições, não é que o Congresso ficou pior. Ele apenas está mais parecido com o Brasil.”

Para além da emissão de qualquer juízo de valor acerca de semelhante argumentação, cabe sintetizar assinalando que a atual bancada evangélica encarna, de algum modo, certos pendores de conservadorismo presentes na sociedade brasileira. Onde estes valores estão sendo socializados em grande escala para a população, com auxílio dos grandes monopólios midiáticos.

Diante dessas determinações abrangentes, estruturais e também conjunturais, a profissão de Serviço Social sofre determinações que se colocam, e se expressam como particularidades contraditórias em seu interior. Adiante, segue-se analisando os influxos que a profissão vem passando ao longo de sua institucionalização e como ela vem debatendo e se posicionado quanto às tendências conservadoras na profissão e na sociedade.

⁵⁸Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/roberto-amaral-20cnao-substimo-bolsonaro201d/amaral2jpg.>. Acesso em 30/05/2017.

2. CONSERVADORISMO E O *ETHOS* PROFISSIONAL NOS CÓDIGOS DE 1948, 1965 e 1975

Deixa-me dizer-lhe, com risco de parecer ridículo, que o evolucionário está guiado por grandes sentimentos de amor.

Che Ghevarra

A ética na sua gênese possuía nos seus fundamentos, uma discussão restrita apenas ao campo filosófico. Entretanto, há cerca de duas décadas ocorreu um fenômeno inédito: seu debate amplia-se para diferentes áreas do saber, incidindo em amplos setores da vida social. Ao invadir o espaço da cotidianidade, altera sua concepção inicial e passa a ocupar-se geral de prescrições moralistas, apresenta-se como alternativa social conservadora, incentivando o senso comum a preservar os seus preconceitos, o que tende a se renovar no contexto de violência da sociedade brasileira. (BARROCO, 2009, p. 166).

Para a autora, a crescente moralização da vida social, condutas pautadas em preconceitos, ganha validade ao ser incorporada pelos sujeitos sociais como estratégia de enfrentamento das expressões da “questão social”. Pois, a ética ao ser incorporada abstraidamente de seu significado histórico e de sua função teórica, os discursos se confundem e passam a agir conforme os ideais da sociedade burguesa. Assim, questões relacionadas aos direitos humanos ou justiça, por exemplo, podem justificar o contrário, - a violação dos direitos.

É nesse contexto, que o atual Código de Ética da profissão expressa e afirma compromisso da categoria profissional para a construção de uma nova ordem societária, contra toda forma de opressão e exploração. Entretanto, categoria profissional não representa um todo homogêneo e a formação profissional não é o único espaço onde se constroem aprendizagens e juízos que fundamentam as escolhas de valor de assistentes sociais.

Desse modo, adotando a concepção de que a profissão possui suas particularidades, mas, que esta se inscreve e se relaciona com a totalidade por meio de múltiplas mediações, é preciso complementar que a sociedade capitalista

contemporânea intensifica suas formas de exploração, de alienação e de hegemonia ideológica. Dessa forma a lógica do capital passa a condicionar os modos de vida em todas as dimensões da vida humana, afetando as formas de ser, estar e perceber o mundo.

E, sendo os assistentes sociais atores nesse processo, é preciso compreender: Como esses profissionais incorporam tais valores? Como se desenvolvem os atos ético-morais no cotidiano de trabalho destes, tendo ou não como fundamento os valores da profissão?

2.1 – O *ethos* profissional no exercício profissional do Assistente Social dilemas da sociedade contemporânea

O trabalho do Assistente Social é definido por um *ethos* profissional que resulta das complexas relações que o definem na ordem das relações sociais. Não se resume à sua dimensão técnico-operativo, inclui a dimensão teórico-metodológico e a ético-política. Portanto, o debate sobre o *ethos* profissional inicia-se na constituição de uma ética profissional construída concretamente nos embates práticos – políticos, manifestos através de debates e projetos coletivos que são inerentes à realidade social e reafirmam ou negam determinadas condições do convívio social.

Dessa forma, compreende-se que a ética profissional na consolidação do fazer profissional do Assistente Social faz parte de um processo que segue na perspectiva da realização de ações prático-transformadoras e assim como do entendimento de que os projetos profissionais podem colaborar para o rompimento com questões históricas de uma sociedade conservadora ou, por outro lado, pode colaborar para reproduzir um padrão conservador dominante de um determinado sistema.

[...]O Serviço Social, como profissão, é historicamente determinado e coloca-se em um campo de saberes que, em movimento, possibilitam a construção de respostas profissionais consoantes com as necessidades sociais desse tempo histórico. Afirma-se, portanto, que o Serviço Social, no decorrer desse percurso histórico, vem se apresentando no cenário nacional

como uma profissão que toma a realidade social como indispensável no seu campo de análise e de intervenção (TORRES, 2017. p. 2).

O *ethos* profissional do Serviço Social é constituído com base em lutas sociais, que compõem um cenário de reconhecimento histórico e social de desenvolvimento do ser humano, e se firma na busca constante de formas de pensar e agir que indiquem a quebra de um processo de sociabilidade determinada por condições alheias às vontades individuais de cada ser humano, nesse sentido entende-se que *ethos* profissional “[...]é um modo de ser constituído na relação complexa entre as necessidades socioeconômicas e ideoculturais e as possibilidades de escolhas inseridas nas ações ético-morais, o que aponta para sua diversidade, mutabilidade e contraditoriedade”. (BARROCO, 2006, p. 68).

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2008), constroi formas objetivas ao efetivar sua ética profissional baseado em contextos históricos distintos, sempre com base em fundamentos teóricos, filosóficos e políticos que possibilitam a delimitação do seu lugar no contexto das profissões e da sociedade.

Assim se constitui através de relações complexas que se dão no relacionamento com padrões de discursos moralizantes presente na sociedade, na maioria das vezes influenciados pela mídia, principalmente através dos meios de comunicação de massa, os quais direcionam de forma direta ou indireta a construção do “*ethos* liberal burguês, a violência, a abstração, o moralismo e o conservadorismo, fortalece a descrença na política, em sua forma democrática, reforçando apelos à ordem, a medidas repressivas, a soluções morais para a crise social”. (BARROCO. 2009. p. 167).

Nesse processo torna-se importante buscar uma compreensão crítica acerca dos fundamentos éticos presente na vida social e que se fundam no Serviço Social. Buscando assim, ampliar o conhecimento sobre a importância da ética e seus limites na sociedade atual e isso se baseia numa “moral que se estrutura através de princípios e valores universais abstratos, apropriados pelos indivíduos em cada formação social concreta e situação histórica determinada de forma a se materializar de modo particular em suas ações práticas”. (BARROCO 2008. p. 69).

Nesse sentido, “a ética é uma parte, um momento da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, 2007 apud BARROCO, 2017. p. 07). Sendo assim, a ética torna-se indispensável à transformação humana, e é através dela que as pessoas constituem seus valores, se posicionam, manifestam intenções e escolhas que envolvem a formação de consciência que determina as formas de sociabilidade e a capacidade intelectual e ideológica dos indivíduos, bem como determina suas condições de liberdade e emancipação.

Dessa forma, ao desenvolver sua consciência, as pessoas demonstram características racionais que influenciam na realização das atividades humanas desenvolvidas na sociedade as quais estão relacionadas às escolhas e tomadas de decisões, conforme expressa Lukács, (1978, p. 6) ao afirmar que “todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras.”

Nesse processo de desenvolvimento da sociedade, segundo Barroco(2008), a sociabilidade burguesa pauta sua ética através de princípios liberais que define a liberdade dos indivíduos como limite para a liberdade do outro, “mas isso não significa que a liberdade não possa ser objetivada na sociedade burguesa: significa que ela não pode ser objetivada de forma universal, para a totalidade dos indivíduos”. (BARROCO, 2008, p. 71). E isso decorre das,

Condições objetivas favorecedoras da reprodução do modo de vida mercantil, valorizador da posse material e subjetiva de objetos de consumo, cria-se, na prática, uma ética individualista, orientada pela ideia de que o “outro” é um “estorvo” à liberdade, entendida como a incessante busca de vantagens e acúmulo de bens cuja duração é tão efêmera quanto às relações que lhes dão sustentação. (BARROCO, 2017, p. 3).

Portanto, a ética faz parte do cotidiano e mesmo que de forma restrita ela se faz presente no convívio social através de atos morais particulares, que se apresentam de alguma forma através de ações conscientes e livres. Sejam elas motivadas por valores ou questões ideológicas orientadas pela efetivação de direitos e conquistas coletivas ou não. E embora isso aconteça de forma instantânea, pode se constituir como um processo intermediário entre a singularidade do indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, tornando-se parte da práxis social.

Mas, principalmente, fica claro que a ética não é apenas a ciência da moral, ou o seu conhecimento: apreendida como *parte da práxis*, a ética é trazida para o conjunto das práticas conscientes do ser social, dirigidas para a intervenção na realidade e na direção da conquista da liberdade e da universalidade, tendo como parâmetro a emancipação humana. (BARROCO, 2017. p. 12).

Nesse contexto, o Serviço Social enquanto profissão que tem como objetivo de sua intervenção as múltiplas expressões da Questão Social, tem a ética com uma dimensão específica da sua composição, através da qual suas deliberações são mediadas pelo conjunto de possibilidades de intervenção a partir das necessidades e demandas da sociedade. Que se fundamenta na produção e reprodução das desigualdades sociais presentes na sociedade capitalista e que determina a atuação profissional dos Assistentes Sociais em meio a um processo de resistência, “situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, os quais não são possíveis deles abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade”. (IAMAMOTO. 2004. p.27).

Assim, o enfrentamento das contradições expostas ao serviço social remete a uma ética que determina o posicionamento ético-político profissional e o fazer profissional. Estes, pautados no Código de Ética profissional, direciona a construção do projeto profissional empregado como ferramenta para mediar os saberes teórico-metodológicos e os limites da prática profissional.

Destarte, as decisões e valores inscritos no âmbito das atividades realizadas pelo profissional de Serviço Social, capazes de legitimar a relação entre o indivíduo e a sociedade, estão pautadas na adesão de um determinado projeto ético-político que o direciona com base em princípios éticos pré-estabelecidos.

No entanto, nem sempre os papéis sociais e as atividades desempenhadas pelos indivíduos são coerentes e estão de acordo com a adesão de um todo sistêmico e isso pode incorrer no surgimento de conflitos morais baseado na negação, (re)avaliação ou mesmo (re)afirmação de valores.

Nossa ação terá sempre uma intencionalidade, donde estão presentes metas e fins. Diante disso, podemos afirmar que coletiva e individualmente construímos e nos relacionamos com diferentes projetos em nossas vidas, pois, a todo o momento, diante da realidade, realizamos escolhas, projetamos finalidades e construímos meios para realizá-las. (CARDOSO, 2013. p.74).

Nesse sentido a materialidade e organicidade que cria a consciência ética profissional estão diretamente ligadas ao seu projeto profissional que reafirma seus ideais e projeções profissionais bem como o seu agir em sociedade, na condição de cidadão e trabalhador, tornando-se assim responsável pelo que assume individual e coletivamente na construção de relações que influenciarão direta e indiretamente o desenvolvimento da sociedade, uma vez que “a presença dos valores na vida social é um fato ontológico inegável”. (BARROCO, 2012. p.31).

Ademais, a ética se materializa por meio dos Códigos de Ética os quais determinam o conjunto de valores e princípios morais, direitos, deveres e sanções a serem empregadas no âmbito do fazer profissional. Eles se constituem como instrumento orientador do comportamento individual dos profissionais e direcionam a regulamentação de suas relações éticas no campo de atuação profissional.

Portanto, é mister buscar compreender como se deu a construção dos códigos de ética dos Assistentes Sociais no Brasil e as bases de construção ideológicas que regulamentaram e contribuíram para o embasamento do *ethos* profissional e como esse percurso histórico influencia no fazer profissional na contemporaneidade.

2.2 Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947, 1965 e 1975

O Serviço Social em sua constituição histórica se configura enquanto profissão com forte influência do conservadorismo moral e político direcionado pela igreja católica em sua constituição. O longo percurso para criação do Código de Ética da profissão é um claro exemplo disso, uma vez que os códigos iniciais indicam uma prática profissional pautada em bases conservadoras, que marcam os anos de 1947 a 1986, período em que a prática profissional do Serviço Social se

pautava numa ética voltada para uma perspectiva tradicional conservadora. Conforme assinala Torres (2017, p. 3):

Uma das principais características assumidas na constituição do Serviço Social como profissão é que ele é fruto do movimento social de base católica sob a perspectiva que indicava a necessidade da Igreja de retomar sua influência como uma presença mais ativa na vida das pessoas por meio de sua vivência em sociedade, buscando, assim, conter os avanços ideológicos do Estado no que concerne à regulação da vida cotidiana dessas pessoas. A profissão é concebida tendo como fundamento a visão da dignidade humana, do relacionamento profissional construído como base nos processos de ajuda, dirigido às pessoas que enfrentam – de forma temporária ou permanente – dificuldades econômicas, de relacionamento, cabendo ao assistente social trabalhar visando o fortalecimento do “cliente” como pessoa humana. A premissa implícita é a do valor moral, dos comportamentos, das oportunidades, buscando identificar o mérito das pessoas, a capacidade dos usuários de superar seus problemas e fazer escolhas condicionadas às orientações dadas pelos profissionais. (TORRES, 2017, p 3)

Nesse sentido, ao analisarmos o contexto histórico do Serviço Social brasileiro, no período de 1930 até meados 1940, verifica-se uma estreita relação deste com o catolicismo, em termos ideológicos e políticos, que almejava desenvolver ações e estratégias para converter as pessoas ao catolicismo com o propósito de com isso enfrentar as expressões da questão social, naquele período denominado como questão moral e entendido como grande mal da sociedade.

Ao interpretá-la como derivada dos excessos do capitalismo, identificava entre as suas expressões mais contundentes, a avidez dos empresários pela exploração da mão de obra dos trabalhadores, sem respeitá-los em sua dignidade humana, e as formas de organização dos trabalhadores em torno de ideais estranhos à fé cristã. (GUEDES, 2016 p. 29)

Dessa forma a ação política se objetiva no seio da sociedade capitalista através de lutas de classes presentes em espaços de participação popular, em contextos de transformações sociais pautadas por diferentes projetos ético-políticos historicamente formados com base nos princípios do projeto político burguês. O que para José Paulo Netto (2012) nas últimas três décadas do século XIX se deu através da transição do capitalismo concorrencial ao monopolista em um movimento com profunda transformação na configuração da ordem burguesa, e que segue até o chamando capitalismo tardio que marca a mudança do padrão de acumulação do capital. Nesse sentido “[...] a estrutura de processos de transformação social, que implicam alterações substantivas no estatuto da propriedade dos meios de produção

fundamentais, na organização classista do poder político e no padrão de interação das classes sociais”. (NETTO, 2012. p.29).

Pretende-se com essa discussão pautar a conexão entre a gênese do serviço social com sua institucionalização no Brasil, com base em acordos políticos e econômicos presentes no redirecionamento da questão social. Caracterizando assim um dos aspectos do pensamento conservador presente nas ações profissionais dos Assistentes Sociais na primeira década da profissão, basicamente no período de 1939 a 1949.

Tais princípios filosóficos se baseiam numa perspectiva neotomistas e doutrinários, que tem raízes no pensamento conservador que se consolida na Europa Ocidental, no século XIX e expressa uma cultura social firmada no pensamento conservador. Sobre isso se assinala ainda que,

O conservadorismo, como salienta Barroco (2003), não pode ser desvinculado de suas bases objetivas porque não se restringe à profissão e porque “sua superação, no âmbito profissional, é sempre relativa às possibilidades do momento histórico” e, ainda, porque depende “de circunstâncias históricas favoráveis para restringir ou ampliar, ou se reatualizar sob novas formas” (GUEDES, 2016, p. 31).

Dessa forma o Código de Ética do Serviço Social de 1947 estava pautado em valores conservadores presente na época e que seguem até os presentes dias e estava fortemente ligado à filosofia neotomista embora apresentasse ali de forma ainda embrionária aspectos da teoria positivista, especialmente no que tange a concepção da sociedade (GUEDES, 2016, p. 33). Este código orienta a ação profissional dos assistentes sociais com base em valores humanistas-cristão. E isso servirá de base para a construção de projetos ético-políticos que incidirão na evolução dos códigos de ética com forte acento em bases conservadoras. Cardoso (2006. p. 116) explica que,

A Ética Profissional Tradicional/Conservadora se expressa de diferentes maneiras nos códigos de 47, 65 e 75, até porque, estes, expressam diferentes projetos profissionais. Como vimos, na dimensão filosófico-valorativa, as influências que a compõe vão dando diferentes contornos a esta ética profissional. (CARDOSO, 2006. p. 116).

O Código de 1947, assim como os demais demonstra abertamente as influências neotomistas em sua concepção, como pode se verificar em dos trechos do código exposto a seguir:

É dever do assistente social: Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a Lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre, em todos os seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos de lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. Manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e bons costumes da comunidade. (CARDOSO, 2006. p. 117).

Tem-se nessa configuração uma orientação profissional claramente direcionada por bases cristãs com uma prática indicada com base nas Leis divinas executadas através da caridade cristã. Evidencia-se assim, que o assistente social tem suas ações orientadas para uma prática que vise ao bem comum. Conforme testemunha o Código de 1947, existia uma “[...] estreita vinculação do Serviço Social com a doutrina social da Igreja Católica – era extremamente doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos”. (BARROCO, 2012 p.45).

Para tal filosofia, a ‘autorrealização da pessoa humana’ supõe a moralidade ou ‘consciência reta’ voltada à objetivação dos valores universais que adquirem sentido absoluto e se dirigem ao ‘fim último’ da existência humana: a ‘perfectibilidade’. Ao obedecer às leis morais, os homens realizam sua ‘essência’ que os aproxima de Deus, fonte dos valores universais. (BARROCO, 2001:92 apud CARDOSO, 2006, p.111).

Em todo o conteúdo do Código em questão não há nada que indique uma perspectiva transformadora, pelo contrário, todos os indicativos de ação são vinculados à lei divina e a valores abstratos, distanciando-se por completo da realidade.

O que não se verifica no Código de 1965, que apresenta bases filosóficas reformuladas alicerçadas na concepção do homem e da sociedade concebidas pelo ideário positivista, direciona a intervenção profissional dos assistentes sociais ao projeto societário capitalista. Passados dezoito anos do primeiro código, seguia-se no processo de renovação do Serviço Social, esse novo código buscava sistematizar melhor a Ética tradicional/conservadora, bem como avançar na construção de um projeto moderno do Serviço Social, pautado em vertentes que indicam uma postura

plural, admitindo a presença de diferentes crenças e concepções na sociedade vigente. Ou seja,

Constata-se uma diferenciação no que se refere à explicitação do pluralismo presente na renovação profissional: em 1948, a profissão é tratada como algo homogêneo; em 1965 anuncia-se a existência de diferentes concepções e credos profissionais; em 1975, tal referência é excluída do Código de Ética, o que expressa a reatualização do projeto profissional conservador, no contexto pós-1968. (BARROCO, 2001, apud CARDOSO 2006. p.119).

Apesar de indicar um novo formato em sua base filosófica, os valores humanista-cristãos e a orientação neotomista continuam presentes no Código. Além disso, nele foram introduzidas algumas considerações sobre a perspectiva liberal da atuação do assistente social, conforme exposto em seu artigo 23:

Art. 23° - O assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar contas e seguir diretrizes, emanadas do seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega. (Art. 7) (BARROCO, 2012. p. 45).

O exposto indica uma dependência com a conservação da ordem social vigente, e demonstra ainda, mesmo que discretamente uma conexão com a burguesia, o que fica explícito no item que trata dos “deveres para com os serviços empregadores”, cujos artigos indicam um compromisso com o contratante, excluindo qualquer referência à compromisso com a classe trabalhadora. Como mostra os artigos a seguir: “O assistente social deve respeitar a política administrativa da instituição empregadora.” (CFAS, 1975, apud BARROCO, 2012. p. 46).

Apesar de nesta elaboração serem feitas referência a ideia de valores como democracia, justiça social e participação, o documento se firma contraditoriamente com ideias que indicam uma prática voltada para a conservação de bases voltadas para a correção de desníveis sociais, mantendo assim traços fortes do tradicionalismo no exercício da profissão, uma vez que:

[...] o Código de 1965 não rompe com a visão tradicional; a coexistência entre os supostos tomistas e liberais aponta para sua inserção no âmbito de uma das tendências do processo de renovação brasileiro: a perspectiva de modernização conservadora que se apresenta dois anos mais tarde no Documento de Araxá. (BARROCO, 2001 apud CARDOSO 2006. p. 121).

Barroco (2003) assinala a manutenção do conservadorismo como algo que não pode ser desvinculado de suas bases objetivas uma vez que essa questão não se restringe à profissão e que “sua superação, no âmbito profissional, é sempre relativa às possibilidades do momento histórico” e, ainda, porque depende “de circunstâncias históricas favoráveis para restringir ou ampliar, ou se reatualizar sob novas formas” (BARROCO, 2003, p. 99).

O terceiro Código de ética data de 1975, propõe uma reatualização do conservadorismo profissional. Ele extingue menções democrático-liberais do Código anterior e não propõe o rompimento com a ética tradicional conservadora. Esse código tem suas bases fincadas na construção de valores personalistas, com forte influência do neotomismo e com a concepção de construção da sociedade com base extremamente positivista. O que, de acordo com Cardoso (2006. p. 122):

Esta integração entre o neotomismo e o personalismo, pode ser vista pontualmente no Código, expressando-se logo em sua introdução, ao anunciar o valor central que deve servir de orientação à ética e à ação profissional: “O valor central que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana. Reveste-se de essencial importância uma concepção personalista que permite ver a pessoa humana como centro, objeto e fim da vida social. (CARDOSO, 2006. p. 122).

Nesse sentido, sustenta-se em valores abstratos, sem considerar as condições sócio-históricas presentes no momento e abarca questões relativas à ideia de cuidado, respeito, solidariedade, lealdade, colaboração, integridade e etc. “incorre-se novamente numa absolutização dos valores, ou numa espécie de essencialismo, em meio a esses posicionamentos característicos do humanismo abstrato” (CARDOSO, 2006. p. 123).

Nessa construção apresenta-se com base no discurso cristão a defesa da vida e da pessoa humana, mantendo assim suas bases numa dimensão personalista, sem considerar a dignidade e integridade dessa pessoa humana em questões relacionadas à violência, aborto entre outras. “É incapaz, contudo, de percebê-las – a vida e a pessoa humana – ameaçadas em situações sociais de exploração, opressão e dominação contra: trabalhadores, povos, mulheres, minorias, etc.” (BRITES e SALES, 2001 apud CARDOSO, 2006. p. 123).

O Código de 1975 aponta três princípios: “a autodeterminação, a participação e a subsidiariedade”. Vejamos: autodeterminação é o “[...] que possibilita a cada pessoa, física ou jurídica, o agir responsável, ou seja, o livre exercício da capacidade de escolha e decisão.” (CARDOSO 2006, p. 123). Essa vinculação entre o neotomismo e personalismo, mantém suas bases firmemente ligadas ao conservadorismo e indica uma conexão da garantia dos direitos e do cumprimento das leis através do Estado, conforme exposto a seguir:

Exigências do bem comum legitimam, com efeito, a ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais – formas de vinculação do homem à ordem social, expressões concretas de participação efetiva na vida da sociedade.(CARDOSO 2006. p. 124).

Ainda em conformidade com bases positivistas, tenta fixar através desse Código uma postura centrada na neutralidade e ausência de posicionamentos políticos. O que assinala um retrocesso em relação ao avanço do código anterior e se apresenta através da ideia de “imparcialidade, isenção e não formulação de crítica”, presente em diferentes artigos. (CARDOSO, 2006. p. 124).

Esse Código de 1975 apresenta ainda uma visível integração entre o neotomismo e o personalismo, o que é apresentado ao longo de sua introdução, onde está expresso o valor central que deverá orientar a ética e a ação profissional conforme exposto no trecho a seguir: “O valor central que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana. Reveste-se de essencial importância uma concepção personalista que permite ver a pessoa humana como centro, objeto e fim da vida social”. (CFESS, 1975).

Assim estes três códigos seguem a construção de uma ética conservadora, referendada através do controle e legitimação do poder dominante, sob a influência da Igreja católica, o que visa ainda, reforçar a lógica do capital. Tendo em vista que o campo de atuação profissional do assistente social é o campo da mudança de comportamento do ser humano, aliado à transformação do meio social.

No final da década de 1970 para o início da década de 1980 coletivamente, começa-se a expressar propostas de mudanças no contexto da ética conservadora que norteou o exercício do Serviço Social até então, que passa a assumir novos contornos a partir da década de 1990 e, teve como marco expressivo da vinculação e criação de uma nova ética profissional o chamado “Congresso da Virada” (III

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS), ocorrido em 1979. (CARDOSO, 2006).

O Código de Ética de 1986 traz as novas configurações desse processo com o propósito de aproximar a dimensão filosófico-valorativa e romper com a ideia de homem abstrato, centrado na pessoa humana, propõe a sua afirmação enquanto ser social histórico, avançando assim na construção de uma ética pautada na relação do homem com a realidade social.

Todo esse processo corrobora para a construção do novo “projeto ético-político” do Serviço Social, demarcando mudanças significativas, principalmente no que se refere ao respeito em relação ao comportamento individual e coletivo dos profissionais vinculados a essa ética. E vai direcionar o fazer profissional do Assistente Social para uma ação comprometida com a defesa da democracia e dos direitos sociais.

2.3 O Código de Ética de 1993 e a Construção do Projeto Emancipatório

O amadurecimento teórico político do Serviço Social nos anos 1980 e 1990 trouxe compromisso político com a classe trabalhadora, assim todo o Código de Ética de 1993 é “organizado em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional [...]”. (Barroco, 2012, p. 53).

Desde os anos 80, a ontologia social de Marx se apresenta na literatura profissional, fundamentalmente, através da obra de Netto e da interlocução com cientistas sociais e filósofos estudiosos de Luckás, tais como Coutinho, Lessa, Antunes e Tonet. A assimilação da discursão ontológica ocorre gradativamente, nos anos 80, orientada pelo tema do cotidiano, da reificação, do método crítico-dialético. (BARROCO, 2007, p. 181).

A concepção de toda essa estrutura demandava um suporte teórico que possibilitasse uma fundamentação da concepção ética e dos valores ético-políticos, dando sustentação ao conjunto de suas diretrizes. Esse apoio foi buscado em artigos, teses voltadas para a reflexão sobre o método crítico dialético, a cultura, a alienação, e a práxis que apontasse novas possibilidades para a discussão ética. (BARROCO, 2007, p. 181).

Assim, as referidas décadas constituíram-se no Serviço Social a hegemonia da perspectiva de rompimento com o tradicional conservadorismo na profissão e a pretensa neutralidade. Apesar do reconhecimento que o conservadorismo não foi erradicado, verificamos maior amplitude nas bases progressistas da profissão, diminuindo dessa forma as bases filosóficas do doutrinário cristão e das vertentes teóricas que davam sustentação a ordem capitalista.

A identificação com outras bases teóricas, especialmente com o marxismo, em função do Movimento de Reconceituação (e seus desdobramentos), possibilitaram avanços na organização teórico-culturais do Serviço Social, resultando em uma nova ancoragem ético-política exemplificados nos aspectos da profissão como o Código de Ética em vigor:

[...] o conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional. (BARROCO, 2009, p. 176).

Entretanto, embora percebamos a importância dos Princípios e/ou referências contidas nesse documento, sabemos que esses só têm sentido, e só podem ser objetivados, no âmbito das situações concretas, ou seja, no cotidiano do exercício profissional. De outra forma, se assim não for considerado, ficaremos apenas na formalidade do “dever ser”. Encobrimos a importância da sua prática, transformando a ética em algo abstrato desvinculado da realidade concreta (do ser), ou apenas transformando-a numa ética da intencionalidade, na qual a intenção do ato constitui critério decisivo. (FORTI, 2006, p. 2013).

Mesmo compreendendo que o Código de Ética é um instrumento político e jurídico que se propõe a orientar o agir profissional, para Barroco (2009, p. 176), essa análise é mais intrincada, pois “nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal”. Para ela, não é somente pela existência legalista dos valores do Código de Ética profissional que este hegemonicamente será incorporado e aplicado na prática profissional. Isto porque a categoria não representa um todo homogêneo e a formação profissional não é o único espaço onde se constroem aprendizagens e juízos que fundamentam as escolhas de valor de assistentes sociais.

Entretanto, o Código de Ética de 1993 propõe como valor central a liberdade – liberdade aqui entendida em seu sentido da ontologia social de Marx, ou seja, a liberdade de seus sujeitos se autodeterminarem e se desenvolverem plenamente no tecido social. e, propõe que as ações e intervenções de assistentes sociais tenham como horizonte ético a emancipação humana. (CRISTIANO, 2015 p. 68).

[...] o código de 1993 concede a liberdade como um dos resultados da práxis humana, e, por conseguinte, não consistindo como um fenômeno natural, mas um produto histórico gerado a partir do trabalho. Além disso, entende-se a democracia como “padrão de organização política” e a cidadania como um conjunto de princípios capazes de engendrar as condições objetivas e subjetivas para o aprofundamento da liberdade. (ORTIZ, 2013, p. 132).

No Código de Ética há 11 princípios fundamentais, neste, consta um direcionamento para que os atos ético-morais de assistentes sociais devam se fundamentar e ter como horizonte da ação profissional os princípios da *liberdade* enquanto princípio ético central. Para Barroco, (2012, p.22), “[...] é preciso desmitificar essa concepção sobre liberdade, entendida como plena. [...] Só podemos ser livres com os demais e se a maior parte da humanidade não é livre, como podemos desejar que a liberdade seja só nossa?”

A mesma autora chama a atenção para essa reflexão, onde a práxis motivada pela liberdade é de caráter genérico; leva para o gênero humano, o que sugere sair de nossa singularidade para pensar e agir em função dos outros. Enfatiza ainda porque no Código de Ética, valores humanos genéricos como liberdade e emancipação fornecem uma direção aos demais valores.

A defesa intransigente dos direitos humanos, e a recusa do arbítrio e do autoritarismo – Esse outro princípio é uma das prescrições constitutiva dos princípios fundamentais do Código de Ética que, segundo Barroco nos remete à compreensão histórica dos direitos humanos e à necessidade de entender os seus limites e possibilidades na sociedade capitalista.

No Brasil, ainda se vive na essência o que é lutar pelos direitos humanos, pois ainda faz parte da agenda o extermínio de negros, grupos LGBT, índios, mulheres, crianças, adolescentes, e outros. Presencia-se constantemente tais práticas sendo legitimadas por parte da sociedade, sejam por setores conservadores

ou mesmo pela mídia sensacionalista, que seguem contribuindo com afirmações preconceituosas e estigmatizantes sobre os direitos humanos.

Conforme crescem as violações e a barbárie, ampliam-se as reivindicações pelos direitos humanos por parte dos que são violados e das forças progressistas. Essa demanda rebate nas profissões que atuam com populações afetadas por esses processos. Como trabalhador assalariado voltado ao atendimento das expressões mais extremas da questão social, o assistente social vincula-se duplamente a esse processo de barbarização da vida. Ao mesmo tempo a natureza das questões envolvidas nas violações de direitos humanos aproxima os direitos humanos do debate ético e político profissional. (BARROCO, 2009; BRITES, 2011; PEREIRA, VINAGRE, 2007 apud BARROCO E TERRA, 2012, p. 65)

A compreensão histórica dos direitos humanos é importante, pois, ao considerar os seus limites na sociedade burguesa possibilita a compreensão de seu desvelamento. Esta preconiza a igualdade de direitos numa sociedade marcada pela desigualdade estrutural. Assim, compreender essa contraditoriedade, significa reconhecer que a defesa dos direitos humanos em dado momento pode servir a legitimação ideológica e ocultamento da deterioração da vida humana, fortalecendo assim o capitalismo. Ou ainda ressignificar, que, compreender seus limites não constitui a negação destes. E assim podem ser entendidos como estratégias de resistências dos trabalhadores e dos grupos organizados.

Para Ortiz (203, p. 132) os direitos humanos “não se faz sem um conjunto de princípios capaz de operacionalizá-los e neles se afirmam com a necessidade de defesa da cidadania e dos direitos a ela articulados e ampliação da *democracia*. Isso é luta pela efetiva emancipação política⁵⁹ e o “empenho de todas as formas de preconceito” como sinaliza a autora

Segundo Barroco (2012) O Código de Ética atual é produto do Projeto Ético Político que nas últimas décadas vem congregando uma hegemonia no Serviço Social. Mas, é também, no interior de um processo de oposição e divergências entre os ideais e projetos profissionais e sociais, “o ideário socialista, que marca a sua origem e representa o seu polo profissional mais crítico, é assim representado no Código de Ética de 1993” (BARROCO, 2012, p. 67), traduzido pelo princípio. “opção

⁵⁹Diz respeito a possibilidade de satisfação de parte ou de grande parte das necessidades particulares das classes e de grupos presentes na sociedade. (VINAGRE, 203 p. 109).

por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração” (CFESS, 1993, p. 18).

Esse princípio pode ser compreendido, sem relativizar as articulações do capitalismo para manter-se como classe dominante, e reprodutor das desigualdades, e o Serviço Social como profissão no processo de reproduções sociais capitalistas (Iamamoto, 1993). Assim, dada essa inserção contraditória, a profissão não pode eliminar esse pressuposto de sua atuação; mas pode se posicionar a serviço da classe trabalhadora, e se reconhecendo pertencente a ela.

Neste sentido, projeto societário e projeto profissional deixam de se colocar como antíteses, oferecendo a possibilidade de elaboração de mediações estratégicas que possam contemplar atuações diferenciadas: no campo estritamente institucional, no âmbito mais amplo das lutas da categoria e no espaço de participação política do profissional como cidadão e sujeito político em lutas que articulam a emancipação social e política com projetos de emancipação humana. (BARROCO, 2012, p. 67).

Sobre isso o Código de Ética, coloca no sétimo princípio fundamental a “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas.” (CFESS, 1993, p. 18). Garantindo assim, a participação de profissionais não vinculados a esse ideário, ou seja, com posições políticas atrelados a outro campo democrático. Entretanto, Barroco reflete que tal posicionamento não deve ser colocado como relativismo ético-moral.⁶⁰ E que “se reproduz no senso comum e em teorias éticas que negam a universalidade dos valores, a exemplo das teses defendidas pelo pensamento pós-moderno”. (BARROCO, 2012, p.69). Para Ortiz (2013, p. 133) “o pluralismo propugnado pelo Código de 1993 reconhece a existência de correntes teórico-políticas diferentes e trava com elas o diálogo almejado, a partir da disputa no campo teórico e político, conquistas de uma direção capaz de conferir a hegemonia a uma vertente.

Nesse contexto, o Código de ética pauta pela defesa dos direitos, assim nenhuma manifestação que viole os direitos humanos à liberdade deve ser tolerada e sim, enfrentada de forma democrática, “nesse sentido está em pauta a questão da

⁶⁰Em diferentes teorias éticas, o relativismo é baseado na tese de que não é desejável e/ou possível basear-se em valores e pressupostos universais. (Barroco, 2012, p. 69)

tolerância⁶¹, da diversidade e do pluralismo no campo democrático”. (BARROSO, 2004, apud BARROSO, 2012).

Para a autora, a diversidade como categoria social abrange os diferentes espaços, culturas, etnias, gerações, formas de vida, escolhas, valores, concepções, crenças e vastas possibilidades. Pois são elementos que compõe o gênero humano e afirmação de suas particularidades naturais e socioculturais.

Assim, as diferenças entre pessoas ou grupos não deveriam resultar em relação de exclusão, desigualdade ou preconceitos. E sim de respeito às diferenças, condição necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem preconceitos e discriminação.

Assim, o sexto princípio do Código de Ética defende o *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças*, este, deve regular todas as atividades do assistente social. Para Ortiz, (2013, p. 132) isso só será possível quando,

[...] para que possa o sujeito profissional contribuir para a viabilidade de tais valores em seu dia a dia profissional, é imprescindível que este seja competente do ponto de vista ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo e investigativo. A competência profissional está, dessa forma, absolutamente vinculada a uma nova perspectiva de profissão e formação. O serviço Social passa a ser concebido como uma totalidade em si, na qual se congregam diversas dimensões autoimplicadas em uma relação na qual uma não se faz sem a outra.

Assim poderemos aventar que a prática do exercício ético, com o pluralismo, respeito à diversidade não se dará sem conflitos. Mas a tomada de decisão necessariamente deverá ter por orientação os valores e princípios da ética profissional. Onde a prática profissional sempre deverá ter por norte o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação por questões de classe social, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero,

⁶¹ A tolerância no Código de Ética é entendida como uma tolerância positiva, que é uma atitude ética articulada a liberdade e a equidade porque exige a aceitação consciente dos demais como sujeitos livres, respeitando as suas escolhas mesmo que elas não sejam compartilhadas.[...] existe a tolerância negativa, que ocorre quando não aceitamos a diferença, mas a “toleramos” com indiferenças e isolamento. (Barroco, 2003; Cortella; La Taille, 2005, apud Barroco 2012).

idade e condição física; o respeito à diversidade e a garantia do pluralismo estão circunscritos ao campo democrático e subordinados aos princípios da *liberdade*, da equidade e da justiça social.

No percurso dessa trilha teórica objetivou-se a compreensão da ética na trajetória profissional, tendo em vista que é impossível compreender a profissão sem inscrevê-la num processo histórico de desenvolvimento. Assim, é importante conhecer o caminho das diferentes éticas e projetos profissionais no seio do Serviço Social, tendo em vista que no próximo capítulo analisaremos as implicações éticas no agir profissional (do público alvo da pesquisa) a partir da perspectiva de uma prática com valores religiosos e conservadores.

3 REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL E SUAS REFRAÇÕES NO AGIR PROFISSIONAL: APROXIMAÇÕES À REALIDADE DE IMPERATRIZ (MA)

Neste capítulo, procuraremos aprofundar a análise da pesquisa com o acréscimo dos dados referentes à contextualização sócio-histórica de Imperatriz, salientando sua origem cultural e vislumbrando suas tradições, que conforme observa-se, é enraizada por uma forte miscigenação advinda a partir da construção da rodovia Belém-Brasília e dos missionários religiosos que chegaram ao local com o intuito de evangelizar as novas populações. Assim, consideramos importante analisar o contexto da colonização de Imperatriz para que se compreenda seu caráter religioso, desde o seu surgimento como vila até os dias atuais.

Imperatriz possui 247.505 habitantes, é uma cidade localizada no sudoeste do Maranhão, entre a Mata dos Cocais e a Pré-Amazônia, conhecida também como portal da Amazônia. Sua fundação data de 1852, com a chegada da missão religiosa comandado por frei Manoel Procópio, que a nomeou povoação de “Santa Tereza Dávila”, de quem era devoto. A santa, de origem espanhola, tornou-se a padroeira do local e os festejos em sua homenagem são repletos de místicas. (ANDRADE, 2004, p. 09).

Assim, não há como relatar a história de Imperatriz sem vincular seu passado ao aspecto religioso visto que, a partir do momento em que a cidade surgiu, seu sítio inicial esteve caracterizado por uma povoação com predominância religiosa. Desde a sua origem até o contexto contemporâneo, as homenagens a Santa Teresa são repletas de rituais e visibilidade simbólicas. Ainda na perspectiva de Andrade (2004, p. 09):

[...] partindo-se do princípio de que cultura é um conjunto de ações do meio, que asseguram a integração do indivíduo na sociedade e na comunidade, pode-se dizer que esses ritos demonstravam e ainda demonstram as particularidades das expressões culturais locais. (ANDRADE, 2004, p. 09).

As celebrações das missas, as procissões realizadas nas ruas e sobre as águas do rio Tocantins, e ainda os festejos que a população ainda vivencia e pratica em homenagem a outros santos são ações que expressam o caráter religioso dessa comunidade. O festejo em honra a São Francisco é outro momento de forte expressão cultural, bem como as celebrações de Nossa Senhora de Fátima no mês

de maio, a comemoração do *Corpus Christi*, em junho, e Santa Teresa Dávila, em outubro. O segmento desse processo foi iniciado pelos frades Capuchinhos que chegaram a Imperatriz ainda por volta de 1917, com os olhos voltados para a evangelização, pois:

A missão popular quer na forma de desobriga⁶² ou de missão ambulante ou quer na forma de Missão popular propriamente dita no estilo tradicional, era um instrumento de formação e renovação da fé e da vida cristã do povo, e de fortalecimento da comunhão apostólica das pessoas e comunidades, mediante a pregação evangélica, a prática dos sacramentos e os gestos de solidariedade. Para muitos era a única oportunidade de evangelização mais profunda, na situação de sociedade predominantemente rural e dispersa de então. (ZAGONEL, 2001, p.159).

Nesse contexto, a pecuária e a agricultura eram as principais atividades econômicas. A economia do gado possibilitou a captação de recursos do estado e a apropriação de grandes propriedades de terras na região; essa apropriação aconteceu por intermédio do processo de grilagem, vários tipos de fraudes foram aplicadas através da falsificação de escrituras de títulos de posse de terras devolutas, garantindo a apropriação das terras e a expulsão dos camponeses.

Em meio a esse contexto social e econômico, a partir da década de 1950 foi intensificado o crescimento urbano, demográfico e econômico de Imperatriz, com a construção de estradas que a ligaram a outras cidades do Maranhão e do Nordeste. A construção de novas estradas possibilitou a vinda de imigrantes que chegaram e ocuparam terras, formando novos vilarejos.

Essa realidade de Imperatriz é marcada pela expansão e reprodução do capital na Região Amazônica, o desenvolvimento de grandes projetos nessa região, demarca contornos específicos para o desenvolvimento da cidade. Um dos mais importantes é o Programa Grande Carajás (PGC) que teve início em meio à crise capitalista de 1970 e, consolidou-se como uma estratégia para garantir um modelo de desenvolvimento para a região, tendo como alicerce o desenvolvimento de relações capitalistas e a apropriação privada dos recursos naturais e minerais. A Amazônia cumpre, neste contexto, o papel de fornecedora de matéria-prima. O

⁶²As desobrigas eram as visitas religiosas realizadas pelos frades ao longo dos sertões do Maranhão e Piauí, onde ensinavam o catecismo e divulgavam as orações. (Andrade, 2004, p. 09).

Programa Grande Carajás passou a ser responsável pela extração, beneficiamento e comercialização do minério, inicialmente administrado pela empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 1997 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em meio a um conjunto de mudanças econômicas que atenderam às necessidades do capital.

Paralelo a esses processos, nas décadas de 1950 a 1970, foi aprovada a criação de vários municípios, a partir do desmembramento territorial original de Imperatriz. Sobre esse processo, Sousa (2009, p. 03) esclarece que:

Em pouco mais de seis décadas, a cidade perdeu 91,6% de seu território original. Em muitos casos, o processo de ocupação das terras devolutas não ocorreu de forma pacífica. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por intensos conflitos entre posseiros e grileiros, trabalhadores rurais e proprietários de terras na região tocantina e Araguaia, destacando-se a pistolagem, prática de assassinatos cometidos por capangas (pistoleiros) a mando de proprietários de terras e/ou autoridades locais. Como consequência, muitos camponeses se estabeleceram nas periferias da cidade. (SOUSA, 2009, p. 03).

José de Souza Martins (1997, p. 17) aponta o caráter religioso, frequentemente tradicional, das populações rurais que migram para melhorar de vida. E estas após se fixarem-se em uma região, podem tornar-se receptivas às religiões – ainda que essa perspectiva perpassasse a própria trajetória junto às comunidades camponesas que se estabeleceram no sudoeste maranhense, mediante o trabalho de divulgação de seus ideais e fundação de igrejas.

Imperatriz impulsionada pelo “desenvolvimentismo” da década de 60 também entrou na rota com a construção da rodovia Belém-Brasília, fato esse que impulsionou o crescimento da cidade, “[...] fazendo com que, num período de vinte anos, a população aumentasse em cerca de 450%, quando se tornou a segunda maior cidade do Estado.”

Sebastião Alves (2002, p. 57-58), ao falar do crescimento dos templos da assembleia de Deus, relata que a rodovia também impeliu a expansão da igreja, que

se estabeleceu em aldeias, cidades e vilarejos vizinhos. Aponta esse acontecimento como fator catalisador da ampliação da quantidade de templos e fiéis.

Conforme Franklin (2008 p. 56), o crescimento da área urbana de Imperatriz, a partir da década de 1970, incentivou vários setores da economia, como a construção civil, fábricas de cerâmica, indústria madeireira, comércio varejista e atacadista e de prestação de serviços. E assim, com a abertura de novas estradas, como a Transamazônica e a BR-222, a grande quantidade de terras devolutas foi o fator que mais atraiu os migrantes. E foi assim que somando esse conjunto de fatores e acontecimentos que Imperatriz se destacou de outros municípios já existentes e assumiu uma situação política, social e econômica favorável em nível local e regional.

Em muitos casos, o processo de ocupação das terras devolutas não ocorreu de forma pacífica. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por intensos conflitos entre posseiros e grileiros, trabalhadores rurais e proprietários de terras na região tocantina e Araguaia, destacando-se a pistolagem, prática de assassinatos cometidos por capangas (pistoleiros) a mando de proprietários de terras e/ou autoridades locais. Como consequência, muitos camponeses se estabeleceram nas periferias da cidade. (SOUSA, 2009, p. 05).

Nesse período, vários trabalhadores braçais de outras localidades do Maranhão, migravam para a região como também pessoas vindas do Piauí, Ceará, Pernambuco e Goiás. Franklin (2008, p.18), enfatiza que “na década de 1970, - Imperatriz crescia 10,5% ao ano, apresentando o segundo maior índice de crescimento do país no período.” Atualmente, possui o status de segunda maior cidade do Estado. A urbanização, as migrações e o fluxo comercial se tornaram realidades duradouras em seu cotidiano.

Na década de 1980 identificam-se vários episódios de violência que marcaram profundamente o cotidiano da cidade. A pistolagem, por exemplo, tornou-se prática comum e generalizada. Sobre esse período, Livaldo Fregona (1998, p. 54) esclarece:

Nesse tempo, os pistoleiros eram os homens mais respeitados na cidade. A polícia jamais ‘bulia’ com eles. Aliás, era tida como guarda-costas dos “pistoleiros.” Esse fenômeno também perpassava a zona rural, assim como as lutas pela terra. Tentativas de intervenção nesses conflitos por parte de

setores ligados à Igreja Católica, em prol de uma política agrária mais justa, resultaram no assassinato de clérigos ligados à questão, dentre os quais o mais conhecido foi padre Jósimo Tavares, morto em 10 de maio de 1986.

Outro fator que contribuiu para o aumento da violência na cidade foi o fechamento do garimpo de Serra Pelada⁶³, no Pará, de onde vinham muitos garimpeiros. O prenúncio de fechamento provocou muita apreensão e favoreceu o aparecimento de motins, conflitos armados, tiroteios, e outros. Fatos esses que vieram a acontecer no início da década de 1990, induzindo com esse episódio um crescimento ainda maior de roubos de carros, gados e homicídios na cidade.

Nos anos 70, recrudescer a disputa pela posse e propriedade da terra entre camponeses, agricultores e fazendeiros, sobretudo nas regiões maranhenses do Pindaré e do Tocantins, comprometendo e reduzindo a sustentação das grandes safras de arroz e mesmo a permanência de famílias posseiras nas terras da Pré-Amazônia. Aumenta a violência e a morte no campo, principalmente de trabalhadores rurais. A média de assassinatos na luta pela terra na região aumenta de 7,8% ao ano, na primeira metade dos anos 70, para 13,4% nos cinco anos seguintes; de 1981 a 1985, salta para 30,6%, violência geralmente patrocinada por grileiros. (COSTA, 1993, p. 14)

Segundo Souza, esses casos acrescidos da corrupção generalizada no governo municipal levaram muitas famílias a mudarem para outros Estados, diferentemente de outros períodos, houve um declínio no crescimento de Imperatriz. “O censo da década de 1990 registra uma diminuição considerável da população imperatrizense pela primeira vez desde os anos 40”. (SOUZA, 2009, p. 06).

O mesmo autor conclui que o crescimento econômico, demográfico e urbano de Imperatriz, nessas décadas, está relacionado não apenas à posição geográfica privilegiada ou ao simples resultado da construção de estradas federais, mas também a uma estratégia política que objetivava mobilizar força de trabalho através do desenvolvimento do capitalismo na região. Para Sousa, (2009, p 06):

O alvo não era, primordialmente, o crescimento da cidade, mas a implantação de um modelo econômico que ampliasse o fluxo de capital na parte oriental da Amazônia. Imperatriz, nesse caso, seria o principal polo

⁶³Localizado no município de Curionópolis, no Sul do Estado do Pará. Antes era uma povoação da cidade vizinha de Marabá, mas foi elevado à condição de município em 1988. O garimpo situa-se a aproximadamente 330 km de Imperatriz. Apesar da distância, impactou fortemente a dinâmica socioeconômica imperatrizense em toda a década de 1980.

regional, para onde afluíam grandes levas de trabalhadores rurais, ampliando os núcleos de concentração humana (mão-de-obra) na zona urbana; entretanto, as políticas de ocupação da região, por não terem sido pela melhoria da infraestrutura, ampliaram os níveis de depauperamento, haja vista a explosão demográfica da cidade em poucas décadas.

Entretanto, é coerente refletirmos que as expressões da questão social são produtos do processo da urbanização acelerada de sociedades periféricas, e que somadas a incertezas como a crescente insegurança diante do aumento da violência urbana e ainda a ausência dos direitos sociais garantidos a todos, a procura pelo reino de Deus se torna um fator de resistência contra as adversidades dos homens. (Justiça social, igualdade, paz, fraternidade). Assim, a religião se torna um elemento aglutinador em alguns grupos. Para alinhar essa passagem vale ressaltar como o crescimento demográfico refletiu no campo religioso em Imperatriz. Vê-se,

[...] pelo censo do IBGE de 1940 Imperatriz possuía 9.331 habitantes. Os católicos somavam 98,6 % do total, não havendo registros de protestantes declarados. Em 1950, a população havia saltado para 14.064; 96,9% eram católicos e 1,3% eram protestantes.

O censo de 1960 apresenta 39.169 habitantes, dos quais 95,03% eram católicos e 4,3%, protestantes. Embora os cristãos não protestantes continuem na casa dos noventa por cento, é possível inferir que sua redução é consequência direta do avanço ainda incipiente do pentecostalismo. A década de 1970 foi o período em que Imperatriz mais cresceu demograficamente, saltando de 80.827 habitantes para 220.095 em 1980, segundo o IBGE, quase triplicando nesse período. (SOUSA, 2006, p. 7).

Na década de 1980 Imperatriz possuía o número de pentecostais bem maior que os protestantes (tradicionais): os primeiros somavam 6,0% da população para 2,7% de tradicionais. Os católicos sempre a frente eram 89,2%. Ainda assim, somados, os protestantes não chegavam a 10% do total, alcançando essa cifra posteriormente.

Em resumo, no último censo em 2010, o número de evangélicos (tradicionais e pentecostais) no Maranhão teve um aumento significativo de 73,9% e os católicos apenas 5%. Em Imperatriz o crescimento dos evangélicos também foi proporcional 31,1% e apenas 7% para os católicos. Em números são 138.785.00 católicos e 78.992.00 evangélicos em Imperatriz, ou seja, somados teremos um público de 217.77.00 somente desses dois segmentos religiosos, quase o total do número de habitantes da cidade.

Nesse item analisamos além da caracterização histórica e cultural da cidade *locus* da pesquisa, também o perfil religioso da população, identificando a predominância das religiões: católica e evangélicas. Notadamente percebe-se que a cultura da cidade é marcada pela miscigenação dos missionários religiosos que vieram para Imperatriz no seu período de urbanização, desencadeando um movimento que lega uma herança religiosa com forte influência sobre o comportamento dos moradores da cidade, conforme atestam os dados do último censo do IBGE.

3.1 Caracterização dos supervisores de estágio de campo da UNISULMA

Os profissionais trabalhados na presente pesquisa não serão apenas tratados como sujeitos inseridos no campo profissional, vistos a partir de uma perspectiva de adesão, ou não, aos valores preconizados pelo Código de Ética do Serviço Social. Também serão observados como sujeitos sociais e históricos que apreendem os valores culturais, e morais dominantes na sociedade brasileira, maranhense e imperatrizense.

Nessa perspectiva, com vistas a melhor percepção do exercício profissional das supervisoras de campo de estágio da UNISULMA⁶⁴, - público alvo de nossa pesquisa, pontuaremos o início da organização profissional das assistentes sociais de Imperatriz, com o objetivo de tecer informações que nos possibilitem compreender que embora esses profissionais estejam distantes dos grandes centros urbanos, com possibilidades limitadas para um aprimoramento teórico, através de mestrado e doutorado e mesmo participação em eventos promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS. Apesar desse contexto, que traz para os profissionais várias limitações, esse aprimoramento profissional é essencial para a defesa e vivência do Projeto Ético Político dos assistentes⁶⁵ sociais. Não se desconsidera que há diversos

⁶⁴ UNISULMA/IESMA, fundada em 2004, foi a primeira faculdade a oferecer o curso de Serviço Social presencial em Imperatriz.

⁶⁵O PEP, assim denominado nos anos de 1990, é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos de 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país, em que os profissionais estão organicamente vinculados à classe trabalhadora. Portanto, as condições políticas de constituição do PEP do Serviço Social brasileiro devem ser avaliadas considerando os seguintes determinantes: a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional composta pela classe média e

espaços para debate e diálogo que permitem a compreensão dos profissionais quanto à importância da participação política para efetivação desse projeto, historicamente construído pela categoria.

Atualmente Imperatriz possui 487 assistentes sociais inscritas no CRESS do Maranhão⁶⁶, localizado em São Luís, capital do Estado. Desse modo, devido ao espaço geográfico e à dificuldade de acesso a informações e outros, em novembro de 1997 foi criado o Núcleo de Assistentes Sociais de Imperatriz – NAS, visando a uma melhor articulação entre a própria categoria e o conselho. Na época composto por 07 assistentes sociais, conforme ata de formação do núcleo:

O núcleo de Assistentes Sociais consiste na interiorização das ações do CRESS visando o fortalecimento e valorização da profissão, defesa do projeto profissional e divulgação do papel do CRESS. São ações autônomas e, portanto não necessitam de regularização jurídica. Para que sejam criados, deverá contar com no mínimo (06) seis assistentes sociais, sendo que sua constituição ou reativação deverá ser comunicada ao CRESS-MA. (Regimento interno do NAS)

Segundo informações de uma integrante do NAS, esse número foi aumentando, e surgiu a necessidade da formação de uma diretoria para melhor organização da categoria. Assim foram eleitas em reunião uma coordenadora, secretária e tesoureira, sendo produzido um regimento interno com o intuito de minimamente nortear algumas ações dessas profissionais.

As competências detalhadas pelo NAS estão em articulação com o trabalho do CRESS e com as necessidades de defesa dos direitos da categoria, com ênfase no cumprimento de ações profissionais alinhadas com o código de ética.

As profissionais entrevistadas fazem parte desse contexto, apesar da maioria delas jamais ter participado das reuniões do NAS ou de outro tipo de organização política na cidade. A maior parte participa dos grupos organizados pelas igrejas das quais fazem parte. (fonte da pesquisadora)

empobrecida, e como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria são vanguardas de militância política e profissional. (NETTO, 1990; ABRAMIDES, 2006).

⁶⁶ Dados fornecidos pelo CRESS/MA.

Dessa forma, o debate entre a relação dos princípios religiosos e o Serviço Social faz-se necessário, uma vez que tem sido recorrente encontrar nas visitas em supervisão de estágio, diálogos e entendimentos de conceitos sobre questões como aborto e homossexualidade a partir da referência do credo religioso de alguns profissionais, expressando por vezes posições conservadoras contrárias aos princípios defendidos pelo projeto ético-político do Serviço Social e pelo código de ética que aponta que “o exercício profissional não pode ser efetuado discriminando ou sendo discriminado por razões de classe social, gênero, etnia, orientação sexual, religiosa, etc.” (BRASIL, Lei 8662, 2011)

O interesse pelo tema deu-se a partir da experiência da pesquisadora como docente em sala de aula, e como supervisora acadêmica de campo de estágio, onde presencia constantemente discussões e ações de cunho conservador,⁶⁷ o que nos remete às protoformas do Serviço Social.

Dessa forma, a escolha dos sujeitos pesquisados, - os supervisores de campo de estágio, foi intencional, tendo em vista a necessidade de maior estudo e compreensão sobre o conservadorismo religioso na prática dessas profissionais e suas implicações éticas no agir profissional, percebidos dentro de uma conjuntura de (re) atualização do conservadorismo na sociedade contemporânea, já abordado no primeiro capítulo.

Dessa forma, este trabalho visa analisar o conservadorismo religioso na ação profissional e identificar seus impactos na prática profissional dos supervisores técnicos de estágio supervisionado em Imperatriz.

A pesquisa identificou quatro supervisoras evangélicas, uma católica e uma atea, divergindo da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS em 2004, a respeito do perfil profissional dos Assistentes Sociais que na época constatou que em nível nacional, [...] a maioria professa a religião católica (67,65); seguida da protestante (12,69); a espírita kardecista (9,83%), e 7,92% não

⁶⁷Em vários momentos nas supervisões de estágio, foi possível presenciar diálogos que culpabilizavam os sujeitos atendidos, como das mulheres que sofrem violência doméstica, do adolescente infrator, e ainda ações pautadas por valores religiosos.

tem qualquer religião, sendo que as demais preferências religiosas não têm incidência significativa. (IAMAMOTO, 2009, p. 347).

Importante nesse percurso considerarmos as mudanças ocorridas no campo religioso nos últimos 10 anos, conforme salientam alguns autores (CARMUÇA, 2006; TEIXEIRA, 2006; SILVA, 2010). Principalmente a ascensão dos evangélicos em vários ambientes – crescimento de Igrejas, ganho de espaço público na política; artistas gospel que arrebanham milhares de fãs na mídia, através do rádio, televisão e internet que deram espaço para os pastores que pregam a prosperidade. Também podemos elencar a difusão de projetos sociais de algumas Igrejas, a exemplo da Igreja Adventista do sétimo dia, que deu apoio aos refugiados da Síria.⁶⁸; o projeto social Resgatando Almas, que nasceu em Minas Gerais e virou exemplo internacional, da Igreja do Evangelho Quadrangular.⁶⁹ E as Testemunhas de Jeová que distribuem livros grátis e têm como pilar uma doutrina que sustenta “pregar e alfabetizar”, ou seja, que não basta difundir a Bíblia. Tem que ensinar a ler.⁷⁰

Bomfim(2015, p. 134) enfatiza que para entendermos sobre o *ethos* profissional na atualidade e os valores profissionais é importante compreendermos sobre o significado da autorrepresentação profissional. Ortiz (2010) se manifesta sobre o tema afirmando que:

[...] existe na atualidade uma tensão no que se refere à imagem do Serviço Social, ou seja, ao mesmo tempo em que se nega tais aspectos que circunscrevem a profissão, tende-se em certas situações, a produzi-los. Ou melhor, a imagem profissional ligada à prática da ajuda – com a consequente valorização dos requisitos morais em detrimento de uma competência teórico-prático e ético-política – convive com uma autoimagem profissional, aquela do profissional que defende e luta por direitos. (BOMFIM, 2015, p.134,135).

A partir desse pressuposto poderíamos concordar com Simões, para quem a história do Serviço Social é indissociável da religião. Essa relação foi tão acentuada que até os dias atuais ainda há resquícios, ou seja, a profissão ainda é vista pela sociedade a partir de uma imagem que reflete as práticas benevolentes e assistencialistas junto aos usuários. É comum aos assistentes sociais terem que

⁶⁸ Para saber mais sobre o assunto, ver: Revista Super Interessante- Brasil Evangélico./Ascensão dos evangélicos/ Apoio aos refugiados. novembro de 2016. P 28.

⁶⁹ Idem, Resgatando almas. p. 35.

⁷⁰ Idem, Pregar e Alfabetizar, p 34.

esclarecer o “papel” e ou as atribuições do Serviço Social nas instituições que adentram inicialmente. Percebe-se visivelmente nos depoimentos informais das colegas o pouco conhecimento sobre a profissão ou deturpação de sua imagem, quase sempre ligada, ainda, ao assistencialismo.

Percebe-se que a procura pelo curso de Serviço Social, principalmente entre os alunos da UNISULMA, dá-se inicialmente pela crença de filantropia, caridade e religiosidade que subjaz à profissão. Dados de um estudo monográfico de Cortez e Galvão (2014) junto aos ingressantes do curso de Serviço Social da referida instituição, revelaram que 47,05% dos discentes associam à profissão a prática assistencialista. Entre os profissionais de diferentes espaços sócio ocupacionais da cidade de Imperatriz, há indícios dessas concepções, expressas na ação profissional e evidenciadas durante o processo da supervisão acadêmica do estágio obrigatório.

Quadro I – Síntese das informações dos profissionais entrevistados

LOCAL DE TRABALHO	TEMPO DE FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO QUE ESTUDOU	RELIGIÃO	IDADE	ESTADO CIVIL
CAPS	31 anos	UFMA (PRESENCIAL)	Evangélica	58 anos	Solteira
SAÚDE	05 anos	UNISULMA (PRESENCIAL)	Evangélica	35 anos	Casada
CRAS	07	UNISULMA (PRESENCIAL)	Evangélica	30 anos	Casada
CRAS	06	UNISULMA (PRESENCIAL)	Católica	30 anos	Casada
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	07 ANOS	UNISULMA (PRESENCIAL)	Ateia	34 anos	União estável
CREAS	05	UNITINS (EAD)	Evangélica	32 anos	Casada

Fonte: Pesquisadora, 2016.

No período da pesquisa (novembro de 2016), a UNISULMA possuía 42 supervisoras de estágio - campo. Foram entrevistadas 06(seis) profissionais de diferentes campos sócio ocupacionais, dessas, 05(cinco) são graduadas em Serviço Social por Universidade e Institutos presenciais e apenas 01(uma) teve formação em Instituto de Ensino a Distância - EAD.

A seguir descreve-se sucintamente algumas características das profissionais entrevistadas. Elas assinaram o termo de livre consentimento e seguindo o protocolo ético referente à pesquisa com seres humanos, teve-se o cuidado de preservar a identidade dos sujeitos sociais investigados, por essa razão eles serão identificados com nomes de flores do nordeste, escolhidos pela pesquisadora: Violeta, Caliandra, Esperança, Helicônia, Jurema, e Laellia.

Violeta 58 anos, graduada há 31 pela UFMA, na modalidade presencial. relata que sempre foi evangélica e sua família também. Não participa de nenhuma organização de classe ou conselho. Atua na igreja de sua congregação como orientadora de um grupo de jovens, gosta de trabalho no combate ao uso de álcool e drogas por acreditar que, quem faz uso dessas drogas é doente e precisa de ajuda. No seu trabalho também lida com usuários de drogas e realiza semanalmente encontro devocional, faz palestra com os usuários e suas famílias com temas cristãos. Em seu discurso apregoa a necessidade de “tratar a alma e depois o físico” para ela sem a crença em Deus através do apoio de uma Igreja, o usuário não tem “cura”. Foi formada no ano de 1986, portanto sua formação é anterior ao currículo de 1996 e do Código de ética de 1975 do projeto fenomenológico.

Caliandra, graduada na modalidade presencial, trabalha num estabelecimento de saúde para crianças em situação de vulnerabilidade. É evangélica e também atuante na igreja em que congrega. Ao relatar sobre a espiritualidade da equipe, confundiu ser kardecista com a falta de crença em Deus. Acha que há uma equipe de trabalho fechada e focada somente no fazer profissional, falta humanização, talvez pela falta de espiritualidade. Queixa-se que houve somente uma oração na inauguração da empresa. Na prática considera a teoria fundamental para o exercício profissional, mas também acredita que a crença em Deus complementa a prática profissional.

Esoerança, graduada em Instituição presencial, também evangélica desde criança, foi docente por um tempo, participa de conselho de políticas públicas e também é envolvida em grupos de sua igreja. Das entrevistadas foi a única que citou o código de ética como referência em seu trabalho, e também a falar do “humanismo” das pessoas como necessário para ajudar o próximo.

Helicônia, graduada em Instituição presencial, é de origem católica, mas já “passeou” no protestantismo e depois voltou para a igreja católica. Relata que evita tocar em aspecto religioso nos atendimentos aos usuários. Acredita na fé mais como combustível para realizar seu trabalho, não no sentido religioso, mas por crer que dará certo. Não acha que a religião determina o trabalho das pessoas.

Jurema, graduada em Instituição presencial, é atea, se declara homossexual, possui união estável. Não participa de nenhuma organização da categoria ou outros. Está fazendo um curso de pós graduação (especialização). E de acordo com a sua convicção, não utilizar elementos religiosos na sua prática profissional se deve à percepção de que, em vários aspectos, este é prejudicial ao processo interventivo. E também, por significar uma imposição do profissional ante a pessoa que está em atendimento.

Laellia, graduada por instituto EaD, evangélica, casada, apesar de estar formada há 05 anos, possui pouca experiência profissional, sendo este seu primeiro trabalho. Declara que não existe nenhuma relação entre a sua religião e o trabalho e que procura ser *neutra* nos seus atendimentos, principalmente nas abordagens a pessoas homoafetivas, e em situações de aborto. Atualmente está fazendo outra graduação, - Teologia, que segundo ela, irá lhe fornecer subsídios filosóficos importantes para sua vida religiosa.

No próximo item, percorreremos através das entrevistas com as supervisoras, algumas percepções sobre o homossexualismo e aborto relacionando-os com a religião, conservadorismo e a prática profissional. Sendo o Código de Ética Profissional vigente, elemento norteador de nossas reflexões.

3.2 Prática Profissional e Valores Éticos x Moral Religiosa: homossexualismo

Como já enunciado neste trabalho, o conservadorismo percorre nossa trajetória profissional. Isso posto, o importante é saber em que medida ele está sendo superado. Para Lamamoto, (1992, p 37) “a ruptura com o conservadorismo se expressa como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade

da ação profissional [...] busca colocar-se a serviço dos interesses do usuário. [...]” Para ela, esse movimento não acontece somente dentro da profissão, faz parte de um movimento social geral, que envolve o confronto de forças entre as classes fundamentais da sociedade.

Nessa direção, o conservadorismo, como salienta Barroco (2003) não pode ser desvinculado de suas bases objetivas porque não se restringe à profissão e porque “sua superação, no âmbito profissional, é sempre relativas às possibilidades do momento histórico” e, ainda, porque depende de “circunstâncias históricas favoráveis para restringir ou ampliar, ou se reatualizar sob novas formas.” (BARROCO, 2003, p. 99).

Podemos considerar que o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas da mesma forma entendemos que a nossa história é uma trajetória de lutas, principalmente a etapa que norteou todo processo na busca de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social – princípio e objetivo que orienta o projeto ético-político. Entretanto, não podemos negar que, [...] o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente [...]. (BOSCHETTI, 2015, p.639)

Adiante, analisaremos as respostas das supervisoras sobre o exercício profissional a partir de determinadas categorias e credos religiosos. Perceberemos que há depoimentos que apresentam similaridades quanto particularidades em seus posicionamentos.

Ao serem questionadas se no exercício profissional já estiveram diante de alguma situação em que a orientação sexual do usuário, colegas ou outros estavam contrários a sua orientação religiosa e quais foram (ou seriam) seus posicionamentos, foram dadas as seguintes respostas:

Sobre o homossexualismo, *tem coisas que eu respeito, e coisas que eu não concordo. Jamais vou prejudicar alguém por isso, mas eu acredito que a escolha é dele. Me baseio nos meus valores religiosos e pessoais, mas faço os mesmos serviços e tratamento com eles sem preconceito nenhum. Eu acho que é complicado definir essas coisas, não sei se é escolha ou se foi mudando, talvez o modo como foi criado, de qualquer forma eu respeito* (Laellia).

[...] O homossexualismo dentro *dos meus valores pessoais eu acho que não é correto* para minha vivência, Deus deixou o homem e a mulher, mas

se a pessoa decidiu no livre arbítrio dela, que ela pode ser feliz e ela vai ser feliz com uma relação homoafetiva, eu compreendo e não vou contra isso. Eu nunca vou arregalar o meu olho, nunca vou discriminar, até porque eu tenho uma ética profissional. (Heliconia).

[...] nunca estive diante de nenhuma situação direta, mas atenderia normalmente.. [...] na minha cidade teve um caso de um rapaz novo, ele se vestia como mulher e se declarava transexual, aí ele passou no vestibular e foi morar fora. [...] com o tempo ele foi *mudando o pensamento dele*, mas ele conviveu e viu que não era aquilo que ele queria, quando estava na cidade pequena ele queria se impor... [...] em coisa de dois anos ele mudou o pensamento. Era uma escolha dele, ele escolheu e no meio resolveu voltar e refazer a vida. Por isso acredito que o *homossexualismo é uma escolha*. [...] mas a avó dele era do grupo de oração da igreja e rezava muito por ele... [...] (Caliandra)

Eu não tenho nenhum preconceito a homossexual em si, eu acho que cada um tem sua escolha. Já na conjuntura familiar, acho que está sendo muito rápido não tá sendo analisado como deveria ser. O país em si é muito conservador, eu acredito que se fosse trabalhado de maneira melhor, eles seriam mais aceitos, *até pra mim eu acharia normal, homem com homem, mulher com mulher*. Eu nunca atendi nenhum caso, essa questão de família tem que ser bem trabalhada, nas escolas e em casa. Houve muitas mudanças ultimamente. *Anos atrás não se via tantos homossexuais aqui*, até por que eles não tinham coragem de se mostrar, era algo escondido. Hoje não, *o profissional tem que estar preparado para atender esses casais homossexuais e ter o mesmo tratamento como qualquer outra pessoa*. (Esperança)

. A partir das respostas das profissionais pesquisadas, podemos aventar que, a maioria é contrária a relações homossexuais e, portanto avessas a casamentos homoafetivos. A fala das supervisoras, Heliconia e da Esperança deixam claro, [...] Deus deixou o homem e a mulher, [...] acharia normal, homem com homem e mulher com mulher. [...] talvez a forma como foi criado. Estes são estilos que coadunam com uma ética tradicional/conservadora, a partir de uma dimensão filosófica valorativa, tendo como base o Neotomismo e o positivismo, onde a ação é conservadora, com ênfase no “enquadramento” do indivíduo às regras sociais. Essas posturas abrem brechas para concordarmos com Cardoso (2016), da existência de dois projetos profissionais antagônicos, que não comungam dos mesmos objetivos, o Projeto tradicional,⁷¹ e o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Assim, contraditoriamente nos deparamos com posturas profissionais que não condizem com a afirmação da igualdade entre os homens, onde o respeito às suas

⁷¹ Outros projetos também já foram vivenciados, como: projeto modernizador, fenomenológico e o projeto de ruptura.

diferenças, inclusive da livre orientação sexual são a busca e a universalização dos direitos. O Código de Ética atual tem nos seus Princípios elementos que norteiam a prática profissional no sentido do “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.

O profissional no exercício da sua prática, em relação à demanda com seus usuários, e mesmo nas relações profissionais, ou com outros sujeitos, deverá nortear sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, Para Barroco, (2012, p.121) esse é o valor ético central. E que está na perspectiva do Código de Ética do assistente social, que na sua essência,

[...] contém em si mesma uma projeção de sociedade – aquela que propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para invenção e vivência de novos valores, o que evidentemente supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. (CFESS, 1993, p).

Contraditoriamente, a concepção de liberdade para o sistema normativo capitalista é diferente, pois defende em seu cerne a “liberdade individual” e que nem chega a acontecer numa sociedade classista, que ao contrário do que preconiza nega e exclui os sujeitos. Pois, tais escolhas sempre terão como pano de fundo a individualização e alienação.

Para Barroco, “uma das formas de reprodução da alienação que ronda o trabalho cotidiano é a do comportamento ético-profissional que contraditoriamente defende os valores do Código de Ética e realiza outros valores, muitas vezes de forma inconsciente”(2012, p. 73). Para ela, há uma reprodução dos costumes e valores internalizados e consolidados anteriormente à formação profissional, que muitas vezes é predominante.

Dessa forma, temas como a legalização do aborto, casamentos homoafetivos e estatuto da família⁷², atualmente estão presentes em muitos espaços de debates, permeando as discussões no âmbito profissional, social e político. Inclusive passando pela Câmara Federal. Sobre isso o CFESS Manifesta acrescenta,

⁷²É um projeto de lei que tramita (está sendo analisado) na Câmara dos Deputados. O texto desse projeto tenta definir o que pode ser considerado uma família no Brasil. Ou seja, estabelece (cria) regras jurídicas para que tipo de grupo de pessoas possa ser chamado de família. (Carta capital, 25.10.2015).

[...] Um exemplo recente do avanço de ataques ao caráter laico do Estado na realidade brasileira pode ser encontrado no denominado Estatuto da Família (Projeto de Lei nº 6.583/2013). Este PL pretende atribuir ao Estado o poder de definir como deve ser a composição familiar na sociedade brasileira. Do ponto de vista dos direitos e da democracia, é inconcebível atribuir ao Estado o poder de legislar sobre o modo como os agrupamentos familiares devem se constituir.

A família, como instituição social, não existe por força de lei, existe como realidade sócio histórica, diante da qual cabe ao Estado democrático o seu reconhecimento legal e a proteção de seus direitos. Do ponto de vista do Estado Democrático de Direitos, é inaceitável a concepção de família inscrita no PL nº 6.583/2013, abertamente formulada com base em convicção religiosa e que nega a diversidade de composição familiar existente na sociedade.

A exigência democrática de um Estado laico pressupõe a sua compatibilidade com os valores e princípios do projeto ético político do Serviço Social, como condição de assegurar liberdades e direitos. Ao reiterar princípios morais e religiosos quanto aos seus posicionamentos, é importante ponderarmos quais valores os assistentes sociais atribuem a sua autoimagem e a imagem construída sobre a profissão.

Há uma expressiva representatividade das supervisoras, quanto aos elementos éticos e morais como orientação de valores para a ação profissional: “O homossexualismo dentro dos meus valores pessoais eu acho que não é correto [...]” Por isso acredito que o homossexualismo é uma escolha.” [...] o profissional tem que estar preparado para atender esses casais homossexuais e ter o mesmo tratamento como qualquer outra pessoa. Não falaram explicitamente em valores religiosos, mas implícito, ao se reportarem a tais posturas como valores pessoais e se declararem religiosas. Caliandra ainda refere-se à avó do jovem que se travestia de mulher, que a idosa rezava muito. Embora seja uma frase inconclusa, a afirmativa faz pensar que ela acredita que a reza opera mudanças de comportamento.

Esperança aponta que o homossexualismo está aparecendo de forma muito rápida e que as relações homoafetivas deveriam acontecer de forma lenta, com a introdução desse tema pelas famílias e escolas, e defende um “preparo” anterior pelo profissional para atendimento a essas famílias. Em outra declaração ressalta, que, [...] até pra mim eu acharia normal, homem com homem, mulher com mulher. É uma postura preconceituosa e que encontra seus fundamentos na concepção burkeana da valorização e permanência da família tradicional. [...] seguir as

tradições, hábitos e costumes sem questioná-los, ou seja, impedir toda forma de transgressão ou mudança [...]. Conforme Barroco, (2008) o conservadorismo moral contribui para a reprodução do preconceito, importante veículo de transformação da moral em moralismo.

Para Heller (2000, p. 54), os preconceitos, em sua maioria, são produzidos pelas classes dominantes, tendo em vista a manutenção de seus interesses. Isso é patrocinado pelo pensamento conservador, comodismo, e conformismo, e também pelos interesses imediatos que rebatem nas condições de vida dos sujeitos individuais, tornando-os vulneráveis à mobilização contra os interesses de sua própria classe. Assim, o desprezo pelo outro, a antipatia pelo diferente, afirma a autora, não são privilégios da burguesia, mas dessa classe, que opostamente combateu o sistema de preconceitos feudais e torna-se, com a consolidação da sociedade burguesa, a classe que “aspira a universalizar a sua ideologia [...] produzindo preconceitos em maior medida do que todas as classes sociais em toda a sua história até hoje” (Heller, 2000, p. 54)

Comportamentos preconceituosos são exemplares nesse caso, sejam eles intencionais, por razões ideológicas, ou decorrentes de contradições postas pela alienação moral, pois espreita as possibilidades do indivíduo se apropriar de motivações que enriqueçam a sua personalidade: impede a autonomia do homem ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo (Barroco, 2012 apud Heller, 1972, p. 59).

O Serviço Social, desde a sua origem, se apresenta influenciado pelo conservadorismo moral e político⁷³ com forte influência da ideologia dominante na vida cotidiana dos profissionais. Essa vinculação pode fortalecer a reatualização do conservadorismo moral com a permanência de uma consciência moralista e preconceituosa.

Barroco enfatiza que o preconceito se transforma em moralismo, quando julgamos o comportamento dos outros conforme critérios morais em uma situação que não é pra ser julgada moralmente. “preconceito e discriminação são formas

⁷³Exemplificado pelos códigos de éticas de 1947, 1965.

antiéticas de se relacionar com as diferenças sociais e individuais” (Barroco, 2012, p.74).

Nesse contexto adverso ao neoconservadorismo, são dadas as condições ideológicas para a reprodução de valores pautados na defesa de relações autoritárias e de instituições adequadas à sua reprodução, com destaque para a família tradicional, para as instituições religiosas, policiais, e seus representantes na figuras das autoridades constituídas, o Serviço Social, por várias razões, é uma das profissões vulneráveis à incorporação e/ou ao enfrentamento de relações conservadoras. Por exemplo, por sua histórica vinculação ao conservadorismo moral, pode estar vulnerável à sua reatualização; por sua inserção em campos institucionais propícios ao estabelecimento de relações hierarquizadas, tais como as prisões,, sistema judiciário, etc, pode enfrentar ou assimilar tais relações. (BARROCO, 2009 p. 180).

Nessa direção, a maioria das entrevistadas demonstra pouco conhecimento em relação aos valores e princípios que norteiam o atual Código de Ética dos (as) assistentes sociais e mesmo das resoluções do CFESS em relação à população LGBT e outros, pela livre orientação e expressão. *“Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”*(CEP, 2012, p. 128). Esse princípio deverá ser o guia orientador de toda prática profissional por trazer elementos que enseja principalmente o respeito à diversidade, para aqueles que são discriminados, excluídos, que passam por situações vexatórias, preconceituosas, por serem considerados “diferentes” ou “estranhos”. E quase sempre esses preconceitos são associados à questão: social, racial e sexual. (Barroco, 2012, p. 128).

Nesse sentido, Quinalha, conforme visto no primeiro capítulo, contribui na discussão, ao atribuir que os valores morais sempre estiveram presentes na sociedade brasileira e na atualidade fazem dela uma bandeira política alicerçada pelo tradicionalismo religioso e o discurso da defesa da família tradicional. E assim elegem como ameaça as formas de sexualidade e de desejo que desafiam a heteronormatividade e a cisgeneralidade.

No intuito de contribuir para o combate ao preconceito dos homossexuais e da população TRANS, duas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social servem como ferramentas importantes para subsidiar o exercício profissional do assistente social. Segundo Barroco e Terra (2012, p. 131):

[...] numa perspectiva de enfrentamento ao preconceito e, portanto, de respeito à diversidade humana e do exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a) e discriminar por diferentes questões. Estamos nos referindo a Resolução CESS N. 489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatória ou preconceituosa por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do assistente social, e a resolução nº 651/201, que possibilitou a assistentes sociais, travestis e transexuais, a utilização do nome social em seus documentos profissionais, incluindo as carteiras profissionais.

Outro instrumento importante foi o lançamento de uma série de cadernos, publicado pelo CFESS, *assistente social no combate ao preconceito*. Como sugerido no seu formato, os textos têm como objetivo “orientar e estimular os/as assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional”. O nº 04 aborda sobre a transfobia que discute o preconceito e a discriminação de natureza homofóbica, firmada pelo binarismo de gênero⁷⁴.

Estes cadernos trazem elementos necessários à melhor compreensão por parte dos profissionais, como a supervisora Esperança, que acredita da necessidade de um “preparo” do profissional para o atendimento dessa população. Assim, o caderno enfatiza o preconceito sofrido pela população LGBT, como os Transexuais⁷⁵; Travestis⁷⁶; Dragqueens,⁷⁷ drag kings, transformistas, performers e Crossdressers,⁷⁸ como vivem e como são afetados pela desigualdade.

Bonfim (2015, p. 135) nos chama para a necessidade de compreensão da capacidade teleológica do profissional e os constrangimentos do trabalho alienado. “[...] a análise do trabalho profissional supõe considerar as tensões entre projeto

⁷⁴O binarismo de gênero é uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável.

⁷⁵ São pessoas que, tendo sido registradas no sexo masculino ou feminino ao nascerem, se identificam como sendo de outro gênero.

⁷⁶ São pessoas que, ao nascerem, foram registradas no sexo masculino, com base apenas no seu sexo genital, e que procuram inserir, em seus corpos, símbolos do que é socialmente convencionado como feminino.

⁷⁷ São artistas que costumam encenar performances e personagens do outro gênero, para fins de entretenimento e produção artística. Estas performances não são mantidas durante sua vida cotidiana.

⁷⁸ Este é um termo que se refere a pessoas que vestem roupa ou usam acessórios associados ao sexo oposto, como por exemplo: acessórios, perucas, perfumes, maquiagens, por qualquer uma de muitas razões, desde vivenciar uma faceta feminina (para os homens), masculina (para as mulheres), por motivos profissionais, para obter satisfação emocional ou gratificação sexual momentâneas, ou outras.

profissional e a alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe”. (IAMAMOTO, 2007, p. 214).

A intenção ao citar o processo de alienação nos espaços da vida social, não é trazer à tona esse debate, mas apenas situar que a categoria não está imune aos processos de alienação e que as formas de consciência destes, também tendem a serem ideologizadas e distorcidas. E que, compreendermos os conflitos que permeiam o trabalho profissional é condição para pensarmos na viabilidade do Projeto Ético Profissional.

Boschetti (2015, p. 639), explicita que o conservadorismo vem avançando e se fortalecendo por determinações societárias e que ele progride em várias áreas, - campo econômico, social, e no campo ideocultural,

[...] o avanço do fundamentalismo religioso e da intolerância acirra a discriminação, e variadas formas de opressão se manifestam de maneira cada vez mais violenta, mas também impulsionam novas formas de manifestação, organização e defesa de direitos de grupos sociais historicamente explorados e oprimidos, como mulheres, jovens, populações afrodescendentes e população LGBT. (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

E chama a atenção para a inclusão desses processos, na pauta de discussão e sem os quais não é possível compreendermos essas contradições que permeiam o fazer profissional, - requisito para a construção de uma intervenção no campo da formação, do trabalho e da política.

A mesma autora faz uma reflexão sobre os traços do conservadorismo na formação profissional, a partir da análise de Netto (2009), que consideramos oportuno pontuar explicitamente, tendo em vista toda a discussão em torno do *ethos* profissional, como bem evidencia Bonfim, (2015, p 15):

[...] no que se refere ao modo de ser profissional (*ethos*), as questões são mais complexas. A nosso ver, é nessa dimensão que se encontram os maiores conflitos e contradições da profissão. É necessário considerarmos, por exemplo, questões como: as demandas sócio históricas e ideopolíticas colocadas para a emergência do Serviço Social; os valores adquiridos pelos agentes profissionais com a moral dominante da sociedade brasileira; a atual conjuntura econômica, política e social do Brasil; e as novas demandas colocadas aos profissionais e à formação profissional.(BONFIM, 2015, p. 15)

Boschetti(2015) baliza que o pensamento conservador foi *abafado* teoricamente sob a hegemonia do pensamento crítico de viés marxiano a partir da década de 70 e que agora volta metamorfoseado e abre brechas para novas formas do fazer profissional. Sobre o assunto, Netto (2009, p. 161) afirma: “Vê-se, pois, que, lançada à rua pela porta da frente, a velha representação do serviço social como *profissão da prática* invade nossas casas pelas portas do fundo.”

Ou seja, a “porta dos fundos” é a reatualização do serviço social como profissional da prática através de um trabalho relacionado e mesmo determinado pelo avanço de traços conservadores na formação profissional. Trazendo a tona a ideia da incorporação do pensamento pós-moderno na grade curricular atual sem a devida articulação das diretrizes curriculares que norteiam a profissão e como isso tem abafado traços conservadores, que, como veremos também subjaz elementos presentes na prática dos supervisores de estágio, alvo de nossa pesquisa. A seguir citaremos alguns desses traços que ainda persistem no cotidiano do Serviço Social. (BOSCHETTI, 2015).

O *metodologismo* que reaparece incorporado no tecnicismo com herança positivista, fortalecendo a técnica sem perspectiva de análise do real com base crítica. Substituindo por abordagens conservadoras com a valorização do empirismo, do individualismo sem pensamento crítico para uma intervenção comprometida para a mudança social. Essa perspectiva se apresenta na fala da supervisora Violeta, ao se reportar a sua prática profissional, com arranjos doutrinários de Código de ética profissional já ultrapassado e desprovido da totalidade social. “[...] porque é isso que Jesus faz, Jesus faz as pessoas verem quem elas podem ser na realidade, de valorizar a vida, a possibilidade de ele sair dessa vida das drogas. [...] vejo como doença que precisa de tratamento, tem que ser os dois juntos, (tratamento e religião) essa parte da religião que aumenta sua autoestima [...]”.

Teoricismo acríptico é outro traço conservador ao assumir teorias abstratas⁷⁹ que não ver a questão social na sua totalidade. Ainda incorporam a neutralidade como algo possível nas suas intervenções. Esse traço é perceptível na prática da supervisora Laellia, que advoga uma prática neutra nos seus atendimentos. Sem se

⁷⁹Por exemplo, a incorporação de uma posição neutro em seu discurso, assumindo a teoria positivista na prática de alguns profissionais, como visto em seus depoimentos.

dá conta, que. “[...] a acriticidade e a neutralidade é uma poderosa arma da conservação”. (Boschetti, 2015 p. 648).

O *aligeiramento da formação e da pesquisa* é um traço contemporâneo da formação profissional. A precarização e mercantilização do ensino superior⁸⁰ também vêm contribuindo para o fortalecimento do conservadorismo atual. Traço percebido na pesquisa quanto a formação profissional, uma das supervisoras de campo é formada por Instituto EaD, e esse fato suscitou curiosidade quanto a quantidade desses cursos na cidade. Atualmente temos 07 Institutos credenciados em Imperatriz.⁸¹ Mais acreditamos que exista um número bem maior em funcionamento, dado o número de denúncias que o CRESS⁸² recebe sobre cursos não credenciados pelo MEC na cidade. Dessa forma, Imperatriz segue a lógica de mercado com a predominância da disseminação dos cursos de Serviço Social presencial privado e a distância, em detrimento de uma educação pública universitária de qualidade.⁸³

O *pragmatismo* baseado no imediatismo, no utilitarismo, fortalece a famosa perspectiva que muitas vezes são reproduzidas pelas nossas alunas ao adentrar no campo de estágio, “na prática a teoria é outra”. Essa é uma postura que nos instiga a refletir junto com a categoria, tendo em vista o caráter de “modelos” que a maioria das supervisoras de campo adquire perante as estagiárias, dado o caráter da vivência da primeira experiência prática, após sucessivas aulas predominantemente teóricas. Afinal, “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá, blá, blá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2015, p. 24).

Assim, essas discussões relativas a uma suposta crise de materialização do projeto ético-político, do avanço do ensino a distância e da teoria pós-moderna no campo da formação profissional, entre outros elementos, não podem ser discussões

⁸⁰ Segundo informações da Associação Brasileira de Educação a Distância (ADEB), foram efetivadas 85,1 mil inscrições no curso de Serviço Social a distância, no ano de 2013. (<http://wwedeb.org.br/site/pt/midiateca/clipping_abed/1350/ead_cress-ce_so_na_rede_privada

⁸¹ Informação retirada do portal do MEC. (www.mec.gov.br)

⁸² Conforme informações fornecidas pela Presidente do CRESS do Maranhão, que recentemente veio a Imperatriz falar numa palestra sobre o desmonte da Previdência Social. E na oportunidade divulgou o nome de quatro institutos irregulares de Ensino a Distância na cidade e arredores.

⁸³ Imperatriz possui 02 faculdades presenciais privadas do curso de Serviço Social e nenhuma das públicas (UEMA, EFMA) não possui o curso na cidade.

isoladas do contexto da manutenção do atual sistema capitalista. Mas, como lembra Barroco (2011) ao falar entre as questões da profissão, - a “barbárie” imposta pelo neoconservadorismo, e os desafios impostos a profissão na atualidade,

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente. Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas. (BARROCO, 2011, p. 212-213).

Conforme visto no item anterior a reatualização do conservadorismo possui muitos nuances que não se resolvem individualmente, pois têm linhagens, alguns acreditam que pode ser uma opção política conscientemente adotada, ou simplesmente que a profissão, por várias razões, é mais vulnerável a incorporação de relações conservadoras, tendo em vista a sua permanente reatualização na sociedade.

Assim, no próximo item, continua-se a analisar a prática profissional e os valores religiosos em relação ao aborto, objetivando verificar a influência desses valores sobre o exercício profissional das supervisoras de estágio, alvo dessa pesquisa. Percebermos sobre qual prisma, os profissionais pesquisados compreendem e interpretam essa questão, se como direitos reprodutivos das mulheres, a partir de uma perspectiva que corresponda aos valores de liberdade, equidade, cidadania, ou são engajadas na perspectiva que defendem a vida do feto, com um olhar simplificador e/ou moralizador da realidade social.

3.3 Prática profissional e os dilemas éticos: Aborto

A igreja e a sociedade civil através dos movimentos femininos são os principais representantes nos debates sobre o aborto. Conforme demonstrado no

primeiro capítulo - há uma parte da população contrária ao aborto,- estas, na sua maioria são fortemente influenciadas pela opinião das Igrejas que não aceitam nenhuma forma de aborto em qualquer etapa da gravidez. Outro segmento da sociedade que entende o aborto como um direito reprodutivo, geralmente representado pelos movimentos feministas. Entre eles, existe uma ONG, onde seus membros fazem parte de uma determinada religião, - Católicas pelo Direito de Decidir – CDD⁸⁴ que discutem essa problemática e apoiam as mulheres que decidem pelo aborto.

Como já exposto, a sociedade cria e impõe normas de comportamento e vontades para as mulheres e, especificamente, no que se relaciona ao tema tratado aqui, modelos, regras para a sua sexualidade, maternidade e vida reprodutiva. A sociedade a que nos referimos parte da concepção gramsciana de sociedade civil, explicitada por Bobbio (1994, p. 34 e 35):

[...]trata-se da sociedade civil 'no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado'. “[...] a sociedade civil compreende não apenas a esfera das relações econômicas, mas também as suas formas de organização espontâneas ou voluntárias”. (BOBBIO, 1994, p. 34 e 35).

Neste sentido, a sociedade é atravessada por interesses que são apresentados e defendidos por determinados grupos num campo de lutas em busca de suas necessidades, direitos e reivindicações e, torná-las referências para todos. Os padrões de comportamentos são construídos e passam por um processo de aceitação social, se tornaram tradições, costumes e viraram leis restritivas e punitivas, e quando normatizados pela sociedade e pelo Estado tornaram-se hegemônicos.

É o caso do papel estipulado para a mulher na sociedade patriarcal conservadora, conforme visto é imposto à mulher uma concepção hegemônica da sociedade em que a maternidade em qualquer situação deve ser bem-vinda.

⁸⁴ CDD, foi fundada no Brasil no dia Internacional da Mulher de 1993, A ONG apoia-se na prática e teoria feminista para promover nossa sociedade, especialmente nos padrões culturais e religiosos. Para essa organização as religiões devem ajudar as pessoas a terem uma vida digna e saudável, e não dificultar sua autonomia e liberdade especialmente em relação a sua sexualidade e reprodução. A CNBB se manifestou sobre esse movimento e declarou que a mesma não faz parte da Igreja Católica, que é uma ONG sem qualquer vínculo com a Igreja.

O Estado é o principal gestor e executor de políticas públicas, em relação à problemática da clandestinidade do aborto e das consequências para as mulheres. Entretanto, o seu posicionamento é de omissão, mesmo havendo exceções para a prática do aborto, - nos casos previstos pela Lei brasileira. Ele ainda criminaliza a prática e a opção por abortar.

É no espaço do Estado que se definem as leis, de todas as ordens, inclusive sobre o aborto legal e o ilegal. No Brasil, o Código Penal é de 1940 e ainda está em vigência.(Diniz et al, 2016). Em seu artigo 124, dita as penalidades passíveis para aqueles que fazem o aborto (os médicos ou aborteiros/as). O artigo 128 coloca sobre as condições em que o médico não será punido ao fazer um aborto, quais sejam: se a gravidez gerar um risco de vida para a gestante ou se a gravidez for decorrente de estupro (KYRIAKOS e FIORINI, 2002, p. 134/135). E só recentemente (2012) o Superior Tribunal Federal-STF decidiu autorizar a interrupção da gravidez das mulheres grávidas de fetos anencefálicos. Tiradas essas exceções, no Brasil o aborto é crime, art.124 a 128 do CPB. “art. 124 – provocar em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: pena – detenção de 1 a 3 anos”.

[...] Apresentamos os resultados da Pesquisa Nacional de Aborto de 2016 (PNA 2016) e os comparamos aos da PNA 2010 quanto ao perfil das mulheres e a magnitude do aborto. A pesquisa se baseou em um levantamento domiciliar que combina técnica de urna e entrevistas face-a-face, com mulheres de 18 a 39 anos, com amostra representativa do Brasil urbano. Os resultados indicam que o aborto é um fenômeno frequente e persistente entre as mulheres de todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões: em 2016, quase 1 em cada 5 mulheres, aos 40 anos já realizou, pelo menos, um aborto. Em 2015, foram, aproximadamente, 416 mil mulheres. Há, no entanto, **heterogeneidade** dentro dos grupos sociais, **com maior frequência do aborto entre mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Como já mostrado pela PNA 2010, metade das mulheres utilizou medicamentos para abortar, e quase a metade das mulheres precisou ficar internada para finalizar o aborto. (CPB. art. 124)

Alguns grupos da sociedade civil e a Igreja possuem como um de seus argumentos a defesa da vida. A defesa da vida não é privilégio de um ou outro grupo, entretanto a grande questão é o ponto de vista, dos religiosos⁸⁵ (ou não), que

⁸⁵ Na contramão dessa assertiva, Há uma religiosa chamada Ivone Gabara, - é uma freira que defende a prática do aborto. Para ela o aborto não é pecado e que o Evangelho nem trata disso. E

defendem a vida do feto, argumentando que existe vida desde a sua concepção. E existem outros setores, como algumas representações da sociedade civil, que colocam em evidência a “defesa da vida das mulheres que morrem por falta de recursos para fazer o aborto em condições médico-higiênicas seguras” (LAUDANO, 2001, p. 211). Desta forma, a defesa da vida (do feto ou da mulher) está bastante ligada aos preceitos éticos e morais construídos, repassados e apreendidos socialmente.

Ética e moral, duas categorias utilizadas neste trabalho, e que não são sinônimos, conforme expõe Boff (2003), a ética é parte da filosofia, enquanto a moral é parte da vida concreta. Para ele, a ética:

considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções [...]. A moral trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos, valores culturalmente estabelecidos. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com os costumes e valores consagrados. Estes podem, eventualmente, ser questionados pela ética (BOFF, 2003, p. 37).

Nessa perspectiva a defesa da vida é um pressuposto básico ético e também moral; segue uma tendência em atribuir esse direito àqueles que já o experimentaram, ou seja: tem direito à vida quem já vive. Defender o direito ao aborto seguro significa defender a vida das mulheres, uma vez que, “a experiência brasileira com o aborto é mais uma lembrança sobre como as mulheres, ao enfrentar uma gravidez indesejada, são levadas ao aborto ilegal, independentemente dos riscos a sua saúde” (COSTA, 1999, p. 180). Deste modo, não é pelo fato de o aborto ser ilegal que ele deixa de ser praticado por aquelas que optam por ele, compreendendo-o como uma alternativa viável para aquele momento de sua vida. Mesmo trazendo dilemas éticos, e o medo das penalidades legais.

Da mesma forma, o conservadorismo ético, político e moral têm acompanhado o Serviço Social ao longo de sua trajetória, através dos Códigos de

que a proibição é uma hipocrisia da Igreja e que só prejudica as mulheres pobres. Enfatiza que, quem escreveu que não se pode controlar o nascimento dos filhos, foram os padres, homens celibatários, fechados em seu mundo. A freira mantém contato com movimentos feministas como o CDD. (Veja, 06 de outubro de 1993, páginas amarelas).

Ética de 1947, 1965 e 1975, que tem como pressupostos filosóficos, valores de base teológica. Entretanto o Código atual tem como apoio a defesa dos direitos humanos, “que é um campo de luta pelo reconhecimento do direito a diferença”. (BARROCO, 2015, P. 70) Assim, ao questionarmos as supervisoras, sobre suas crenças, e seus posicionamentos em relação ao aborto, obtivemos as seguintes respostas:

Sou evangélica, e *sigó meus valores religiosos*. Aborto eu não concordo, só concordo quando é caso de estupro, mas quando é o caso da pessoa *ter cometido um erro* e quiser abortar é totalmente errado, já que se tem uma vida e essa vida vai se pagar pelo erro da mãe. O bebê não tem como se defender, assim como a vida das pessoas é importante, aquele ser que tá sendo criado também é, eu não concordo nesse sentido, o direito a vida é de todos, inclusive o feto. (Violeta)

[...] Sou evangélica, [...] tem gente que se diz religiosa, mas votam a favor de algumas questões polêmicas, como o aborto e outras. Eu dizia nunca, mas eu comecei a levar em consideração os casos, se for um caso de violência sexual, mas se caso contrário, sou contra o aborto. Existem muitas pessoas que se passam por religiosos, que frequentam a igreja mais não cuidam de si, não tem fé realmente neles mesma, [...] então acho que a religião não influencia tanto na parte dos valores que a pessoa aprende em casa e com a vida. (Heliconia)

[...] aborto pra mim está mais relacionado no aspecto ao direito à saúde da mulher. Não entendo porque ainda não foi legalizado, há um grande número de internações ou mortes decorrentes desse processo [...]. (Jurema).

É sintomática a postura de Violeta, que culpabiliza a mulher que aborta, reproduzindo de forma estigmatizante o pensamento do senso comum o qual coloca a maternidade como missão da procriação “[...] mas quando é o caso da pessoa ter cometido um erro e quiser abortar é totalmente errado, já que se tem uma vida e essa vida vai ter que pagar pelo erro da mãe”. Seguindo dessa forma, uma visão com base neotomista onde a postura ética profissional baseia-se em uma divisão entre o certo e o errado, para Barroco (2002) essa conduta “[...] é abstrata, uma vez que traduz os dogmas cristãos e a moral conservadora”.

Essas posturas somam-se com a opinião da população pesquisada pelo ESEB, (2002), exposto no primeiro capítulo deste trabalho, onde 51% dos pesquisados declaram que o aborto só deve ser permitido apenas em caso de estupro, apenas 11,5% são a favor do aborto em qualquer situação.

No geral, há um consenso social em torno da aceitabilidade do aborto praticado quando a gravidez é resultante de estupro. Entretanto, há quem puxe o debate para essa questão, “por qual razão o feto, cuja vida é tutelada pela legislação do país, passa a ser preterido perante a honra e a integridade física ou mental da mãe [...]. e continua, “se de fato o legislador estava a se referir ao produto da concepção como pessoa humana, qual é o argumento jurídico moral que sustentaria a opção pela sua morte?”(DOMINGOS, 2009, p. 74).

Para esse mesmo autor, tal consenso sugere mais uma valoração moral, na qual a mulher poderia rejeitar uma determinada vida que apresenta importância menor do que aquela produzida em uma relação consentida. Há nessa questão não a defesa ao desenvolvimento do embrião e sim ao comportamento sexual da mulher: se ela consentiu deve arcar com as consequências, inclusive uma gestação, mesmo que não planejada e desejada. Postura essa percebida na fala de Violeta, quando ela se refere ao “erro” da mulher que engravida.

A moral conservadora revela-se com toda a clareza quando se trata das questões vinculadas ao papel da mulher, que os conservadores entendem deva ser de agente moral, responsável pela educação dos filhos e pela família; eles são contrários, portanto, ao trabalho feminino. Como entende Comte, “ o homem deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social” (Comte, 1977, p. 115). Nesse sentido, para combater a entrada das mulheres no mercado de trabalho e “salvá-las” da influência dos movimentos comunistas feministas, [...] (BARROCO, 2008 p.179).

O Código de ética atual, - artigo V, advoga que o profissional terá um, – *Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.* Nesse artigo a equidade e justiça social devem ser a base da atuação profissional, tendo em vista que esses valores não são assegurados pelo Estado, porque as desigualdades não permitem a sua concretização. E isso inclui políticas públicas satisfatórias a todos os cidadãos, inclusive às mulheres na escolha dos seus direitos reprodutivos.

Para Barroco (2008, p.179) os movimentos dos trabalhadores, de emancipação das mulheres, entram no século XX influenciados pelas ideias positivistas e pela

ideologia conservadora. Estes foram intensamente reprimidos em suas manifestações. Segundo a autora, Idealizados pelas ciências sociais de corte positivista como “desordens” e “disfunções”, interferindo em profissões, como o Serviço Social, que concebe a questão social como uma questão moral, em sua origem.

A mesma autora outorga o positivismo e suas derivações como um entrave ao pensamento crítico moderno e um atraso em face às conquistas e avanços da sociedade contemporânea, para ela,

[...] com sua reprodução ideológica, contribui para a negação de valores humano-genéricos universais, como liberdade, afirmando princípios antiprogressistas, conservadores, em oposição a conquistas emancipatórias. Como tal, coloca-se ideologicamente como mais um instrumento de luta política, na direção de legitimação e manutenção da ordem vigente, defendendo um projeto societário antagônico aos movimentos socialistas e às lutas libertárias. (BARROCO, 2008, p. 180).

Na proposição dessa opinião, a concepção da Jurema “[...] aborto pra mim está mais relacionado no aspecto ao direito a saúde da mulher [...]”. Em referência aos direitos reprodutivos das mulheres, esta é a fala mais aproximada dos movimentos sociais feministas, ou das entidades representativas da categoria, como o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS em relação ao aborto. Que, no 39º encontro Nacional do CFESS/CRESS, acontecido em setembro de 2010, foi deliberado coletivamente, pelo eixo ética e direitos humanos, a defesa da legalização do aborto:

[...] prevaleceu o entendimento de que a legalização do aborto não deve ser pautada por questões religiosas, que as consequências da gravidez indesejada, o não acesso a métodos contraceptivos seguros e o aborto inseguro recaem sobre o corpo e a vida das mulheres, e que a criminalização e a permanência do aborto inseguro não diminuem o número de aborto e morte de mulheres no Brasil e no Mundo.

Entretanto, em maio de 2014, o ministério da saúde revogou a portaria 415, que incluía o aborto por razões médicas e legais na tabela de procedimentos do SUS. O ministério afirmou que a revogação aconteceu por razões técnicas de razões financeiras, mas o que houve, de fato, foi uma grande pressão da bancada

religiosa do congresso nacional. Para Verônica Ferreira, ativista do movimento, a revogação da portaria foi um grande retrocesso. Para ela, estes setores têm tentado derrubar a lei que assegura o atendimento às mulheres em situação de violência sexual no Sistema Único da Saúde – (SUS), promulgada em 2013 pelo governo federal. (CFESS MANIFESTA, setembro de 2016).

[...] A portaria 415 dá consequência ao que já está garantido como um direito das mulheres, que é a assistência ao aborto nas situações previstas em lei nos serviços do SUS, ao incluir o procedimento na tabela e garantir, também, o direito a uma pessoa como acompanhante. Com a sua revogação, nós retrocedemos na organização dos serviços para garantir essa assistência e, sobretudo, mais uma vez, retrocedemos no papel do Estado em assegurar os direitos e a autonomia das mulheres. Vale ressaltar que muitos dos parlamentares conservadores e fundamentalistas que estão nessa frente são contra o próprio SUS. (Verônica Ferreira, Cfess, notícias, 09 de outubro de 2014, acesso 20/07/2017).

Tais posicionamentos ganham espaço na atual bancada evangélica no parlamento, através dos projetos de lei que criminalizam as mulheres e minimizam o avanço nas políticas de saúde. Como o projeto de lei 5.069/2013⁸⁶, e o estatuto do nascituro, através do projeto de lei 478/2007, que proíbe o aborto em todas as circunstâncias e torna mais rigorosas as penas para as mulheres que abortam.

Importante destacar nessa conjuntura, a violação do princípio constitucional do Estado laico, na medida em que endossa em suas defesas a partir de um contexto religioso, com bases no conservadorismo e patriarcado. O CFESS defende que o fundamentalismo religioso é uma grande barreira para a descriminalização do aborto em qualquer situação e tem uma grande força política no Congresso Nacional, dificultando qualquer debate crítico que avance em sua defesa. Entretanto, este ano o STF recebeu pela primeira vez uma ação de descriminalização do aborto no país. A justificativa é que a criminalização viola uma longa lista dos direitos fundamentais das mulheres, resumidos neste argumento: a criminalização do aborto viola a dignidade e a cidadania das mulheres⁸⁷.

⁸⁶É uma lei que prevê a criminalização do anúncio de métodos abortivos e da prestação de auxílio ao aborto, principalmente por profissionais da saúde.

⁸⁷ Aborto no Supremo Tribunal Federal. Agora é eu são elas. Por Débora Diniz. Acesso a internet 29/08/2017.

O debate em torno do aborto não é novo e sempre é tratado como tema polêmico, principalmente no quesito do embrião ser considerado como ser humano. Isso suscita contestação na área da biologia, medicina e no direito. Além de reportar à dimensão da ética, da liberdade, da religião e da própria resistência de uma sociedade patriarcal. Portanto, o diálogo deveria avançar no sentido da garantia de direitos de mulheres, principalmente o direito à vida dessas mulheres, em especial as mais pobres⁸⁸. O acúmulo histórico da perspectiva de gênero deveria fundamentar as reflexões das profissionais, há uma particularização da questão, sem levar em consideração o contexto social, a responsabilidade dos vários sujeitos envolvidos, principalmente o papel do Estado que deveria garantir os direitos das mulheres.

3.4 Prática Profissional e os Valores Morais Religiosos

Nas entrevistas, alguns elementos emergiram tendo em vista que as questões abordadas permitiam diálogos que, às vezes, ultrapassavam as questões. Alguns dados foram percebidos, como a ausência de símbolos religiosos nas Instituições, (bíblías, crucifixos ou outros). Entretanto, ao serem questionadas se a religião influenciava a prática profissional obtivemos algumas respostas (e percepção), que merecem detalhamento.

Atividades atípicas foram narradas pelas supervisoras no exercício de sua prática profissional. Violeta, por exemplo, conduz uma atividade denominada momento devocional. Esta possui características religiosas, conduzidas através de mensagens bíblicas, e músicas de cunho religioso com similaridades de autoajuda.⁸⁹ Na ocasião da entrevista relatou que o ponto alto de seu trabalho era essa palestra - “momento devocional” e que através dela tinha maior contato com as famílias e que procurava trazer esperança e conforto aos usuários, usando em muitos momentos palavras acolhedoras e espirituais fazendo com que eles refletissem sobre o motivo de estarem participando daquele programa. E que era importante em qualquer

⁸⁸Ver dados.

⁸⁹ Material visualizado na entrevista.

atividade de trabalho, iniciar com uma oração. Outras profissionais também incorporam essa postura. “[...] na abertura das reuniões a gente inicia com uma oração para quebrar o gelo [...]. (Esperança). [...] não falo de religião nos atendimentos, mas faço uma oração no início das atividades em grupos, todos gostam. A maioria é católica”. (Heliconia)

Estas falas apresentaram práticas preocupantes nos espaços sócios ocupacionais que merecem atenção, quando percebemos que metade das assistentes sociais entrevistadas declarou, entre outras coisas, que fazem orações para os usuários ao iniciar as atividades. Na mesma linha nota-se que a maior parte dos discursos indica que essas mesmas profissionais têm buscado todos os dias uma orientação para o seu trabalho na religião. Isso se manifesta nas orações antes de iniciar o trabalho; na crença de que a cura de uma doença como o alcoolismo, 50% depende do “espiritual” ou ainda os discursos moralizantes, segundo os quais tem família que não procura Deus; “[...] se não frequentam a Igreja, não tem um caminho a seguir”, (Violeta), ou seja, há uma valorização da religião e a culpabilização dos sujeitos por não seguirem uma dada religião e ainda uma responsabilidade pelos seus atos (uso de drogas, álcool), pela falta da fé. Será que a religião nessa perspectiva é vista e materializada através de suas ações como uma espécie de instrumento de trabalho, uma base que sustenta o próprio fundamento teórico?

“[...] quando um usuário nos procura, trabalhar na perspectiva do embasamento teórico, mas **sem deixar de lado a questão espiritual que contribui nas condições mais difíceis**”. [...] na minha concepção o amor é a base de tudo, amor ao próximo, respeito, olhar pro outro e aprender a não julgar, então isso são meus valores, então assim me ajudou muito, por que a **bíblia me deu mais conteúdo**, abriu minha amplitude de conhecimentos, me fez visualizar e buscar o próprio direito humano.[...] dentro da sua casa você tem seus valores adquiridos, mas já no trabalho tem várias coisas que você não concorda, mas tem que viver com isso, então você pode ter seus valores e você pode se posicionar com tolerância e respeito. (Esperança).

A dificuldade para exprimir em atos os valores ético-políticos da profissão, expressa nestes relatos é um dos desafios da categoria profissional como um todo. Para Barroco (2012, p. 33) “por um lado, existem dificuldades de relacionar o Código de Ética com a empiria do cotidiano – independente do fato de haver concordância com seus valores e princípios”.

Os depoimentos abaixo levam a crer na dificuldade da incorporação desses elementos críticos fundamentados pela regulamentação da profissão⁹⁰, as diretrizes curriculares de 1996, e o Código de Ética Profissional de 1993 pelas supervisoras pesquisadas, ao atribuírem reiteradamente fatores religiosos, ou conservadores no exercício profissional.

[...] a religião pode não ser um elemento central, mas ele pode complementar a prática profissional [...]. (Calliandra)

Sou evangélica, participo do movimento da igreja, assim o amor ao próximo, o respeito ao ser humano, a importância que ele tem aos olhos de Deus, a Bíblia fala que tem que amar ao próximo como a nos mesmo, ninguém pode amar a Deus como ama ao próximo. Então, isso pra mim, tem sido uma base⁹¹. Eu sempre tive vontade de trabalhar em alguma coisa que fosse útil ao outros, até tentei enfermagem. [...] fui pensar em outra coisa que tivesse envolvimento com as pessoas, essa ajuda social, aí eu fiz serviço social, na época nem entendia o que faz o assistente social, [...] (Violeta)

[...] quando ela (a pessoa) vai até Deus, ela ver quem realmente ela é, e quem pode ser de verdade, então a religião é importante nesse sentido, de valorizar a vida, a possibilidade dele sair desse mundo das drogas, mas por outro lado, vejo como doença que precisa de tratamento, em que ser os dois juntos, essa parte da religião que aumenta sua autoestima, que você pode mudar que você pode ter comprometimento [...] eu vejo as duas coisas, porque não adianta tratar o físico se a alma dessa criatura continua do mesmo jeito, [...] o tratamento é primordial, mas se não tratar a parte espiritual, ele melhora uns dias e depois volta pra mesma coisa. Tem família que não procura Deus [...] eu acho que soluciona mesmo quando ele vai até Deus, o resto é fácil, mas quando ele não encontra, qualquer coisa vale, se embebedar, se drogar [...]. (Violeta)

É consenso, que o Serviço Social, que tem historicamente sua imagem vinculada à ajuda e à caridade, atrai sujeitos que trazem motivações relacionadas a estes aspectos, como demonstra o depoimento de Violeta. “Eu sempre tive vontade de trabalhar em alguma coisa que fosse útil aos outros, até tentei enfermagem... [...]

⁹⁰ Revista e atualizada, essa lei refere-se ao exercício profissional, às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais e dos Cress, na qualidade de órgãos fiscalizadores da profissão. As competências profissionais direcionam-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento aos sujeitos sociais de direitos. Para que os profissionais possam desenvolver o projeto ético-político, torna-se necessário estabelecer uma análise permanente da realidade que se consitui no solo histórico da formação e do exercício profissional.

⁹¹ Essa visão coaduna com os dados do Surveys, (já visto no primeiro capítulo), que comprovam que a maioria esmagadora brasileira acredita que é imperativo acreditar em Deus para se tornar uma pessoa melhor. 86% responderam afirmativamente a pergunta: “você acha que acreditar em Deus é essencial à moralidade?” (Data Folha 2014)

fui pensar em outra coisa que tivesse envolvimento com as pessoas, essa ajuda social, ai eu fiz serviço social.”

Dessa forma, a ética profissional é permeada por conflitos e contradições consubstanciadas na formação moral dos indivíduos sociais, onde as escolhas são feitas, valores são afirmados e negados.

Essas contradições, vistas até agora, cerceadas por valores conservadores, também abrem possibilidades para pensarmos de forma sucinta, porque não é nosso objetivo e necessita certo debruçar, sobre as bases do sincretismo⁹² no Serviço Social. Entretanto, é importante nos determos nesse diálogo por entender que o sincretismo continua sendo uma marca importante da profissão, e que existem processos que refletem e reproduzem essa marca. E assim persiste a necessidade de serem investigadas, explicitadas, problematizadas. Ou seja, “há que se tomar o sincretismo como resultado de um conjunto de dilemas de origem sócio-histórica em vez de tomá-lo como conteúdo explicativo em si mesmo”.(SOUZA, 2014, p. 08).

Há um consenso na literatura do Serviço Social de que a reorientação profissional e a nova fundamentação teórica deram-se lentamente, mas com consistência. No entanto, não de forma homogeneizada - a classe trabalhadora organizou-se, a busca pela identidade da profissão firmou-se, as necessidades sociais, com o avanço e desenvolvimento constante do capitalismo, tornaram-se mais evidentes e mais gritantes. As crescentes necessidades foram discutidas e as construções teórico-metodológicas da perspectiva histórico-crítica foram elaboradas, a prática profissional foi discutida, no entanto, o norteamento da profissão continuou de forma eclética, pautando-se no marxismo, mas não anulando as práticas conservadoras em algumas interfaces do exercício profissional.

Nota-se nas falas das pesquisadas, exatamente esse ecletismo que persistiu ao Movimento de Reconceituação e a atualização da profissão, a teorização positivista e conservadora permanece nas práticas profissionais, quando se constata a resistência da aceitação das questões de gênero, e a parcialidade quanto aos cultos religiosos.

⁹² Maiores detalhes sobre o assunto, ver: Capitalismo Monopolista e Serviço Social - José Paulo Neto.

Percebe-se no primeiro questionamento o uso de princípios pessoais como norteamento profissional no atendimento e orientações quanto aos casos contrários a própria orientação religiosa, apesar de demonstrar preconceito na fala, as profissionais não se acusam com tal convenção, apontando que mantêm a “neutralidade” dos atendimentos, e ao mesmo tempo não consideram os protagonistas desses casos como pessoas “normais”, insistindo na possibilidade da mudança, e na dificuldade de aceitação.

Há nos relatos da pesquisa afirmações que confrontam diretamente com a defesa da liberdade, elencada no Código de Ética profissional vigente, principalmente com relação ao aborto, quando a visão ressaltada pela maioria destaca o direito de continuidade da gestação, visando a preservação do feto e não o direito da mulher, também esta sujeito de direito, de ter a liberdade de decidir sobre tal aspecto.

É notório, diante dos resultados da pesquisa, a confirmação do ecletismo, que concretiza o sincretismo, no exercício profissional, quando as profissionais denotam resistência e conservadorismo, com práticas sem práxis, e sem considerar inclusive as resoluções que norteiam a prática, como a vedação ao uso de práticas religiosas no cotidiano do assistente social, e que foi comumente citada pelas orações realizadas no início ou finalização das atividades. O serviço social tradicional é exemplificador desse aspecto, pois os valores adquirem um conteúdo universal abstrato, como bem sintetiza Barroco (2012):

[...] no Serviço Social tradicional os pressupostos do neotomismo podem coexistir com o positivismo e o funcionalismo, oferecendo suporte para a afirmação para uma ética aparentemente “neutra”. Partindo do entendimento de que as contradições derivadas das desigualdades e da luta de classes são “distorções”, concebendo as distorções da questão social como “desvios” de conduta moral, o Serviço Social tradicional dirigia a sua ação para a sua “correção”, objetivando idealmente o bem comum e a justiça, como podemos verificar nos códigos de 1947, 1965, 1975. (BARROCO, 2012, p 44).

Dessa forma, os contornos do *ethos* profissional em sua origem condicionam a imagem e autorrepresentação do Serviço Social tradicional, ou seja, uma profissão mediada por valores humanistas, com forte apelo ético-moral, em que toda a

construção teórica da ética profissional se dava somente através dos Códigos de ética. Situação que só foi mudada nos anos 1990. (BARROCO, 2006, p. 95)

Entretanto, o Código de ética de 1993, tem uma lógica expressa nos seus onze princípios, tendo como eixo central a liberdade, e esta abarca valores como: a emancipação e autonomia dos sujeitos e a defesa pelo fim da exploração e dominação do homem pelo homem, em seus diversos aspectos, como: classe, etnia e gênero. Nessa perspectiva, a prática profissional deverá ser pautada pela defesa dos direitos humanos, e conseqüentemente, pela recusa do arbítrio e do autoritarismo e dos preconceitos. (CARDOSO E TORRES, 2016, p.193).

Nessa lógica, é pertinente pontuar que independente das motivações ou aspirações pessoais que fazem com que uma parcela da categoria adentre à profissão, o importante e indispensável é a congruência dos princípios do Código de Ética, com o processo de formação profissional, e a luta cotidiana das/os assistentes sociais para o acesso aos direitos sociais.

Para tanto, é necessário assumir uma atitude reflexiva no cotidiano e nas relações, além da necessidade de ultrapassar concepções e valores construídos anteriormente, quer tenham cunho religioso ou não, como evidencia a fala de Caliandra, que apesar de não haver consonância com o que expõe em outros momentos, compreende a necessidade da mediação de seus valores pessoais com o exercício profissional,

quando você está na academia, você sabe que a teoria vai embasar, quando você vem pra prática se não tiver o alicerce da teoria você não consegue discernir a tua pratica, principalmente numa equipe multidisciplinar. Então assim, por eu ser evangélica e ter nas minhas ações algum cunho religioso que acaba transparecendo, eu tenho que me policiar muito (Caliandra).

Das supervisoras entrevistadas, Jurema apresenta uma postura com valores mais progressista, que remetem aos princípios do Código de Ética atual, ela compreende que o Serviço Social tem um processo interventivo e que o uso da religião no cotidiano do trabalho pode se prejudicial e ainda se configurar uma obrigação junto ao usuário e, por conseguinte ser nocivo à sua prática.

[...] não utilizo elementos religiosos na minha prática profissional não apenas pelo fato de não ser religiosa. Para mim, a não utilização desses elementos se deve à percepção de que, em vários aspectos, essa utilização é prejudicial ao processo interventivo. E também, por significar uma imposição do profissional ante a pessoa que está em atendimento. (Jurema).

Para Barroco, (2006), a ética precisa ser crítica, revolucionária, porque:

Quando a ética não exerce essa função crítica pode contribuir, de modo peculiar, para a reprodução de componentes alienantes, pode colocar-se como espaço de prescrições morais; favorecer a ideologia dominante; obscurecer os nexos e as contradições da realidade; favorecer o dogmatismo e a dominação; remeter os valores para uma origem transcendente à história; fundamentar projetos conservadores; operar de modo a não superar a imediatez dos fatos; ultrapassá-los mas não apreender a totalidade, contribuindo para que os homens não se autoconheçam como sujeitos éticos.

Nesse sentido, superar os processos alienantes pelos quais os profissionais passam na cotidianidade é fundamental para um exercício ético, para isso é fundamental que não façamos somente o reconhecimento no campo referencial teórico, é necessário também aplicar esse conhecimento para o cotidiano, como fundamenta a supervisora Jurema.

Além dessa percepção, notam-se características ressaltadas do pensamento conservador nos depoimentos analisados pela maioria das supervisoras, percebe profundo enraizamento nas concepções do projeto tradicional, tanto no discurso como na prática, e numa análise que diria fundamentada pelos autores citados, afirmar que se torna uma parte complementar da profissão.

Em uma análise instigante sobre os 80 anos do Serviço Social, Cardoso e Torres (2016, p 186) trazem para o debate a ainda persistência de duas perspectivas éticas no seio do Serviço Social, dialogam que ambas foram construídas historicamente na profissão e que ainda se fazem presentes na atualidade, e que ambas estão sobrepostas, a Ética tradicional/conservadora e a Ética de ruptura/emancipatória.

Seria possível, também, aventar a partir dessas análises, já bem delineadas até aqui, alguns objetivos de análise da pesquisa, entre os quais analisar o componente religioso na ação profissional do assistente social e identificar seus impactos na prática profissional dos supervisores técnicos de estágio supervisionado seria um deles, já expostos na construção desse capítulo. Foi notadamente visualizado que a influência de valores morais e religiosos está naturalmente cristalizada no exercício profissional da maioria do público alvo pesquisado.

Portanto, como visto no primeiro capítulo a despeito de como o conservadorismo tem se configurado na sociedade brasileira nos últimos anos e que compreendendo nesse contexto, que os “Projetos Profissionais só têm viabilidade conectado com um projeto de classe.” (TEXEIRA, BRAZ, 2009, p.187). Nesse sentido, a categoria profissional não pode se encolher diante da atual conjuntura. É preciso resistência e assumir à necessidade de defesa dos princípios do Código de 1993, nesses tempos de conservadorismo:

Em plena conjuntura de manifestações e ideologias declaradas do conservadorismo na sociedade brasileira, a defesa dos princípios éticos da profissão, desde os seus marcos políticos e legais dos anos 1980-1990, tem sido cada vez mais desafiante e configura-se, para o projeto ético-político, como um movimento constante de ruptura com o ainda presente *ethos* tradicional e conservador entre as/os profissionais. (CARDOSO, 2016, p. 197)

Nesse encaço, a superação do conservadorismo requer uma ruptura com o ainda *ethos* tradicional e conservador entre as/os profissionais. Pois este ainda se configura um conservadorismo social conjecturado e que se propaga em qualquer espaço. Proliferando intervenções em relação aos indivíduos desajustados, incapacitados de outrora e que necessitam de ajustes. No caso da pesquisa em pauta, há que haver mais “espiritualidade” em suas organizações (social, familiar) como bem evidenciados nas falas das supervisoras, Violeta e Heliconia.

Em sua contribuição Cardoso e Torres, (2016, p. 189) defendem que “A lógica conservadora que perdura socialmente é a da reeducação das condutas sociais. [...]. isto posto, prevalece a naturalização da pobreza permeada de um ódio de classe “A vigência conservadora preconceituosa, racista, xenófoba alimenta um ciclo de intolerâncias (de cor, etnia, de classe, de religião, de orientação política”. Cujos

desenlaces é a prevalência da violação dos direitos humanos, através dos genocídios, estupro coletivo, linchamento, crimes de ódio.

Sabemos que as violações dos direitos humanos se propagam no sistema capitalista, que possui no seu formato a produção das desigualdades sociais. Assim,

Ao defender os direitos humanos de forma intransigente, como princípio ético-político profissional, a produção teórica predominante na categoria parte da concepção crítica e sócio-histórica de que os direitos em sua totalidade são o resultado das lutas e da organização da classe trabalhadora; da pressão popular de sujeitos políticos no enfrentamento da condição desigual e injusta na sociedade de classes; de resistências à exploração, a espoliação, à dominação, subalternidade e opressão a que estão sujeitos os que vivem da venda da força de seu trabalho e o ambiente em que vivem. (CARDOSO e TORRES, 2016, p. 199).

Na contracorrente desse processo, é que o Código de Ética defende os direitos humanos de forma intransigente, construindo para isso uma produção teórica, com base crítica, sócio-histórica de que os direitos, em sua totalidade, foram conquistas das organizações das classes trabalhadoras, realizadas através de diversos sujeitos, movimentos sociais, entre eles a vanguarda das profissionais e acadêmicas do Serviço Social, a mesma vanguarda da militância política e sociais. (NETTO, 1999).

Nesse âmbito, o Serviço Social brasileiro vem defendendo há décadas, desde a sua renovação, uma práxis profissional que possa contribuir cotidianamente na construção e na defesa da emancipação política e humana. Constituindo, uma [...] hegemonia de um *ethos* profissional de ruptura com o conservadorismo numa perspectiva emancipatória[...] a partir da década de 1990, mas especificamente com a perspectiva ontológica apontadas em Heller e Lukás. (CARDOSO E TORRES, 2016, p.190). Para elas a ética de ruptura deverá:

Tem sua base de análise na compreensão de mundo no materialismo histórico dialético em uma perspectiva emancipatória decorrente dessa perspectiva elege valores emancipatórios como liberdade plena expansão dos indivíduos sociais, democracia, cidadania e equidade social, orientação a ação profissional à luta pela emancipação política e humana em uma abordagem livre de preconceitos e juízos de valor, defendendo os direitos humanos contra toda e qualquer forma de discriminação e opressão, bem como na defesa dos direitos sociais, para tanto, explicita ainda, o necessário compromisso profissional com a competência e o aprimoramento, e ainda, com o usuário no jogo de correlação de forças institucionais. (CARDOSO, 2013, p. 226).

Segundo a mesma autora, a partir do processo histórico iniciado na década de 1990, o tema da ética passou a ser central no interior das entidades da categoria, ganhando notoriedade na academia, na pós-graduação e incluso como eixo transversal na formação profissional das/os assistentes sociais. Dando início assim a vasta produção intelectual sobre a temática. E que a partir dessa configuração os profissionais estariam preparados, atentos e comprometidos com o código de 1993.

Desse modo, entender essa historicidade é fundamental para compreendermos que a luta pelos direitos humanos é inerente à profissão. Portanto, a atualidade da defesa de um *ethos* emancipatório é necessária e desafiante em tempos de ideologias declaradas do conservadorismo na sociedade atual. Também se configura uma provocação para o projeto ético político, no sentido da ruptura com o *ethos* tradicional e conservador ainda presente entre os profissionais, como evidenciado na presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta entre distintos projetos societários estão na ordem do dia, embora sempre tenha estado na condição de “motor da história”, tendo em vista o avanço do conservadorismo na contemporaneidade e as diferentes investidas do capital contra os interesses da classe trabalhadora. Nesse contexto é indispensável compreender a realidade no tempo presente, as tendências e desafios postos ao Serviço Social em face ao conservadorismo.

No Brasil, a ascensão do conservadorismo vem seguindo uma tendência internacional e nos últimos anos assumindo a cada novo dia pautas regressivas. Sobre esse fenômeno, Boulos destaca a ascensão de uma *onda conservadora* “[...] Conservadora não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita.” (2016, p.29).

Recentemente temos em pauta vários projetos em via de serem aprovados pela atual bancada no Congresso,- que também está sendo considerada a mais conservadora dos últimos anos. Confirma esse cenário, a aprovação da PEC que institui o novo regime fiscal e da Seguridade Social da União, limitando gastos públicos com políticas sociais, por duas décadas. O desmonte da seguridade social; a ameaça da extinção do Serviço Social no INSS; a resolução nº 12/2017 que revela a decisão de desmonte do SUAS no Brasil; implantação de Programas pontuais voluntaristas como o Criança Feliz; redução da maioria penal que volta a tramitar no congresso, ameaçando os direitos das crianças e adolescentes; a liminar do juiz que abre precedentes para terapias de (re) orientação sexual e tantas outras, são apenas exemplos recentes do que está na agenda do dia.

Dessa forma, construir essas considerações não tem sido tarefa fácil, haja vista o crescente desmonte dos direitos sociais e humanos na sua cotidianidade. É como um novo porvir diário de retrocessos. Não há ineditismo, onde [...] a violação dos direitos humanos são experiências prevaletes para amplos segmentos da classe trabalhadora. (RAMOS E SANTOS, 2016, p. 225).

Nesse contexto, e através das análises já empreendidas, podemos reafirmar o ponto de vista de Braz (2001) a existência de dois grandes tipos de projetos societários: os conservadores e os emancipatórios. Cada um desses grandes projetos terá divergências internas e será defendido e apropriado pelos diversos grupos sociais que irão propor diferentes formas, estratégias e táticas na busca de sua concretização. (CARDOSO, 2013, p. 66). Inspirada em Ramos (2009), Lima(2007) destaca que:

Um projeto pressupõe a presença, nos indivíduos, de um valor ético fundamental. E esta precisa ser lapidada cotidianamente. Em se tratando de projetos profissionais, a sua construção se consolida nos fóruns de discussão e deliberação; espaços que garantam a participação democrática de diferentes inserções geográficas, áreas de atuação e concepções ideológicas e teóricas. [...] os sujeitos precisam se encontrar; é, pois a presença que tem a força de mobilizar e promover iniciativas que favoreçam a apreensão da realidade, instigando-nos para irmos além do lugar que estamos, pois ter projetos é entrar em movimento, é romper estagnações. (LIMA, 2017, p. 37).

Como bem sintetiza Netto (2006), o projeto profissional de uma categoria requer um pacto entre seus membros. Com uma clara definição de seus componentes quer seja no campo imperativo ou indicativo. O primeiro por possuir questões obrigatórias na profissão e o segundo por ser sugestivo, não apresenta consenso e continuam sendo discutidos na profissão sem adesão de uma parcela da categoria.

Nessa mesma direção, a sociedade também clama diariamente por mais justiça social, igualdade, democracia, e paz. “[...] Aspira-se a um mundo justo, solidário e humano, mas parece que estes valores se tornam cada vez mais distantes” (TONET, 2013, p. 1). E contraditoriamente o que predomina nas relações sociais são as desigualdades, racismo, homofobia, corrupção e outros.

A trajetória que nos trouxe até aqui, permitiu-nos reconhecer os avanços da profissão desde sua gênese e particularmente nos últimos trinta anos. Questionamos inicialmente se esses fatores teriam possibilitado novos arranjos teóricos embasados por uma perspectiva crítica que nega e reflete a influência de valores morais, religiosos e conservadores na profissão e as condições nas quais eles se reproduzem.

Nessa perspectiva, o presente trabalho buscou analisar o componente religioso na ação profissional do assistente social e identificar seus impactos na prática profissional dos supervisores técnicos de estágio supervisionado em Imperatriz. E ainda identificar a influência de valores morais e religiosos sobre o exercício profissional, bem como compreender a relação entre a religião das assistentes sociais e os valores do Código de Ética.

Como evidenciado na pesquisa apreendida constatamos a presença e a prática com valores morais e religiosos conservadores naturalizados no seu cotidiano. Há profissional que citou a Bíblia como exemplo de livro que mais lhe deu suporte para entender os direitos humanos, ou seja, o exercício profissional, com elementos de uma moral cristã na prevalência dos princípios do Código de Ética da profissão em vigor.

No mesmo sentido, não há clareza dos pressupostos teóricos, éticos e políticos do Serviço Social. Esses não percebem as implicações do uso da religião, ou mesmo que seus valores morais, na maioria conservadores, terão implicações no seu fazer profissional.

Conforme o exposto, podemos reafirmar que todos esses processos sofrem influências dos valores dominantes na sociedade brasileira, e que contribuem em longa escala para a reatualização de valores e práticas conservadoras que tensionam o Projeto Ético Político da categoria em estudo.

Dessa forma, a pesquisa nos leva a concluir que ainda há acentuada disparidade entre os projetos societários e o Projeto Ético Político da categoria no que permeiam na sociedade. E a interlocução destes com os diferentes sujeitos. Levando assim em consideração tanto a dinâmica da sociedade brasileira, quanto os elementos que caracterizam a profissão.

Percebe-se em vários momentos que os resultados alcançados estavam consoantes com os valores que a população brasileira defende em relação aos processos econômicos, políticos, sociais e culturais. [...] como as nossas revoluções sempre foram “feitas pelo alto” (COUTINHO, 1990, p.), ou melhor, “Não tivemos

nenhum processo de mudança radical na história do Brasil, os valores foram se reatualizando e tornando-se funcionais à nova dinâmica colocada pelo capitalismo”. (BOMFIM, 2015, p.199).

A mesma autora conclui que os valores surgidos a partir das relações sociais escravagistas foram sendo incorporados aos princípios liberais favorecendo assim, as bases necessárias para a permanência das estruturas de poder.

Essas relações perpassam por processos alienantes. Os trabalhadores não se reconhecem como classe que produz a riqueza material e espiritual de uma sociedade. Esses processos são necessários para aprofundar valores fundamentais à permanência desse sistema, fortalecendo cotidianamente, o individualismo, a competitividade, e o consumismo.

Nesta travessia, construímos algumas sínteses provisórias. Assim, poderemos afirmar que não haverá um Projeto Ético Político homogêneo dissonante de mudanças na nossa sociedade sem que se revejam os valores dominantes da sociedade brasileira.

Mesmo considerando todas as particularidades da profissão. Mas, concordando com Barroco (2009), - o Serviço Social não é uma ilha. Os valores e ações conservadoras não acontecem somente na/pela profissão. Ou seja, as mudanças teriam que partir de alterações mais significativas no âmbito das relações sociais mais amplas.

No decorrer desse trabalho visualizamos diversos argumentos sobre a prática profissional, colocamos em questão elementos da profissão que nos implicam enquanto pesquisadora. E as implicações éticas advindas do cotidiano de trabalho das supervisoras de estágio com o objetivo de contribuir no movimento de (re) pensar a profissão, que nos possibilite um debruçar sobre as análises desse processo.

Nesse mesmo processo investigativo tivemos algumas dificuldades na captação das informações necessárias para o desvelamento das respostas, pois,

por se constituir numa pesquisa qualitativa e utilizar como recurso metodológico a entrevista, em vários momentos as falas se constituíam em narrativas abstratas, desconectadas da temática em foco; o fato de algumas supervisoras terem sido minhas alunas levaram-nas a ter “cuidados” com a fala; o tema é sugestivo e por si trazia pistas de suas hipóteses.

Ainda nessas inferências, o referencial teórico utilizado na presente dissertação, trouxe um leque de possibilidades de categorias para a análise na pesquisa, como exemplo o debate entre a esquerda e a direita que em alguns aspectos ideológicos tem relação com os projetos profissionais analisados no terceiro capítulo. Que também, antagonicamente coexistem no exercício profissional da categoria, - o projeto tradicional/conservador e o projeto emancipatório. É com pesar que compartilho que, por insuficiência de tempo não foi possível concluir essa reflexão.

Assim, destaca-se a necessidade de contínuo estudo sobre o tema, ou seja, pender sobre pautas que negue a diversidade e o pluralismo. E que esta seja de continuidade na direção crítica do projeto emancipatório. “[...] pois, se o projeto profissional não se encontra em crise, o aprofundamento e consolidação de vertentes conservadoras podem ganhar mais espaços para a concretização de um projeto regressivo à profissão. (LIMA, 2017, p. 37)”

Assim, na materialidade desse Projeto, surgem novos sujeitos sociais que comungam com a proposta de fortalecer a luta por um projeto societário fundado na igualdade e na liberdade, o que implica reconhecimento e valorização da diversidade humana. Portanto, não poderíamos deixar de reafirmar, embora um caminho já percorrido nesse trabalho, de que o conservadorismo vem sendo historicamente combatido, desde o Movimento de Reconceituação, com a chamada intenção de ruptura⁹³, tanto pelo viés das produções teóricas, quanto da militância da vanguarda a categoria e de suas organizações representativas como: CFESS, ABEPSS, CRESS ENESSO.

⁹³ Sobre a intenção de ruptura do conservadorismo, ver Netto(2005).

E por todos esses elementos somados é que a categoria deveria ser provocada, como a pesquisadora desse trabalho foi, visando novas investigações, possibilitando identificação e o fortalecimento da práxis profissional. Pois, enquanto houver sujeitos, a história estará encharcada de possibilidades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Geraldo Antonio. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. São Paulo. Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. CFESS (org). São Paulo: Cortez, 2012.

_____ **Não passarão! Ofensiva neoconservadora**. In: revista Serviço Social e sociedade, São Paulo, nº 124 p. 623-636, out/dez de 2015.

_____ **Ética: Fundamento Sócio-históricos**. São Paulo, Cortez, 2008. (coleção biblioteca básica do Serviço Social v.4).

_____ **Fundamentos éticos do Serviço Social**. Serviço Social: In: Direitos e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____ **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5. ed São Paulo, Cortez. 2007.

_____; TERRA, Sylvia Helena. (Org.). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo. Ed Cortez, 2011.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e Serviço Social**. Rio de Janeiro. Lumen juris, 2015.

BELLOTTI, Karina Kosicki. **Pluralismo Protestante na América latina**. In: Religião e Sociedade na América latina Universidade metodista. São Bernado do Campo, 2010. P.53 – 71.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?** Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo. Boitempo, 2015.

BOURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França.** Brasília: Editora da UNB, 1982.

BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Ver. Atual. Brasília: CFESS, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** In: revista Serviço Social e sociedade, São Paulo, nº 124 p. 637-651, out/dez de 2015.

BORGES, Alexandre. Que venha o *Tea Party* brasileiro. In: **Mídia sem Máscara**, 18 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.midiasemmascara.org/artigos/cultura/15546-que-venha-o-tea-party-brasileiro.html>>. Acesso: 28 nov. 2016.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO. Priscila. **Havia uma ética no meio do cainho?**A afirmação da necessária centralidade da ética na formação profissional das assistentes sociais. Tese de doutorado do Programa de Pós graduação da Escola de Serviço Social da PUC. São Paulo, 2006.

_____; **Ética e projetos profissionais:** os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. SP. Ed. Papel social, 2013.

_____; TORRES, Andrea Almeida. **Rupturas, desafios e luta por emancipação:** a ética profissional no Serviço Social brasileiro. Silva (org). in: Serviço Social no Brasil: Histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

CAMPOS, João. Líder da 'bala': 'conservadores estão Fortes. **O Estado de São Paulo**, 25 abr. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lider-da-bala-conservadores-estao-fortes,1676018>>. Acesso: 16 jun. 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo. Expressão popular, 2010.

_____; Prefácio. In: NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 9-12.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três estrelas, 2014.

COSTA, Sarah Hawker. Aborto provocado: a dimensão do problema e a transformação da prática. In: GIFFIN, Karen & COSTA, Sarah Hawker. **Questões da Saúde Reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

CEFSS Manifesta. **Edição especial em defesa do Estado laico**. Brasília (DF), seis de janeiro 2016.

CFAS. **Códigos de ética profissional do assistente social**. Rio de Janeiro:

CFAS, 1965, 1975, 1986.

CFESS. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

COSTA, Sarah Hawker. Aborto Provocado: a dimensão do problema e a transformação da prática. In: GIFFIN, Karen & COSTA, Sarah Hawker. **Questões da Saúde Reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CRISTIANO. Gabriele Dutra. **Ética, Trabalho e Formação: O Serviço Social em questão**. Dissertação para mestrado Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2015.

DIAS, M.O.L. “A Revolução Francesa e o Brasil: sociedade e cidadania”. In: COGIOLA, Osvaldo (Org). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: Editora Nova Stella;Edusp; Brasília/DF: Cnpq, 1990, p.299-309.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo and MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto, 2016**. *Ciência. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.2, pp.653-660. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017000200653&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20/06/2017.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. **Reverendo o pensamento conservador**. in: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (Orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. (Pensamento político-social)

FORTI, Valéria Lucilia. **Ética e Serviço Social: formalismo, intenção ou ação?: um estudo nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação da graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

GUEDES, Olegna de Sousa. **Expressões do conservadorismo nos códigos de ética de 1947 e 1967**. *Revista Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 28 - 42, jan./jul. 2016. |

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____; Marilda Vilella. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente a história na mão**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017/acesso 09.06.2017/<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.091>

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JINKINGS, Ivana, et al. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KARNAL, Leandro. **Catolicismo na América latina**: período da conquista e da colonização. In: religião e sociedade na América latina. UMESP. São Bernardo do Campo. 2010, p.17-31.

KYRIAKOS, Norma; FIORINI, Eliana. A dimensão legal do aborto no Brasil. In: PEREIRA, Irotilde G. (org.). **Aborto Legal**: implicações éticas e religiosas. São Paulo: Publicações CDD, 2002.

KIRK, Russel. **A política da prudência**. Tradução Gustavo Santos, Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014. (Abertura Cultural)

LANDIM, Leila et all. **Sinais dos Tempos**: tradições religiosas no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1989.

LAUDANO, Cláudia. Direitos Reprodutivos e Aborto na Mídia Argentina nos anos 90. In: OLIVEIRA, Maria Coleta & ROCHA, Maria Isabel Baltar (orgs). **Saúde Reprodutiva na Esfera Pública e Política**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Nepo, 2001.

MACHADO, L. E. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. **De junho de 2013 a junho de 2015**: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. *in*: DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. (orgs.) *A onda conservadora*: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

LOWY, Michel. **Da tragédia a farsa**: o golpe de 2016 no Brasil. JINKINGS, Ivana, et all (org). In: porque gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

MONTES, Maria Lúcia. **As figuras do Sagrado**: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. São Paulo: Claroenigma, 2012.

NETTO, José Paulo. **Movimento de Reconceituação**: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N ° 84, Ano XXVI. 2005.

____; **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

____; **A Construção do Projeto ético político do Serviço Social**. Mota et all (org). In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico**: Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETO, José Alves de Freitas. **Matrizes da Igreja católica na América Hispânica**: apontamentos históricos. In: Religião e Sociedade na América latina Universidade metodista. São Bernardo do Campo: Editora, metodista de SP, 2010. p.33 -54.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1987. (Temas de ciências sociais).

NISHIMURA, Kátia Mika. **Conservadorismo social**: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002. Opinião pública, vol X, nº 2, 2004, p. 339-367.

OAKESHOTT. Michel. **Ser Conservador**. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha. 2012.

ORTIZ. Fátima Graz. **Serviço Social e ética**: a constituição de uma imagem social renovada. 4.ed-Rio de Janeiro: lumenJjuris, 2013.

PEREIRA, Potyara A. **Serviço Social**: um “enfantterrible” na institucionalidade burguesa? Ser soc. Soc. SP, N 127, P. 413-429, set/dez, 2016. Acesso 09/06/2017, <http://dx.doi.org/10.1590/0106628.078>

PINHEIRO, Paulo Wesceley Maia. **Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional**. Revista Temporalis, Brasília(DF) ano 15, nº 29, jan/jun, 2015.

QUINALHA, Renan. **Em nome de Deus e da família:** um golpe contra a diversidade. JINKINGS, Ivana, et al (org) in: porque gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. **Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro:** lições históricas e lutas contemporâneas. In: Serviço Social no Brasil: Histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

RODRIGUES, Mavi. **O exercício profissional 30 anos depois do congresso da virada.** In: revista praia vermelha. vol.21 n2. Rio de janeiro. 2012.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira E. **Serviço Social no Brasil:** Histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo. Cortez. São Paulo, 2016.

SILVA, Marcela Mary José da. **A materialização do projeto Ético-Político do Serviço Social.** São Paulo: Papel Sócia, 2012.

SILVA, Eliane Moura da. BELLOTTI, Karina Kosicki. CAMPOS, Leonildo Siqueira, et al. **Religião e Sociedade na América latina.** São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo. 2011.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião:** um estudo Brasil/Inglaterra, 1.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOTTOMAIOR, Daniel. **O Estado laico.** Fundação Perseu Abramo. Partido dos trabalhadores. São Paulo, 2014. (Coleção quero saber).

SOUSA. De Silva A. Adrianyce, NEVES, Daniela: **Do Congresso da virada ao projeto ético-político:** a maturação da intenção de ruptura. In: revista praia vermelha. Vol.21 n2. Rio de janeiro. 2012.

SOUZA, Jamerson Murilo **Anúnciação de. Tendências ideológicas do conservadorismo.** Tese. PPGSS. UFPE, Recife, 2016.

_____O Conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação. Revista Serviço Social nº 122, ed. abril-jun/2015.

TEXEIRA, Barata Texeira, BRAZ, Marcelo. **O Projeto ético-político do Serviço Social**. In: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TORRES, Andrea Almeida, CARDOSO, Priscila. **Rupturas, desafios, e luta por emancipação**: a ética profissional no Serviço Social Brasileiro. In: Serviço Social no Brasil: Histórias de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

TONET, Ivo. **Ética e capitalismo**. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/ETICA_E_CAPITALISMO.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2015.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

O Brasil Evangélico: o passado, o presente e as obras das igrejas que conquistaram o país. Revista Super Interessante, ed. 78-A novembro 2016.

Anexo 01 - Roteiro para entrevista de campo

Pesquisa de campo: serviço social e o conservadorismo religioso

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. Dados socioculturais:

Idade

Tempo de formação

Tempo de trabalho na instituição

Orientação sexual

1. Qual sua religião/religiosidade?

2. Possui alguma pós-graduação?.

3. Qual a relação entre a sua religião/religiosidade e a sua concepção profissional?

4. Você utiliza e ou considera importante na sua intervenção profissional elementos religiosos? Porquê?

5. Você já esteve diante de alguma situação (homossexualidade, aborto, e outros) em que sua orientação profissional estava contrária a sua orientação religiosa?

6. Participa de alguma organização profissional ou política na sua cidade? (participação em fóruns ou conselhos de direitos e políticas públicas...)

7. " [...] A fé é um elemento central no trabalho do Assistente Social, por diversos motivos ela colabora para o resultado do tratamento/atendimento empregado. O embasamento teórico é importante, mas não se pode deixar de lado a questão espiritual que contribui nas situações complexas. A fé sustenta a prática profissional [...]" Você concorda com esse depoimento? Por quê?